

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Conselho de Desenvolvimento Regional - Conder

Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios

Regional Centro-Oeste

Colatina (Sede)

Baixo Guandu

Governador Lindenberg

Itaguaçu

Marilândia

Pancas

São Domingos do Norte

São Gabriel da Palha

São Roque do Canaã

Vila Valério

FINDES



Cris Samorini
Presidente da Findes

Juntos por uma indústria mais forte e um Estado mais desenvolvido

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) com o firme propósito de fortalecer e ampliar ainda mais ações que contribuam para o crescimento socioeconômico do Estado, tem direcionado esforços, em parceria com entes públicos municipais e entidades de fomento, com o objetivo de promover a melhoria do ambiente de negócios, fator primordial para a atração de investimentos.

O poder de alavancagem da indústria é o maior entre os segmentos econômicos, exercendo um papel fundamental no processo de transformação da economia, com sua enorme capacidade de gerar benefícios, disseminar oportunidades e impulsionar o crescimento.

Entretanto, necessário lembrar que nos últimos três anos passamos por momentos de incertezas na economia mundial que, direta ou indiretamente, impactaram a indústria capixaba, especialmente por sermos um Estado com vocação para o comércio internacional, cuja base de exportação são as commodities.

A Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios surge nesse sentido, como uma ferramenta que apresenta sugestões que vão de encontro às necessidades do setor produtivo e que possibilitam aos entes públicos atuar antecipadamente na melhoria do ambiente de negócios, dando maior celeridade em suas ações administrativas, criando, assim, o ambiente adequado para que sejam ampliados os investimentos privados nos municípios.

Construída a várias mãos, por representantes da indústria e das prefeituras, a Agenda Propositiva da Regional Centro-Oeste reflete as necessidades das indústrias instaladas nos municípios que fazem parte da regional.

O documento passa a ser um referencial relevante, que contribui para qualificar os municípios a receberem investimentos e, conseqüentemente, ampliar o nível de negócios, empregos, renda e receitas.

A Regional Centro-Oeste é constituída por 10 municípios e vêm passando por um processo de crescimento lento nas últimas décadas, com exceção de Colatina, a Princesinha do Norte, sede da regional, que tem recebido investimentos privados de porte, o que tem viabilizado a chegada de fornecedores para compor a cadeia de fornecimento.

Colatina, assim como São Gabriel da Palha, se destacam por serem polos de confecções com grandes indústrias instaladas, que abastecem o mercado interno e externo, sendo referência no país.

Nessa regional encontra-se também o maior frigorífico capixaba, sediado em Colatina, com ampla atuação no mercado nacional e internacional.

A indústria de beneficiamento de café, que por muitos anos tem contribuído para o desenvolvimento da região, ainda continua vigorosa.

Os municípios que fazem parte dessa Regional tem um enorme potencial de crescimento industrial face a sua diversidade econômica.

Também deve ser levado em consideração que os municípios da regional fazem parte da área de influência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

O turismo também pode ser destacado nesta regional, com belezas naturais incríveis, de elevado apelo turístico e enorme potencial de crescimento.

Sendo uma das principais molas indutoras do desenvolvimento econômico, o turismo envolve, direta ou indiretamente, diversos segmentos produtivos e de serviços.

Portanto, são muitas oportunidades e, para aproveitá-las da melhor forma possível, a Findes vem desenvolvendo programas e projetos, buscando ferramentas e implementando ações que contribuam para o planejamento e a estruturação desse desenvolvimento, a exemplo da Agenda Propositiva.

Agradeço aos prefeitos dos municípios que compõem a regional por disponibilizarem seus Secretários Municipais e equipes técnicas para participarem deste processo, que consideramos ser de muita relevância para o setor industrial. Juntos vamos fortalecer a indústria, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e construir um Estado mais próspero e que seja sempre referência para o Brasil e para o mundo!

Muito obrigada.

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - Fines

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS
E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS**

Conselho de Desenvolvimento Regional - Conder

**Agenda Propositiva Regional para
Melhoria do Ambiente de Negócios
Regional Centro-Oeste – Sede Colatina**

Outubro/2023

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

O Conselho de Desenvolvimento Regional da Findes (Conder) é o fórum onde são abordadas todas as potencialidades diagnosticadas pelas 14 diretorias regionais da Findes. Entre os principais temas, os mais recorrentes estão relacionados à questão da melhoria do ambiente de negócios, fundamental para a ampliação dos investimentos e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Entre elas, podemos destacar a questão da celeridade nas ações administrativas, o licenciamento ambiental, a obtenção de alvarás e infraestrutura adequada, tornando os municípios e regiões atraentes para novos investimentos privados.

Porém, sabemos o quão difícil é a solução dessa equação, mas acreditamos que podemos melhorar gradativamente o ambiente de negócios com ações de cooperação e, principalmente, planejamento adequado. Nesse sentido, a Findes, por meio do Programa de Desenvolvimento das Indústrias e Melhoria do Ambiente de Negócios, busca criar as condições apropriadas para tratar essas questões em conjunto com os representantes dos entes públicos municipais. A identificação e a construção a várias mãos permitem que todos tenham um objetivo em comum, a prosperidade e o bem coletivo.

Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios, em especial, ao nosso diretor da Regional Nordeste, Djokimar de Almeida Pereira, e seu Adjunto, Ivo Rocha Rodrigues, ao prefeitos e secretários municipais, bem como, as respectivas equipes técnicas, que incansavelmente trabalharam para dar materialidade a esse documento.

Finalizando, agradecemos à nossa presidente Cris Samorini, por acreditar nas nossas convicções e propósitos.



*Luiz Carlos Azevedo Almeida
Presidente do Conder*



*Mauro Lúcio Peçanha
Vice-presidente do Conder*

DIRETORIA REGIONAL NORDESTE

O desenvolvimento da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios, baseado numa metodologia simples, composta por oito passos, demonstrou eficiência e abrangência, proporcionando informações e proposições relevantes que poderão agregar benefícios, tanto para a iniciativa privada quanto para os municípios e suas populações.

Foi realizado um workshop pelo grupo de trabalho constituído para discutir e definir as propostas de melhorias do ambiente de negócios e atração de investimentos. Neste grupo, fizeram parte secretários municipais e equipes técnicas, tanto das prefeituras quanto da Findes, bem como, empresários e diretores que fazem parte do Conselho Regional da Findes.

Construímos, além deste documento, uma consciência sobre os principais desafios e as possíveis soluções. Passamos a compreender melhor os problemas e as dificuldades que os gestores públicos e suas equipes lidam diariamente para oferecer soluções, bem como, o baixo nível de recursos disponíveis.

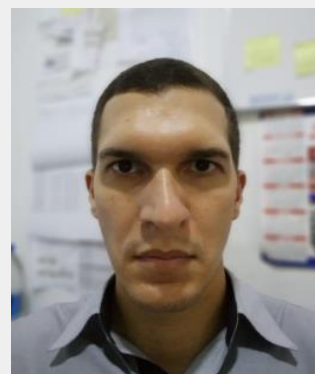
Dessa forma, compete a nós, da iniciativa privada, dar contribuições, apontando os gargalos e possíveis alternativas que possam gerar melhorias no ambiente de negócios. Todavia, importante registrar que foi um enorme aprendizado para todos.

Aproveitamos para agradecer a confiança depositada pela presidente Cris Samorini, pelo presidente do Conder, Luiz Carlos Azevedo, pelo vice-presidente do Conder, Mauro Lúcio Peçanha, pelos prefeitos e secretários municipais por acreditarem que poderíamos fazer uma entrega de valor, capaz de promover melhorias que venham impactar positivamente os municípios da nossa regional.

Acreditamos que, se implementadas as sugestões propostas na Agenda Propositiva Regional, o volume de negócios, de empregos, de renda e receitas municipais serão ampliados, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.



*Djokimar de Almeida Pereira
Diretor Regional Titular*



*Ivo Rocha Rodrigues
Diretor Regional Adjunto*

Índice

	<i>Página</i>
1. Informações Preliminares	9
2. Instituições Envolvidas na Elaboração do Documento	9
3. Abreviaturas	9
4. Responsabilidades das Informações	10
5. Membros do Grupo de Trabalho (GT)	10
6. Sumário Executivo	11
7. Justificativa	12
8. Objetivos	13
9. Processo de Planejamento das Ações	14
10. Dimensões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios	15
I. Setores Industriais Prioritários	15
II. Setores Portadores de Futuro	17
III. Polos Industriais	28
IV. Infraestrutura	29
V. Logística	32
VI. Educação de Qualidade	35
VII. Capacitação e Qualificação de Pessoas	41
VIII. Empregabilidade	44
IX. Empreendedorismo	49
X. Tecnologia - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	53
XI. Saúde e Qualidade de Vida	62
XII. Segurança Pública e Empresarial	68
XIII. Turismo, Cultura, Lazer e Esportes	70
XIV. Gestão de Processos: Simplificação e Celeridade	77
XV. Resíduos Industriais e Urbanos	78
XVI. Parcerias Público-Privadas (PPPs)	84
XVII. Política ESG	85
XVIII. Políticas para Atração de Investimentos	102
XIX. Proposta de Valor	104
XX. Consórcios Públicos: Instrumentos de Cooperação na Gestão Pública	105
10. Indicadores de Monitoramento	106
11. Tabelas Referenciais - Propostas de Melhorias do Ambiente de Negócios – por Dimensão	107
12. Considerações Finais	128
Anexos	
- Anexo I – Sistema Findes	130
- Anexo II - Alinhamento e Conexões do Programa de Desenvolvimento das Indústrias e Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora do Sebrae/ES	149

1. Informações Preliminares

As informações contidas nessa Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios foram discutidas e validadas mediante a realização de workshop que contou com a participação de representantes das prefeituras e empresários da indústria que fazem parte da Regional Centro-Oeste da Findes, além de especialistas da Findes. Posteriormente, foi constituído um grupo de trabalho para o desenvolvimento das etapas seguintes do programa.

A construção e entrega da Agenda Proposita Regional é uma das etapas do Programa de Desenvolvimento das Indústrias e Melhoria do Ambiente de Negócios, programa do Conselho de Desenvolvimento Regional (Conder), órgão de assessoramento da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes).

A Agenda Propositiva tem como propósito sugerir aos gestores públicos municipais ações que possibilitem a melhoria no ambiente de negócios e, conseqüentemente, facilitar a atração de investimentos, a ampliação do nível de empregos, renda e receitas municipais.

2. Instituições Envolvidas na Elaboração do Documento:

A Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios é um esforço de entidades e poderes constituídos com o propósito de abrir um horizonte para o fortalecimento e ampliar ainda mais a base industrial instalada na Regional Centro-Oeste, visando o desenvolvimento econômico, tecnológico, social e ambientalmente sustentável. Fizeram parte desta construção os representantes das seguintes entidades:

- Prefeitura Municipal de Baixo Guandu
- Prefeitura Municipal de Colatina
- Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg
- Prefeitura Municipal de Itaguaçu
- Prefeitura Municipal de Marilândia
- Prefeitura Municipal de Pancas
- Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
- Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha
- Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã
- Prefeitura Municipal de Vila Valério
- Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - Findes
- Sebrae/ES

Importante ressaltar que este programa tem estreita relação de parceria com o Programa Cidade Empreendedora do Sebrae/ES. Sendo que a entidade tem representante junto ao grupo de trabalho que foi constituído para o desenvolvimento dessa Agenda Propositiva.

3. Abreviaturas utilizadas:

- ⇒ APPP – Aceleração das Parcerias Público-Privadas
- ⇒ CONDER – Conselho de Desenvolvimento Regional
- ⇒ FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
- ⇒ IEL – Instituto Euvaldo Lodi
- ⇒ OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA (IDEIES – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo)

- ⇒ SEBRAE/ES – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Espírito Santo
- ⇒ SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
- ⇒ SENAI/ES – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Espírito Santo
- ⇒ SESI/ES – Serviço Social da Indústria – Departamento Espírito Santo
- ⇒ SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

4. Responsabilidades das Informações

“Os dados, ideias e opiniões emitidos na Agenda Propositiva Regional são de inteira responsabilidade dos membros do Grupo de Trabalho”.

5. Membros do Grupo de Trabalho (GT)

- ⇒ **Prefeitura Municipal de Baixo Guandu:**
 - Ismail Marcelino Ramos - Subsecretário de Desenvolvimento Econômico
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Colatina:**
 - Miguel Angelo Guinzani Chieppe - Secretário de Desenvolvimento Econômico
 - Liemar José Pretti - Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico
 - Laira Simonassi Cabrini - Superintendente de Desenvolvimento Econômico
 - Michel Bertolo - Secretário de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
 - Raphael Guimarães Soares - Subsecretário de Desenvolvimento Rural
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg**
 - Hemily Loss Pires Marianelli - Secretária de Desenvolvimento Econômico
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Itaguaçu**
 - Fábio Luiz do Nascimento - Secretário Municipal de Finanças
 - Brenno Dominicini Hanstenreiter - Gerente de Meio Ambiente
 - Fernanda Aparecida Rosa - Auxiliar administrativo
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Marilândia**
 - Ana Paula Astori - Secretária de Administração
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Pancas**
 - Silmar Subtil Marchetti - Secretário de Saúde
- ⇒ **Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte**
 - Naissi Carvalho Ferreira - Chefe de Gabinete
 - Elison Cacio Campostrini - Secretário de Controle Interno e Transparência
 - Cássio Oliveira Ribeiro - Secretário de Obras e Serviços Urbanos
 - Julio Fontoura Júnior - Assessor do Secretário de Obras e Serviços Urbanos
- ⇒ **Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã**
 - Leandro Fadini - Secretário de Finanças
- ⇒ **Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha**
 - Willian Moronari - Secretário de Desenvolvimento Econômico
- ⇒ **Prefeitura Municipal de Vila Valério**
 - Luciano Tetzner - Secretário de Desenvolvimento Econômico
- ⇒ **Empresários da Indústria:**
 - Diretor Regional Institucional Titular Findes – Djokimar de Almeida Pereira
 - Diretor Regional Institucional Adjunto Findes – Ivo Rocha Rodrigues

⇒ **Equipe Findes – Desenvolvimento e Competitividade Industrial (Defesa de Interesses) - Conder:**

- Fábio Dias - Gerente de Desenvolvimento e Competitividade Industrial
- Ernesto Damázio Bassini - Especialista Conder
- Ewandro Petrocchi – Especialista Conder
- Michele de Almeida Moschini - Apoio Administrativo Conder
- Carlos Eduardo de Jesus Loureiro - Gerente da Unidade Sesi Senai São Mateus
- Marília Gabriela Elias da Silva - Gerente Executiva do Observatório da Indústria (Ideies)
- Ícaro Gomes - Especialista em Aceleração Parcerias Público-Privadas
- José Vieira - Consultor IEL/ES

⇒ **Sebrae/ES:**

- Eduardo Rodrigo Donatelli Simões - Gerente de Competitividade Industrial
- Carolina Margotto Peres - Coordenadora Regional Colatina

6. Sumário Executivo

Apresentamos a seguir um resumo da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios da Regional Centro-Oeste, resultado de um processo participativo, que envolveu secretários e técnicos dos municípios, diretores e conselheiros regionais da Findes, além da equipe disponibilizada pelo Conder, bem como, outros especialistas da área de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (Defesa de Interesses) e também do Instituto Euvaldo Lodi - IEL

Fazendo uso de ferramentas de apoio, iniciou-se o processo de levantamento de informações e dados, bem como, realizadas as discussões acerca do momento econômico e das necessidades de melhorias no ambiente de negócios nos municípios que fazem parte da Regional Centro-Oeste, tendo isso ocorrido por meio de um workshop realizado no dia 09/02/2023, quando também foi constituído o grupo de trabalho (GT) com os participantes presentes. A participação dos membros do grupo de trabalho foi satisfatória, atingindo os objetivos propostos.

Desde então, com o subsídio dos dados coletados no workshop, bem como, com o acréscimo de informações complementares, utilizando uma metodologia construtiva que facilitasse a apresentação das sugestões de melhoria do ambiente de negócios, foi elaborada a Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios, que culmina com a entrega formal aos prefeitos dos municípios que fazem parte da Regional Centro-Oeste.

A fase subsequente, referente ao monitoramento da implementação das ações de melhoria, dar-se-á com as participações dos Secretários de Desenvolvimento Econômico, ou Secretários que foram designados como pontos focais pelas Prefeituras, nas reuniões bimestrais do Conselho de Desenvolvimento da Regional Centro-Oeste da Findes, apresentando os avanços com relação à implementação das sugestões de melhoria propostas na Agenda Propositiva.

Finalizadas as ações de implementação das melhorias do ambiente de negócios, a proposta de valor poderá ser elaborada, de tal forma que demonstre as vantagens comparativas e competitivas que os municípios podem oferecer aos potenciais investidores.

7. Justificativa

Inicialmente, cabe ressaltar que os municípios que compõem a Regional Centro-Oeste juntos possuem uma população de cerca de 294 mil habitantes, segundo dados do IBGE de 2022, o que representa 7,1 % da população capixaba, sendo Colatina o município mais populoso, com mais de 124 mil habitantes, e com o maior número de indústrias instaladas.

Município	População	% sobre Regional	População ES
Baixo Guandu	30.674	11,3	3.833.486
Colatina	119.992	44,1	
Governador Lindenberg	11.009	4,1	
Itaguaçu	13.589	5,0	
Marilândia	12.202	4,5	
Pancas	18.893	7,0	
São Domingos do Norte	8.589	3,2	
São Gabriel da Palha	32.252	11,9	
São Roque do Canaã	10.886	4,0	
Vila Valério	13.728	5,1	
TOTAL	271.814	100,0	7,1%

Fonte: IBGE - 2022

Com uma infraestrutura mais organizada, contando com indústrias do segmento de vestuário, metalmecânico e agroalimentar, Colatina tem se tornado um município bastante atrativo para investimentos, contribuindo para que os outros municípios da Regional se apresentem como opções interessantes e viáveis.

Cabe ressaltar que, com exceção de São Roque do Canaã e Vila Valério, os demais municípios da Regional estão inseridos na área de influência da Sudene, recebendo, portanto, os incentivos que a entidade oferece para fomentar o desenvolvimento econômico.

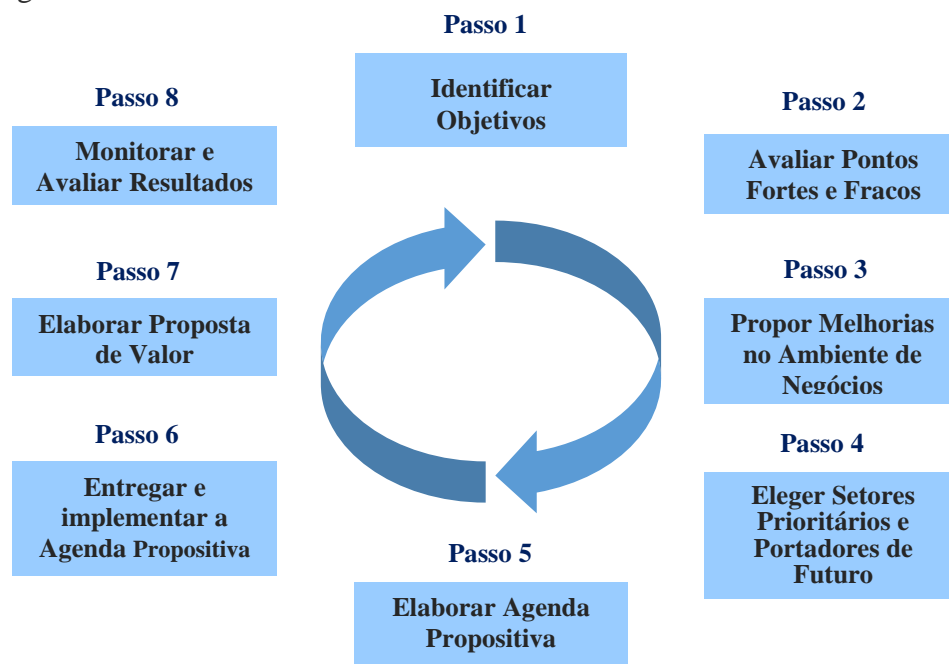
Todavia, as empresas instaladas no município, em especial as indústrias, tem se deparado com alguns gargalos que limitam o desenvolvimento de suas atividades, bem como, o potencial de ampliação de investimentos, sendo que parte desses problemas podem ser resolvidos com ações implementadas pelos poderes públicos municipais. Melhorando, assim, o ambiente de negócios e facilitando o aporte de mais investimentos do setor privado.

É de conhecimento que a promoção do desenvolvimento socioeconômico é um dos principais objetivos dos gestores públicos, pois oferece aos munícipes a possibilidade de obter emprego e renda. Por outro lado, colabora na ampliação da capacidade de arrecadação dos municípios, permitindo que as prefeituras possam oferecer melhores serviços e instalações públicas.

Entretanto, muitas ações necessárias e importantes necessitam ser realizadas com antecedência, dando respaldo para que o desenvolvimento possa ser sustentável. Essas ações devem ser focadas, principalmente, na melhoria do ambiente de negócios, de forma

que os investimentos possam ocorrer por parte da iniciativa privada de forma constante que, em vias de regra, é atraída pelas vantagens comparativas e competitivas que os municípios oferecem, facilitando a consolidação dos empreendimentos.

Pensando exatamente nessa fase inicial que o Conder propõe aos municípios que compõem as Regionais Findes a implantação do Programa de Desenvolvimento das Indústrias e Melhoria do Ambiente de Negócios, que é constituído por 8 Passos, sendo que em seu 5º Passo prevê a elaboração de uma Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios.



8. Objetivos

✓ *Geral*

Elaborar e propor aos gestores municipais uma Agenda Propositiva para Melhoria do Ambiente de Negócios.

✓ *Específicos*

Disponibilizar informações, ações e sugestões que possam contribuir para:

- Propor melhorias em áreas que afetem diretamente na atração de investimentos;
- Ofertar capacitação e qualificação, observando as necessidades de mão de obra das indústrias;
- Alavancar a capacidade de investimentos das prefeituras, por meio de Parcerias Público-Privadas;
- Disponibilizar informações sobre os setores produtivos, facilitando a análise econômica e os impactos na economia regional;
- Contribuir para ampliar a base industrial, com adensamento e fortalecimento das principais cadeias produtivas regionais;
- Contribuir na geração de empregos e receitas, elevando a qualidade de vida para os cidadãos;
- Elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

9. Processo de Planejamento das Ações

O planejamento, enquanto ferramenta de gestão pública e privada, torna-se um recurso fundamental de orientação e perspectiva que não podemos prescindir. Planejar é propor sugestões, intenções, fazendo uso de um plano que estabeleça ações, tarefas, etapas, divisão e integração de trabalho, bem como, a identificação das questões norteadoras, definição de abrangência, de fontes, definição de instrumentos de coleta dos dados, validação de dados e respostas, etapas e cronograma. Requerendo, assim, identificação, comparação, resumo, observação, interpretação e aplicação de princípios e decisões.

O processo de planejamento de ações para o desenvolvimento econômico envolve a definição de prioridades que podem provocar a adesão sistemática de um ou vários atores. Planejar também implica na identificação dos agentes interessados, além da definição de mecanismos de articulação destes, visando à consecução de objetivos, bem como, as estratégias para alcançá-los.

Trazendo para a realidade das regionais da Findes, isto direciona para a necessidade de se estabelecer uma Agenda Propositiva Regional que tenha como propósito a melhoria do ambiente de negócios, que permita compatibilizar as potencialidades, os desafios, os riscos e as limitações dos municípios para tratar os seus problemas, bem como, a estruturação e apresentação de propostas de ações com reais possibilidades de implementação e geração de resultados. Por conseguinte, sendo muito importante que se tenha o efetivo controle quanto à implementação dessas ações, de forma que propicie a desejada melhoria do ambiente de negócios, atraindo novos investimentos e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico.

Na construção da Agenda Propositiva Regional são utilizadas várias ferramentas, a saber:

- **Matriz Swot**

Análise SWOT é uma ferramenta de gestão que serve para fazer o planejamento estratégico de empresas e novos projetos.

A sigla SWOT significa: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) e também é conhecida como Análise FOFA ou Matriz SWOT.



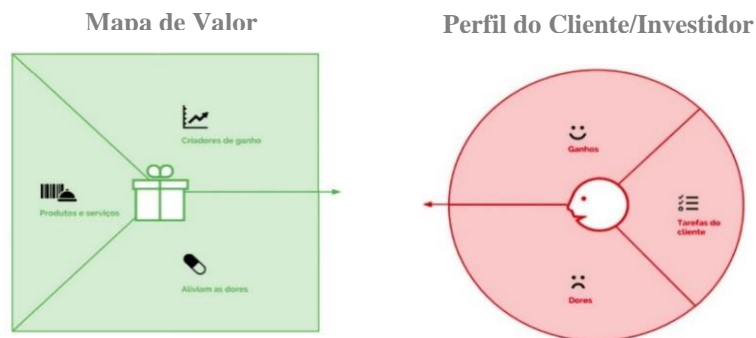
- **5W2H**

A ferramenta 5W2H é um checklist administrativo de atividades, prazos e responsabilidades que devem ser desenvolvidas com clareza e eficiência por todos os envolvidos em um projeto. Tem como função definir o que será feito, porque, onde, quem irá fazer, quando será feito, como e quanto custará.



- **Canvas de Proposta de Valor**

No Mapa de Valor, descrevemos como pretendemos criar valor para os clientes/investidores. Já no Perfil do Cliente/Investidor, deve esclarecer a compreensão desses clientes/investidores. Desta forma, um deve se encaixar no outro.



A implementação da Agenda Propositiva Regional não fica restrita à execução de um conjunto de programas, projetos e campanhas que se deseja realizar, indo bem além, pois consiste também na questão de incorporar a cultura do desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, o ente público tem que estar preparado para promover as mudanças necessárias e torná-las uma rotina dentro do processo de gestão. Tendo como foco principal o bem-estar coletivo dos seus colaboradores, entidades parceiras, investidores, empresários, trabalhadores e, principalmente, dos munícipes.

Não se trata de algo simples de se promover, mas o processo de transformação e absorção da cultura do desenvolvimento é lento e gradativo, constante e virtuoso, trazendo uma série de benefícios para todos.

10. Dimensões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios

Foram estabelecidas 20 (vinte) dimensões de atuação, que devem ser a base da Agenda Propositiva para Melhoria do Ambiente de Negócios e vitais para atingir os objetivos propostos. Ao serem avaliados, pontos de melhorias foram identificados, analisados e sugeridas ações que contribuirão para a melhoria do ambiente de negócios.

Cabe ressaltar que, o item 11 deste documento: Tabelas Referenciais - Propostas de Melhorias do Ambiente de Negócios – por Dimensão, servem de referencial para que as Secretarias Municipais possam dar andamento nas ações de melhorias sugeridas, bem como, outras informações para o monitoramento dos processos.

Na sequência, estão disponibilizadas as citadas dimensões, com contribuições relevantes que foram discutidas no workshop e que serviram para a definição dos pontos de melhorias.

I. Dimensão Setores Econômicos Prioritários

Nessa dimensão, o foco é definir os principais setores industriais dos municípios que fazem parte da Regional Centro-Oeste para que sejam tratados prioritariamente,

entendendo suas necessidades e sua dinâmica, buscando preencher as lacunas da cadeia de fornecimento e produção.

Foram definidos como prioritários os seguintes setores:

- Beneficiamento de Minerais;
- Madeireiro;
- Alimentos e Bebidas;
- Vestuário;
- Agronegócios;
- Construção Civil;
- Reparação Automotiva.

Os membros do Grupo de Trabalho elegeram esses setores como prioritários por entender que são os maiores geradores de negócios, receitas e empregos, e que dão sustentabilidade à base industrial da região.

Importante:

O Observatório da Indústria da Findes disponibiliza um painel referente ao Perfil Setorial das Regiões do Espírito Santo. O painel está dividido em 4 seções, nas quais é possível acompanhar de forma dinâmica as seguintes informações:

- Seção 1 (Dados Gerais): informações sobre atividade econômica, comércio exterior, inflação, PIB per capita, IDB e população do ES.
- Seção 2 (Empresas e Empregos): número de empresas e empregos nos municípios capixabas a partir das Cnaes.
- Seção 3 (Perfil do trabalhador): informações de salário médio, faixa etária, gênero, raça/cor, escolaridade e ocupações dos trabalhadores capixabas.
- Seção 4 (Geração de emprego): apresenta a movimentação dos trabalhadores de forma tempestiva, sendo possível obter uma caracterização dos trabalhadores admitidos e demitidos.



Este estudo conta com recortes regionais e permitirá monitorar indicadores importantes quanto ao desenvolvimento econômico dos municípios e da Regional.

Além disso, pode ser acessado no site do Observatório da Indústria os Indicadores de Ambiente de Negócios (IAN). Por meio de painéis interativos, é possível visualizar diversos indicadores relacionados ao Estado do Espírito Santo e seus 78 municípios. Os gráficos e tabelas exibidos são elaborados com base nas principais fontes de dados nacionais e regionais.



Link de acesso: *Portal da indústria es (portaldaindustria-es.com.br)*

II. Dimensão Setores Portadores de Futuro

Na dimensão Setores Portadores de Futuro, o propósito é identificar aqueles setores que tem amplas possibilidades de desenvolvimento nos municípios que compõem a Regional Centro-Oeste, usando como referência os Setores Portadores de Futuro 2035, elaborado pelo Observatório da Indústria da Findes (ver na figura a seguir).

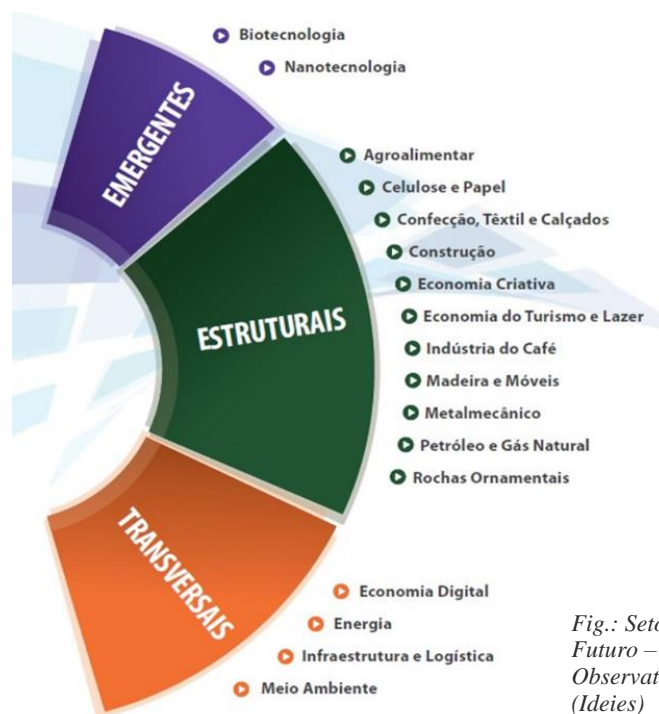


Fig.: Setores Portadores de Futuro – Agenda 2035 – Observatório da Indústria (Ideias)

Dentre os setores com o potencial de crescimento, destacam-se:

1. Economia Digital

A digitalização dos processos é algo irreversível, ou seja, um caminho sem volta. Meios de pagamento, assinatura eletrônica e telemedicina, são alguns exemplos, entre tantos outros. Por isso, uma variedade de empresas, carreiras, produtos e serviços estão surgindo com a finalidade de suprir as demandas, sendo esse novo cenário denominado economia digital.

A economia digital pode ser aplicada na prestação de serviços, no varejo, nas indústrias e mais recentemente no setor agropecuário. Desde e-commerces, bancos digitais, plataformas de serviço freelancers, Indústria 4.0, aplicativos de delivery e na automatização de ações, exemplos práticos da digitalização econômica. Estar em contato com inteligência artificial é algo comum nessa área.

Por outro lado, os consumidores estão cada vez mais conectados, dispendo de soluções ágeis e confiáveis para os serviços essenciais que necessita fazer uso diariamente. Em resposta, as empresas estão promovendo uma transformação digital em seus processos, implementando ferramentas e meios tecnológicos em suas atividades que possam cativar ainda mais seus atuais e futuros clientes.

A economia digital torna os negócios mais competitivos. Além disso, o uso de inovações também faz com que as operações nas empresas sejam ainda mais eficazes e céleres. Isso ocorre devido à diminuição e automatização de tarefas, permitindo substancial redução de tempo na execução das ações quando comparado com a forma tradicional.

Então, tornou-se essencial que sejam oferecidos canais para atender às necessidades dos clientes, utilizando as soluções de TI para obter uma gestão otimizada. O propósito é gerar crescimento de negócios nesse modelo e levar empresas tradicionais a se adaptar a esse novo conceito de fazer negócios.

De acordo com a Latin American Digital Transformation Report 2021, em 2015 o valor das empresas digitais representava 0,9 % do total do país. Sendo que, até o final de 2021, a previsão seria de até quatro vezes maior, cerca de 4 % do total. Segundo a Oxford Economics, a economia digital será responsável por aproximadamente 24% do Pib mundial até 2025, o que demonstra a importância desta nova economia como motor do crescimento econômico global.

Com uma participação cada vez mais central na economia brasileira, em 2018, o e-commerce teve 58 milhões de consumidores que fizeram pelo menos uma aquisição online, tendo registrado um faturamento de cerca de R\$ 53,2 bilhões, com crescimento de 12% comparado ao ano anterior, sendo uma das alavancas do crescimento do país. Nessa área, o Brasil é considerado o maior e o mais desenvolvido mercado da América Latina. Mas ainda é um setor com grandes desafios para serem tratados, envolvendo questões logísticas, de diferenças culturais, dos aspectos tributários e do comportamento do consumidor em cada região.

Com relação à demanda, os consumidores brasileiros estão cada vez mais conectados, com mais de 230 milhões de smartphones sendo utilizados, realizando interação com instituições financeiras, fazendo compras e pagamentos em lojas virtuais, bem como, acessando mídias sociais.

As transações por smartphone e internet banking, em 2018, representavam quase 70% do total, indicando um forte e contínuo movimento em direção aos meios eletrônicos de pagamento.

Com a digitalização, as empresas poderão otimizar recursos, inovar processos e produtos, e acrescentar qualidade na tomada de decisão, sendo, portanto, uma das principais forças indutoras para promoção do desenvolvimento econômico.

Ao fomentar a economia digital, dar-se-á uma grande contribuição para a sustentação do desenvolvimento nos municípios que fazem parte da regional, gerando, assim, um ambiente adequado para agregação de valor e atração de investimentos.

Os segmentos mais propícios e que devem ser incentivados na economia digital são:

- TIC's;
- Startups;
- Software as a Service (SaaS);
- Marketplace;
- Hardware;
- Consumer;
- Venda de dados;
- Modelo de negócios em Application Programming Interface (API);
- E-commerce.

2. Economia Criativa

Existe um enorme potencial de expansão no que diz respeito à economia criativa, fundamentado na criatividade e na disponibilidade de capital social.

O propósito da economia criativa é formar uma rede de profissionais criativos e empresários que tenham a capacidade de promover um crescimento sustentável neste segmento. A indústria criativa é baseada no conceito da economia criativa, valorizando a criatividade individual ou coletiva, as habilidades e os talentos disponíveis na sociedade e que ainda não despertaram para o enorme potencial existente.

Os segmentos dentro da economia criativa podem ser separados em 4 grupos:

- Consumo (design, arquitetura, moda e publicidade);
- Mídias (editorial e audiovisual);
- Cultura (patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais);
- Tecnologia (P&D, biotecnologia e TIC).

Alguns exemplos de áreas onde podem se encontrar espaço para a economia criativa são: arquitetura, publicidade, design, jornalismo, rádio, televisão, cinema e artesanato. Sendo que as oportunidades não param de crescer, especialmente para profissionais criativos, que estão conectados com as tendências do mercado e tem um olhar voltado para o futuro.

Existem alguns segmentos da economia criativa que podem ter um amplo desenvolvimento nos municípios da regional, a saber:

- Turismo;
- Design;
- Gastronomia;

- Artesanato;
- Softwares aplicados à economia criativa;

Nesse sentido, oportuno que as prefeituras e organizações incentivem o desenvolvimento desse ecossistema, promovendo redução de burocracia, negociando linhas de crédito específicas e dando o apoio logístico necessário.

O capital social disponível nos municípios, ávidos para produzir e gerar renda, principalmente aquelas pessoas que estão desempregadas, podem fazer girar a economia criativa em níveis elevados.

3. Turismo, Lazer e Esportes

A Regional Centro-Oeste é privilegiada no que diz respeito ao turismo, dispõe de sítios históricos e culturais, turismo de aventura com montanhas imponentes, como por exemplo os Pontões, que beneficiam a prática de voo livre, além de paisagens encantadoras, incluindo o pôr do Sol de Colatina, considerado um dos mais belos do país. Ecoturismo também é um atrativo importante dessa regional, atraindo bastante adeptos. O agroturismo também se destaca, mas em escala ainda pequena com grande potencial de crescimento.

Os municípios da Regional tiveram uma forte emigração de italianos e alemães, além de outras etnias, que mantiveram suas tradições, tanto na cultura quanto na culinária. Várias festas são realizadas segundo as tradições desses emigrantes.

Apesar de toda a riqueza disponível, o turismo ainda é pouco explorado como gerador de oportunidades e negócios. Dessa forma, os municípios podem se beneficiar desse potencial, incentivando o surgimento de novos negócios, voltados para a exploração do turismo e lazer, ampliando a oferta de produtos e serviços para esse setor tão importante economicamente.

Com a estruturação de um Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional, contando como apoio do governo estadual e entidades parceiras, o setor poderá se desenvolver de forma mais célere e contribuir para ampliar a oferta de empregos e de receitas municipais.

Este setor, sem dúvidas, é uma força motora para o desenvolvimento econômico. Adiante, daremos um tratamento mais abrangente sobre essa oportunidade na Dimensão Turismo, Esportes e Lazer.

4. Agroalimentar

O potencial para empreendimentos agroalimentares é elevado nessa região. Em especial a indústria do café. O Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do país, sendo que os municípios que compõem essa Regional contribuem significativamente para esse destaque. Assim, o incentivo à expansão e ao surgimento de novos negócios pode dinamizar ainda mais este segmento, ampliando a capacidade instalada de agregar valor ao produto in natura.

Cabe ressaltar que os sistemas cooperados tem sido um modelo muito utilizado no sul do país, com muito sucesso. Todavia, deve ser considerada também as atividades desenvolvidas por cooperativas que também já atuam a algum tempo na região, mas outras podem ser constituídas para incrementar o agronegócio.

Dessa forma, é importante conhecer as tendências desse setor, principalmente no que diz respeito à inovação e tecnologias empregadas.

Setor agroalimentar aposta na inovação tecnológica para superar desafios

Impactada por fatores como mudanças climáticas, agroindustrialização e redução do alívio geracional, cadeia agroalimentar passa por processo de digitalização cada vez mais avançado

Relatório elaborado pela fundação europeia INTEC, em parceria com a Minsait, aponta soluções de inteligência artificial (IA), IoT e Cloud como tendências para tornar a atividade do setor mais competitiva

Inovação tornou-se palavra de ordem em meio à nova onda de transformação digital que tem ganhado força no setor agroalimentar. Isso porque, sem ela, empresas do segmento estão fadadas à estagnação e à perda de competitividade, em um cenário marcado não só pela incerteza, mas também pelo surgimento de novos players de mercado e por mudanças nos hábitos de consumo.

É o que mostra o relatório “Tendências Alimentares em Agritech e Foodtech em 2023”, produzido pela Fundación Europea para la Innovación y Aplicación de la Tecnología (INTEC) em parceria com a Minsait, uma empresa Indra, líder em transformação digital e Tecnologia da Informação.

De acordo com Alberto Bernal, diretor de Territórios Phygital da Minsait, a transformação digital focada na sustentabilidade tem se mostrado uma ferramenta básica para responder aos desafios da cadeia agroalimentar de forma inteligente, responsável e inclusiva: “A capacidade de fornecer soluções tecnológicas de alto valor é o que permitirá ao setor avançar em direção a uma operação mais sustentável e competitiva”, afirmou.

O relatório elaborado identificou alguns desses desafios que têm atraído a atenção do mercado global, em especial por sua importância para o crescimento de uma indústria que vem se mostrando cada vez mais necessária para o futuro. Em primeiro lugar, as mudanças climáticas e a intensificação de fenômenos naturais adversos têm afetado não só o rendimento dos cultivos agrícolas, mas todos os demais aspectos da produção alimentar, agravando o problema da escassez de água.

Nesse sentido, têm sido desenvolvidas novas tecnologias que contemplam práticas como irrigação inteligente, uso da água na economia circular e regeneração de águas residuais, chorume e demais detritos. Inovações como a inteligência artificial (IA) também permitem monitorar e prever o tempo, a fim de mitigar os impactos causados por eventos climáticos extremos, incluindo secas, granizo e enchentes.

Já no setor energético, o avanço da tecnologia em geração de eletricidade tem se voltado para fontes renováveis, como eólica ou solar fotovoltaica, bem como para o fornecimento de soluções para comunidades energéticas inteligentes, gerenciamento de redes e eficiência energética. “A inovação, aliada à tecnologia, será a chave para o enfrentamento dos principais desafios impostos à cadeia agroalimentar na atualidade”, destaca Juan Francisco Delgado, diretor do relatório e vice-presidente executivo da INTEC.

Dez tendências para o setor agroalimentar em 2023

O relatório “Tendências Alimentares em Agritech e Foodtech em 2023” destaca a relevância da inovação na transformação da cadeia agroalimentar, revelando dez macrotendências que devem se consolidar no setor ao longo dos próximos anos:

1. *Novos sistemas de plataformas para agricultura, pecuária e aquicultura de precisão, com especial atenção à gestão e automatização de dados por meio da Inteligência Artificial (IA), que devem ser fortemente difundidas no setor;*
2. *Voltada para a melhoria da eficiência e da sustentabilidade na produção agrícola, bem como para o avanço da segurança alimentar, a inteligência artificial aplicada deve ter um crescimento de até 30% ao longo de 2023;*
3. *Proteínas alternativas, derivadas de vegetais, insetos e insumos marinhos, ao lado das carnes veganas e cultivadas, devem ser tendências poderosas, bem como os tecidos artificiais e sintéticos, capazes de garantir uma produção mais sustentável e comprometida com a preservação do meio ambiente;*
4. *Biotecnologia, saúde e bem-estar animal também serão tendências, com destaque para a genética vegetal e o melhoramento do DNA voltado para o combate a doenças;*
5. *A necessidade de controlar processos, desde a produção primária até a chegada ao consumidor, com a devida transparência e segurança de dados, tem se mostrado cada vez mais fundamental para a segurança alimentar e rastreabilidade. Já nas transações econômicas, a tendência é a introdução do blockchain e dos pagamentos em criptomoedas;*
6. *Cultivos indoor e práticas de agricultura vertical serão cada vez mais frequentes. Aliadas à agricultura de precisão, tratam-se de novas formas de tornar o uso da água e o controle dos alimentos mais eficientes. O manejo do clima e o controle de pragas serão procedimentos-chaves para esses novos modelos de negócio, especialmente em 2023;*
7. *A robótica, aliada à inteligência artificial, é uma das principais tendências emergentes aplicadas à agricultura, com destaque para a utilização de câmeras espectrais na colheita de frutas, contribuindo para a eliminação do trabalho mecânico;*
8. *Soluções para eliminar o desperdício de alimentos também devem ser uma tendência forte na cadeia agroalimentar em 2023. Para se ter uma ideia, só na Espanha e em Portugal, são desperdiçadas 1,3 milhões de toneladas de alimentos ao ano, além de 30% de toda a eletricidade gerada para o cultivo desses insumos;*
9. *Os chamados mercados de proximidade, que conectam os produtores locais aos consumidores estão ganhando popularidade e o esperado é que continuem crescendo ao longo do ano;*
10. *Em meio à crescente preocupação com a sustentabilidade e a preservação ambiental, a previsão é de que soluções como a conversão de resíduos em combustíveis e a produção de adubos orgânicos também continue ganhando importância no mercado.*

Fonte: <https://www.sucessonocampo.com.br>

5. Biotecnologia

Segundo a ONU, “biotecnologia significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica” (ONU, Convenção de Biodiversidade 1992). A palavra tem origem grega: “bio” significa vida, “tecnos” remete a técnica e “logos” quer dizer “conhecimento”.

A biotecnologia explora processos celulares e biomoleculares para desenvolver tecnologias e produtos que ajudam a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Atualmente, o uso de mecanismos biológicos e outros avanços tecnológicos têm sido muito importante na área da saúde, combate à fome e doenças, proteção do meio ambiente, produção de energia sustentável, agricultura, cosméticos e infraestrutura, por exemplo, influenciando profundamente indústrias como a alimentícia, agrícola, farmacêutica, química e agropecuária.

Os cinco ramos nos quais se divide a biotecnologia moderna - humana, ambiental, industrial, animal e vegetal - nos ajudam a combater a fome e as doenças, produzir de forma mais segura, limpa e eficiente, reduzir nossa pegada ecológica e poupar energia.

A biotecnologia é uma área ampla e em constante evolução que está se tornando cada vez mais importante e presente em nossas vidas. No país, são diversas empresas, dos mais variados segmentos e especializações, e o setor não para de crescer. Seu caráter sistêmico e interdisciplinar faz com que profissionais de diversos campos e formações possam atuar nela também, o que, por sua vez, promove o intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos técnicos e científicos.

Segundo o Mapa Biotec (www.mapa.profissaobiotec.com.br), elaborado pelo Profissão Biotec, existem no Brasil atualmente 547 empresas de biotecnologia, sendo 308 empresas nacionais, 155 startups nacionais e 84 multinacionais. Além disso, há 35 institutos de pesquisa públicos, extremamente importantes para o avanço da biotecnologia no país.

Segundo estudos da consultoria Deloitte, a biotecnologia representará em 2024 cerca de 31% do mercado global. Isso se deve a fatores como o envelhecimento da população mundial e o crescimento no número de doenças crônicas.

➤ ***A Biotecnologia Moderna***

O termo Biotecnologia Moderna é utilizado para se referir ao uso da biotecnologia nos dias atuais e está ligado às técnicas de manipulação de material genético e à fusão de células que vai além das barreiras de reprodução normal.

O início da era da Biotecnologia Moderna se deu com a descoberta de que genes são feitos de DNA e podem ser isolados, copiados e manipulados e substituiu a era da Biotecnologia Antiga, como é chamada hoje.

Embora o nome dê a impressão de que é recente, a Biotecnologia Moderna já existe há décadas. As informações de quando este termo começou a ser utilizado divergem em vários estudos, mas é certo afirmar que o primeiro grande marco para esta era foi a descoberta da estrutura do DNA em 1953, por James Watson e Francis Crick.

➤ ***A Biotecnologia no Brasil***

No Brasil, programas de apoio à biotecnologia começaram a surgir por volta da década de 1980. Um exemplo foi a criação do Fundo Setorial de Biotecnologia que, de acordo com o site do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), tem como foco “promover a formação e capacitação de recursos humanos, fortalecer a infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte, expandir a base de conhecimento da área, estimular a

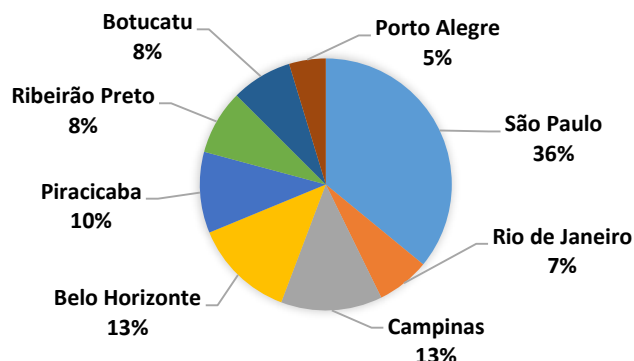
formação de empresas de base biotecnológica e a transferência de tecnologias para empresas consolidadas, realizar estudos de prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor”.

A biotecnologia é considerada prioridade estratégica no Brasil desde 2003, e em 2007 foi criado o decreto Nº 6.041 que estabeleceu a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. Segundo o estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) de 2013, o Brasil ocupa a 12ª colocação no ranking mundial em relação ao número de empresas de biotecnologia.

Em 2011, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) realizou a pesquisa Brazil Biotech Map. O levantamento apontou que 86,1% das bioempresas no Brasil estavam concentradas em São Paulo (40,5 %), seguido de Minas Gerais (24,5%), Rio de Janeiro (13,1 %) e Rio Grande do Sul (8 %). Segundo Pesquisa de Inovação (PINTEC) realizada pelo IBGE, o número de companhias que utilizam biotecnologia no Brasil cresceu 41,9% de 2011 a 2014.

Em março de 2021, o Profissão Biotec realizou um novo levantamento de empresas de biotecnologia no país, com apoio da Eppendorf e DiBlasi, Parente & Associados: Mapa Biotec. Este levantamento é interativo e constantemente atualizado e alimentado com novas empresas. Conforme dados de junho de 2021, o Mapa Biotec sinalizou as 7 cidades que mais sediam empresas de biotecnologia no Brasil são: São Paulo – SP, Belo Horizonte – MG, Campinas – SP, Piracicaba – SP, Ribeirão Preto – SP, Botucatu – SP, Rio de Janeiro – RJ, Porto Alegre – RS.

BIOEMPRESAS NO PAÍS - POR CIDADE - JUNHO/2021



Fonte: Número de empresas de biotecnologia nas 7 cidades com maior concentração de empresas da área, segundo dados do Mapa Biotec de junho de 2021. Site Profissão Biotec

O Brasil se destaca por ser pioneiro na pesquisa e utilização de produtos agrícolas geneticamente modificados, além de desenvolver e comercializar conhecimentos de biotecnologia agrícola de ponta. Cada vez mais a biotecnologia tem adquirido grande importância do ponto de vista econômico e o país tem se posicionado como um grande mercado desse segmento. Um dos motivos é o tamanho de sua população pois, quanto maior o número de habitantes de um país, maior é o consumo de medicamentos, alimentos, vacinas, entre outros bioprodutos.

Porém, para que a produção de conhecimento em biotecnologia no país alcance o mesmo potencial consumidor, há uma série de investimentos que precisam acontecer:

- Educação, para aumento da capacitação profissional;
- Infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento;
- Proteção à propriedade intelectual;
- Regulamentação adequada;
- Regras para transferência de tecnologia;
- Incentivos comerciais e de mercado;
- Marco legal que garanta segurança jurídica.

➤ ***Quais são os resultados mais importantes da biotecnologia?***

Abaixo, alguns dos resultados mais importantes já desenvolvidos a partir do estudo da biotecnologia:

- Marcadores moleculares, que permitem a análise da diversidade genética e os testes de paternidade;
- Engenharia genética, também chamada de tecnologia do DNA recombinante, que possibilita a obtenção de transgênicos, denominação ampla dada aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs);
- Sequenciamento de DNA, que permite o conhecimento do genoma dos organismos e sua aplicação no melhoramento genético;
- Clonagem de animais;
- Estudos de células tronco.

➤ ***Quais são as vantagens da Biotecnologia?***

As vantagens trazidas pela biotecnologia são inúmeras e se estendem por todos os campos de aplicação, melhorando a qualidade de vida no mundo. Entre os resultados mais aparentes podem ser destacados:

- Colheitas de maior rendimento e maior resistência;
- Menor utilização de pesticidas;
- Alimentos transgênicos duram mais tempo, diminuindo o desperdício de comida;
- Redução na quantidade de energia necessária para se produzir alimentos;
- Utilização de produtos menos nocivos ao meio ambiente;
- Diminuição da fome no mundo;
- Alimentos mais nutritivos;
- Redução na ocorrência de doenças contagiosas;
- Criação de ferramentas mais precisas na detecção de doenças, etc.

➤ ***Quais são as desvantagens da Biotecnologia?***

Os avanços causados pela biotecnologia também possuem consequências negativas. Entre as principais desvantagens podemos destacar:

- Danos ao meio ambiente;
- Alta dependência de tecnologias oriundas de países desenvolvidos;
- Aumento da concentração de renda;
- Incerteza sobre os seus efeitos, a longo prazo, no meio ambiente e nos organismos;
- Diminuição da biodiversidade;
- Aumento na ocorrência de doenças causadas por produtos transgênicos.

➤ **Como é classificada a Biotecnologia?**

Por ser uma área tão singular e ampla, presente em diferentes campos de estudo e podendo ser aplicada a diversas indústrias, a biotecnologia é classificada por estudiosos em cores, de acordo com suas funcionalidades e setores aos quais se relaciona:

- *Biotecnologia Vermelha* - relacionada à área da saúde, no desenvolvimento de medicamentos e tratamentos médicos, vacinas, fármacos e manipulações genéticas.
- *Biotecnologia Verde* - relacionada à agricultura, tanto no caso de sementes e plantas geneticamente modificadas, quanto no desenvolvimento de fertilizantes e herbicidas.
- *Biotecnologia Azul* - relacionada ao campo da biotecnologia marinha, que consiste nos estudos dos organismos e moléculas marinhas para a pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, como tratamento de doenças, cosméticos, substâncias químicas em geral etc.
- *Biotecnologia Branca* - relacionada à indústria, ela aplica os conhecimentos e tecnologias da área para criação de produtos em larga escala, geração de insumos e processos industriais ou desenvolvimento de substâncias menos poluentes ou menos agressivas ao ambiente, por exemplo.
- *Biotecnologia Amarela* - relacionada ao setor alimentício, inclui o uso de processos de fermentação ou de enzimas e outros processos biológicos para produção ou conservação de alimentos, corantes, conservantes, adoçantes, entre outros.
- *Biotecnologia Marrom* - relacionada às tecnologias desenvolvidas para ambientes desérticos e semiáridos, como a criação de sementes e plantas geneticamente modificadas resistentes a altas temperaturas ou à escassez de água.
- *Biotecnologia Preta* - relacionada a armas biológicas e bioterrorismo, assim como vigilância antibioterrorismo, sendo comumente usada para a proteção da população mundial.
- *Biotecnologia Cinza* - relacionada ao meio ambiente e seus diversos processos e ciclos, dedica-se ao cuidado e tratamento de poluentes e resíduos tóxicos, restauração de ecossistemas e pesquisas de tecnologias úteis para a questão ambiental.
- *Biotecnologia Roxa* - relacionada com as patentes, publicações e propriedades intelectuais, assim como suas questões éticas e legais.
- *Biotecnologia Laranja* – relacionada com o ensino e a disseminação da biotecnologia. Desenvolve materiais e estratégias educacionais para levar informações sobre a biotecnologia para o maior número de pessoas.
- *Biotecnologia Dourada* - relacionada a nanotecnologia e bioinformática. Sendo a bioinformática a responsável pela criação e descoberta de várias ferramentas que possibilitam simular e prever estruturas moleculares, vias metabólicas e sínteses de proteínas, por exemplo, ou o uso de análises in silico em pesquisas. Já a nanotecnologia (nano porque vem da palavra grega nanos, que significa anão, e se refere a partículas e estruturas extremamente pequenas, a bilionésima parte de uma unidade de medida, ou seja, $\times 10^{-9}$) emprega nanopartículas e

nanoestruturas para manipular átomos, moléculas e estruturas celulares que, por sua vez, podem auxiliar em tratamentos médicos específicos, entrega de fármacos terapêuticos, materiais para regeneração de tecidos, etc.

➤ ***Quais são as áreas de atuação da Biotecnologia?***

A importância e demanda crescentes da biotecnologia fazem dos profissionais dessa área uma importante mão-de-obra qualificada, cuja demanda deve aumentar exponencialmente nas próximas décadas. Abaixo, algumas das principais áreas de atuação da biotecnologia:

- *Saúde* – contribui na pesquisa de micro-organismos para produção de medicamentos, vacinas, novas terapias e tratamentos, assim como estudar o comportamento de diferentes doenças, patologias e disfunções, a fim de encontrar curas ou tratamentos mais eficientes.
- *Agricultura e agronegócios* - contribui na modificação genética de plantas e vegetais que sejam resistentes a pragas ou que sejam enriquecidos com determinadas vitaminas e nutrientes, no combate a doenças de rebanhos ou no desenvolvimento de pesticidas menos tóxicos e não poluentes, por exemplo.
- *Indústria de cosméticos* – contribui com a indústria de cosméticos no desenvolvimento de produtos inovadores, testes de estabilidade, pesquisa e isolamentos de novos compostos e ativos, formulação de dermocosméticos e novas combinações de ingredientes para produzir o próximo creme antirrugas revolucionário, um protetor solar de maior duração ou qualquer outro cosmético com tecnologia de ponta. Por ser um dos setores que mais cresce, oferece ótimas oportunidades para o profissional da biotecnologia.
- *Meio ambiente* – contribui na pesquisa de processos de recuperação do solo, despoluição de rios e mares, soluções para a restauração de biomas, fontes de energia sustentável e eliminação de resíduos ou até o desenvolvimento de bioenergia e novos biocombustíveis.
- *Controle e qualidade de materiais* – contribui com uma série de conhecimentos específicos que são muito requisitados no controle de qualidade dos setores farmacêuticos, químicos, alimentícios e de análise microbiológica. Com esses conhecimentos, você pode trabalhar em todos esses setores.
- *Consultoria científica* – contribui no melhoramento de bioprocessos, análise microbiológica, biossegurança, otimizar procedimentos e aplicar seus conhecimentos de determinados fármacos e processos biológicos.
- *Assuntos regulatórios* – contribui com o setor regulatório, cuidando de documentação regulamentar, legislações, conformidade, prazos de agências reguladoras, aprovação de novos fármacos ou transgênicos e aplicação das leis e padrões vigentes em novos produtos, soluções ou serviços biotecnológicos. No Brasil, o órgão responsável pela liberação de produtos geneticamente modificados é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.
- *Bioinformática* – contribui no desenvolvimento de softwares de análise de dados de sequenciamento genético, modelagem computacional na criação e testes de novos fármacos e enzimas, criação de bancos de dados genômicos, simulações de modelos genéticos, análise proteômica, etc.

- *Nanotecnologia* – contribui no setor de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, novos tratamentos, materiais inovadores, indústria têxtil, alimentícia, aeroespacial, setor governamental e na vanguarda da pesquisa acadêmica da biotecnologia.

III. Dimensão Polos Industriais

Na dimensão Polos Industriais o propósito é mapear os polos industriais existentes, a estruturação, a capacidade e taxa de ocupação, as melhorias que podem ser realizadas, bem como, e se necessário, a criação de novos polos. Abaixo, sugestões quanto às informações que devem ser levantadas:

- Área total;
- Empresas instaladas;
- Disponibilidade de lotes;
- Infraestrutura;
- Logística;
- Localização;
- Perfil do polo logístico.

Caso seja necessário a expansão no número de polos industriais instalados, alguns pontos devem ser considerados na decisão:

- Fortalecimento da economia municipal;
- Geração de empregos diretos e indiretos;
- Atração de empresas do mesmo ramo de atuação, complementares e afins;
- Arrecadação de impostos para o município, estado e federação;
- Contribuir para o crescimento do produto interno bruto municipal – Pib Municipal;
- Assegurar o desenvolvimento local – por ser um conjunto de negócios, o polo atrai serviços derivados ou associados a cadeia produtiva das empresas instaladas, bem como, outros serviços a serem oferecidos por empresários locais ou oriundos de outras regiões;
- Elevação no índice da qualidade de vida dos munícipes – a iniciativa privada passa a oferecer serviços nas áreas de alimentação (redes de supermercados, restaurantes e lanchonetes), educação (escolas, cursinhos pré-vestibulares, técnicos, profissionalizantes ou mesmo ensino superior) e saúde, com oferta de cadeia de farmácias, clínicas e hospitais;
- Ampliação na oferta de serviços públicos com a construção de escolas, postos de saúde, vias alternativas, instalação de sinalização, calçamento, iluminação, recuperação do patrimônio público, reforço no saneamento básico e demais aspectos de infraestrutura e logística.

Também devem ser observados alguns fatores locacionais que podem impactar no sucesso da implantação de polos industriais, tais como:

- *Infraestrutura e logística* – um polo bem concebido, próximo das principais rodovias, contando com acessos de boa qualidade;
- *Transporte* – facilitado para recebimento de insumos e escoamento da produção, além do acesso da mão de obra ao local de trabalho;
- *Energia* – estabilizada e constante para não prejudicar o processo produtivo;

- Mercado consumidor – próximo para não agregar muito valor ao produto, tornando-o mais competitivo;
- Matéria prima – facilidade de obtenção e proximidade do polo industrial, para não agregar custos elevados aos produtos;
- Mão de obra – qualificada e disponível, que possa contribuir para elevação do nível de competitividade e qualidade, preferencialmente com instituições formadoras de mão de obra instaladas no município ou em vizinhos, de fácil acessibilidade;
- Incentivos fiscais – estaduais e/ou municipais, gerando uma vantagem comparativa e se tornando atraente aos potenciais investidores. Baseado numa Matriz de Incentivos que seja escalável e que possa mensurar as vantagens e benefícios que as implantações dos projetos possam trazer para o município e região;
- Linhas de crédito – a oferta de linhas de crédito acessíveis e atrativas que possam viabilizar a implantação de novos investimentos se faz necessária e importante;
- Políticas de atração de investimentos – com medidas nas áreas de segurança, saúde, educação, infraestrutura, etc, que contribuam para a melhoria contínua do ambiente de negócios e que possam oferecer qualidade e celeridade nos serviços públicos, tanto para as indústrias quanto para os cidadãos.

IV. Dimensão Infraestrutura

Na dimensão Infraestrutura o objetivo é avaliar e propor melhorias que possam impactar positivamente na atração de investimentos, principalmente com a utilização de Parcerias Público-Privadas (PPPs). A infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento de uma localidade e para que as empresas possam também desenvolver as suas atividades. Caso contrário, poderão ocorrer impactos na empregabilidade e na economia regional.

Existem diversos tipos de infraestrutura, podendo ser agrupadas em quatro grandes sistemas:

- Saneamento;
- Transporte;
- Energia;
- Telecomunicações.

Quando falamos em infraestrutura, falamos de rodovias, usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodoviárias, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, entre outros. Sendo bastante complexa, envolvendo diversas áreas. Obviamente depende do estágio em que se encontra o processo de desenvolvimento econômico da região, as atividades produtivas existentes e suas necessidades, bem como, as projeções futuras de novos investimentos produtivos, são determinantes para se planejar e implementar ações para melhoria da infraestrutura econômica.

Quando se quer promover o desenvolvimento econômico, deve ser observado a função da infraestrutura econômica, que tem por propósito apoiar as atividades que envolvem os setores produtivos. Uma vez que os serviços são prestados de forma eficiente, há um aumento da produção e, conseqüentemente, da competitividade, desenvolvendo a economia local e regional.

De forma geral, infraestrutura econômica é um conjunto de serviços fundamentais para um bom desenvolvimento das atividades econômicas de um país, estado, região ou

município. Por exemplo, para que as empresas consigam se desenvolver, receber matérias-primas e vender seus produtos, é necessária uma estrutura básica de transporte e comunicação.

Como forma de incentivar a melhoria do ambiente de negócios e, conseqüentemente, a ampliação dos investimentos nos municípios, deve-se observar as boas práticas citadas no Guia de Liberdade Econômica do Governo de Minas Gerais, conforme a seguir:

➤ **Boas Práticas de Planejamento Urbano**

- **Uso do Solo**

Além da organização da expansão das cidades, faz-se necessária, hoje, uma reflexão sobre o uso dos espaços urbanos já existentes. A separação entre zonas residenciais e comerciais se mostrou ineficiente na promoção de um ambiente de serviços e oferta de produtos que atendam às expectativas da população, por gerar a necessidade de longos deslocamentos, majoritariamente feitos através de carros particulares, e a concentração de infraestrutura urbana em áreas específicas. Nesse contexto, entende-se que a eliminação da separação entre os zoneamentos residenciais e comerciais, gerando zonas multifuncionais, proporcionará um melhor aproveitamento de áreas já providas de infraestrutura e o desenvolvimento de atividades econômicas em todo o território municipal, e respeita o crescimento espontâneo fruto da vontade do cidadão. Outra forma de ampliar o uso das áreas com infraestrutura já instalada, é reduzir a rigidez das regulamentações para construção ou reforma de casas e prédios. O aumento do potencial construtivo dos terrenos permite um acréscimo na densidade populacional que, aliada à facilitação de aprovação dos projetos, reduz os custos de construção e reforma de unidades, criando um ambiente mais propício à realização de negócios.

- **Mobilidade**

Grande parte das cidades brasileiras já sofrem com problemas relacionados ao trânsito de pessoas que geram prejuízo econômico. Esses problemas, em sua maioria são resultados do excesso de regulação do transporte e utilização de vias públicas, especialmente em cidades maiores. É necessária a viabilização de um sistema de mobilidade multimodal de qualidade. A melhoria do transporte coletivo e individual e o reconhecimento da importância do transporte alternativo combinadas, são capazes de produzir uma oferta de transporte mais adequada às necessidades dos cidadãos. A incorporação de ações como essas na política urbana são estratégias que podem ser adotadas pelo gestor para tornar seu município mais atraente para se viver e trabalhar, gerando qualidade de vida e desenvolvimento econômico sustentável.

- **Obras Públicas**

Grandes obras, especialmente as de estruturas viárias, são excelentes vitrines para a atuação do poder público. Todavia, em tempos de recursos escassos, a opção por pequenas intervenções tende a gerar benefícios a um maior número de pessoas e colocar o espaço urbano mais adequado para a convivência dos cidadãos. O investimento em acessibilidade e revitalização de áreas para permitir o fluxo e o recreio de pedestres proporciona a integração do transeunte à cidade, gera uma maior sensação de segurança, e desenvolve espaços de lazer com um custo de manutenção menor do que o dos parques. Pequenos negócios e atividades comerciais (lanchonetes, sorveterias, bancas de jornais, dentre outros) devem ser

estimuladas nesses ambientes através de simplificação dos processos para regularização dos seus negócios.

✓ **Instrumentos Legais de Planejamento Urbano**

- **Plano Diretor**

É o principal instrumento de planejamento e gestão territorial do município. Está definido no Estatuto da Cidade como um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana municipal. O plano diretor é obrigatório para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, pertencentes a regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, estejam em áreas de especial interesse turístico, ou em áreas de influência de empreendimentos de significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O plano diretor é desenvolvido conforme as particularidades de cada município, mas algumas diretrizes são indispensáveis, tais como: as normas relativas ao desenvolvimento urbano, as políticas de orientação da formulação de planos setoriais e os critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo, buscando assegurar uma expansão urbana ordenada, permitindo aos cidadãos acesso aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer aliada ao desenvolvimento sustentável.

O Estatuto da Cidade, no § 3º do seu artigo 40, determina que, pelo menos, a cada 10 anos, os planos diretores devem ser revistos.

Tanto sua elaboração, quanto sua revisão, pressupõem participação social em todo o processo. Nas temáticas abordadas no plano diretor, podem-se destacar estratégias e políticas de incentivo às principais atividades do município, aquelas que são as maiores geradoras de emprego e renda. Em especial, ganham importância os micro e pequenos negócios, formais e informais. Cada município, de acordo com sua vocação econômica, deverá adotar as diretrizes e instrumentos necessários ao fortalecimento da economia local.

- **Direito de Superfície**

O Artigo 21 do Estatuto da Cidade, permite que o proprietário urbano transfira o título gratuito ou oneroso, do direito, para outra pessoa de construir sem que este alcance o direito de propriedade do terreno, tornando flexível a utilização dos terrenos. O superficiário deverá pagar todos os encargos e tributos que incidam sobre o imóvel como um todo, terreno mais construção, como se fosse o dono das terras. Com o fim do contrato, o proprietário adquire o que foi construído na superfície, independentemente de indenização, salvo disposição em contrário.

- **Operações Urbanas Consorciadas**

Promove alterações estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas estratégicas da cidade. A implementação deste instrumento ocorre sob a coordenação do poder executivo municipal, em parceria com os proprietários de imóveis, moradores, usuários permanentes e investidores privados. O poder público deve delimitar uma área e elaborar um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infraestrutura, a nova distribuição de usos, os padrões de acessibilidade, dentre outras coisas.

É o instrumento utilizado para implantação de um plano urbanístico localizado, através do qual podem ser trabalhados elementos de difícil tratamento nos planos mais genéricos, possuindo um grande potencial de qualificação espacial para as cidades.

- **Usucapião Especial**

É um instrumento legal, previsto na Constituição e no Código Civil, que tem como propósito concretizar a posse precária nas mãos do ocupante, desde que o mesmo cumpra os requisitos legais. A ampliação da possibilidade de iniciativa para a usucapião coletiva vem facilitando e viabilizando a regularização fundiária urbana, por exemplo, em favelas.

- **Regularização Fundiária**

Regularização fundiária, conforme novo marco legal, composto pela Lei nº 13.465 de 2017 e pelo Decreto nº 9.310 de 2018, é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de núcleos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito à propriedade, impactando diretamente no empreendedorismo, na atividade econômica e na vida dos cidadãos.

Tem-se como núcleo urbano informal aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes. Em alguns casos, essas áreas ocupadas informalmente são propriedades públicas já incorporadas, ou não, ao patrimônio.

Esse instrumento de gestão urbana, ao garantir o direito à propriedade, é promotor de desenvolvimento econômico gerando avanços para a comunidade local. A segurança da posse permite investimentos no imóvel; respeito aos contratos firmados; impede novas ocupações na região, pelo interesse dos próprios beneficiários; promove a integração socioespacial dentro da estrutura urbana da sociedade formal; a urbanização da região e expansão dos serviços públicos e privados; a valorização dos imóveis do bairro regularizado e dos bairros próximos; atração de empresas e fomento ao empreendedorismo, através do acesso aos mercados de crédito que antes estavam indisponíveis; aumento da arrecadação fiscal pelas formalização das transações de mercado.

V. Dimensão Logística

A logística tem como principal função garantir a disponibilidade de insumos e produtos onde quer que eles sejam necessários, de forma eficiente e pelo menor custo possível. A redução de custos no processo, recebimento de materiais no momento certo de sua utilização e a otimização do processo produtivo, sem perder a qualidade do produto final, transformam a logística numa importante vantagem comparativa no momento de decidir onde fazer investimentos.

A seguir algumas modalidades de logísticas que devem ser avaliadas e, se possível, incentivadas, que podem agregar muito valor a este segmento econômico.

✓ ***Hub Logístico***

O hub logístico é uma das mais novas técnicas no mundo das entregas. Funciona a partir de um ponto localizado estrategicamente para poder atender múltiplas rotas (internas ou internacionais) e setores de transporte, ao mesmo tempo otimizando a

complexidade das operações logísticas. Por outro lado, pensar também na possibilidade de agregar aos municípios desta Regional a implementação de um hub logístico, seria mais uma grande oportunidade de viabilizar o polo logístico. Porém, é fundamental que as escolhas dos hubs logísticos levem em consideração fatores estratégicos, como localização, infraestrutura, experiência e, principalmente, tecnologia de ponta.

✓ ***Centro de Distribuição***

Os tradicionais Centros de Distribuição (CDs) podem funcionar como hubs logísticos em algumas empresas, especialmente se a estrutura for localizada em um ponto estratégico para o escoamento dos pedidos. No entanto, a realidade de muitos CDs é bem diferente disso, quase sempre operando com grandes estoques e estão localizados em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Nesses casos, o CD pode funcionar como um catalisador para alimentar os hubs logísticos menores, concentrando o estoque principal e redistribuindo as mercadorias para os pontos menores e mais estratégicos para a entrega.

✓ ***Lockers***

Uma outra possibilidade, passa em incentivar a implementação de lockers, que são pequenos centros de distribuição. Eles oferecem diferenciais estratégicos como hubs logísticos, especialmente por terem estruturas menores e operações muito mais dinâmicas de distribuição. Além disso, “mini hubs” têm a facilidade de estar em locais de grande fluxo, como os centros urbanos, algo que os CDs maiores dificilmente conseguem. Dessa forma, conseguem escoar pedidos e entregas, sem mesmo ter a necessidade de armazenagem de grandes estoques e por longos períodos.

✓ ***Transit Points***

Os transit points, ou pontos de trânsito, são outra estratégia comum em hubs logísticos. Na prática, esses locais funcionam como um posto avançado de distribuição de mercadorias, mas sem a função de armazenagem. Os produtos que ali chegam, já têm um destino pré-programado, podendo seguir para serem entregues em questão de poucas horas, ou seja, os itens já vêm prontos para a redistribuição, não precisando passar por etapas e processos comuns de um armazém, como picking, packing, expedição, etc. Os próprios lockers podem funcionar com essa estratégia nos centros urbanos, o que permite otimizar as entregas, reduzir custos e, em alguns casos, até mesmo enxugar a estrutura de armazenagem da empresa.

✓ ***Cross Docking***

Outro tipo de operação muito comum em hubs logísticos é o chamado cross docking, que na prática, visa otimizar diversos processos convencionais do supply chain. Para exemplificar melhor, o cross docking opera com uma dinâmica mais rápida e enxuta das etapas da cadeia de suprimento, onde, por exemplo, a empresa distribui seus pedidos para os hubs logísticos, que por sua vez, vão recebê-los e distribuí-los imediatamente para seus destinos finais. Esse tipo de operação é amplamente utilizado no e-commerce e é o que permite entregas do tipo same-day delivery (entregas no mesmo dia), por exemplo.

✓ *Plataforma Logística*

As plataformas logísticas são áreas delimitadas e situadas estrategicamente – em relação às infraestruturas modais de transporte existentes – com uma gama de estruturas, zonas e alternativas para a logística de uma determinada mercadoria. São estruturadas conforme critérios de superfície, localização, oferta imobiliária do solo, potencialidade do mercado, impacto ambiental e organização da planta.

São ocupadas por diferentes operadores logísticos que exercem todas as atividades relacionadas à logística e à distribuição nacional ou internacional dos bens. Fazem parte de uma infraestrutura de integração de transportes que busca concentrar e aperfeiçoar a distribuição dos materiais/produtos focando numa redução de fluxo e custos, aumentando assim a eficiência da atividade.

Essas instalações promovem maior agilidade nas operações internas e externas por meio do uso efetivo de sistemas inteligentes e de intermodalidade, a partir do gerenciamento e da agregação de valor das atividades.

Em síntese, estas áreas ligam redes logísticas, concentram atividades e reúnem elementos para promover a eficiência logística, impulsionando o aumento dos negócios e o acesso a novos mercados.

Essas plataformas logísticas são analisadas sob três tipos:

- *Sítio Logístico*: corresponde a um lugar fisicamente bem delimitado, sobre o qual intervenha um único operador;
- *Zona Logística*: corresponde a um espaço bem delimitado, com diversos operadores e com facilidades de ramificações multimodais, além de agrupar vários sítios logísticos;
- *Polo Logístico*: se concentra em um espaço levemente delimitado, geralmente muito amplo, que exhibe uma concentração de atividades logísticas e que agrupa vários sítios e zonas logísticas.

Os operadores das plataformas logísticas podem ser proprietários, arrendatários dos galpões e edifícios, dos equipamentos ou das instalações que são construídas. Uma plataforma deve ter um regime de livre concorrência para todas as empresas interessadas pelas atividades a serem trabalhadas na plataforma.

Ela acolhe empreendimentos importantes para o fomento da economia e melhora a competitividade entre as empresas, gerando empregos e viabilizando as atividades logísticas. É, obrigatoriamente gerida por uma entidade única, seja ela pública ou privada.

A utilização de plataformas logísticas é uma das principais tendências da logística mundial. A integração da economia mundial faz com que as empresas necessitem aperfeiçoar seus sistemas, e entre eles o sistema logístico.

→ **Logística 4.0**

Como dá para imaginar, a Logística 4.0 é uma vertente de um movimento ainda maior: a Indústria 4.0. E mudanças significativas como essa, normalmente, têm um grande debate acerca da sua perfeita definição. Há aqueles que defendem que a 4ª Revolução Industrial é, na verdade, o desdobramento da anterior, outros, que se trata de uma nova. Mas, independentemente disso, o fato é que os impactos, diferente do conceito, são bem claros.

Abaixo estão 4 benefícios mais significativos da logística 4.0, que se mostram em negócios de todos os portes:

- Agilidade;
- Monitoramento de ponta a ponta;
- Melhoria contínua;
- Economia de recursos.

→ Roteirizador Logístico

A Logística 4.0 chegou no setor de transporte rodoviário de cargas e tem demonstrado que é muito mais que automatizar tarefas. As inovações disponíveis para transportadores e embarcadores visam a otimização dos processos, algo vital neste segmento. Para quem lida com os preços cada vez mais altos dos fretes, isso se resume em economia, tanto pela redução de erros, que são comuns quando há intervenção humana, quanto pelo fornecimento de dados.

Com o roteirizador logístico, os gestores podem monitorar os indicadores de performance com o objetivo de obter melhorias consideráveis. Como exemplo, utiliza as informações coletadas nas viagens para planejar rotas mais inteligentes e de menores custos. As principais vantagens do roteirizador são:

- Assegurar o melhor planejamento logístico;
- Melhorar a taxa de retorno;
- Diminuir o custo na estrada.

VI. Dimensão Educação de Qualidade

Na dimensão Educação de Qualidade a meta é ofertar uma educação básica que possa contribuir e facilitar na formação profissional dos jovens, sendo fundamental para a formação de mão-de-obra qualificada e de empreendedores, atendendo, assim, às demandas do mercado de trabalho e a abertura de novos negócios com maiores expectativas de sucesso.

➤ Evolução da Educação – Estado e Municípios da Regional Centro-Oeste

Segundo a 27ª Edição do Anuário das Finanças dos Municípios Capixabas:

“A despesa com educação dos municípios capixabas apresentou um crescimento exponencial nos últimos dois anos. Foram dois recordes seguidos, alcançados em 2021, quando foram aplicados R\$ 4,69 bilhões, e em 2022, quando a quantia investida chegou a R\$ 5,55 bilhões. Esses valores estão corrigidos pelo IPCA médio de 2022 e revelam variações anuais de 13,8% e 18,3%, respectivamente.

A partir do segundo semestre de 2021, o processo de atenuação das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 permitiu a retomada gradual das atividades escolares, inicialmente com rodízios entre os estudantes matriculados. Com a volta das aulas presenciais, houve um aumento nas despesas relacionadas à manutenção de diversos serviços, como transporte escolar, limpeza, merenda, segurança e contratações temporárias, entre outros, mesmo que em alguns municípios o setor ainda estivesse funcionando parcialmente.

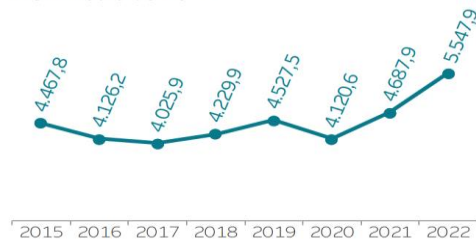
É importante destacar que, durante o período da crise sanitária, a vigência da Lei Complementar nº 173/2020 vedou o reajuste dos salários dos servidores, contratações, concursos públicos e reestruturação de carreiras, de maio de 2020 a dezembro de 2021.

Ainda no segundo semestre de 2021, a economia do país reagiu positivamente ao processo de reabertura das atividades em geral, o que favoreceu a arrecadação pública. No Espírito Santo, a receita total municipal teve ganho real de 4,8%, o que contribuiu para a ampliação da despesa com educação, uma vez que parte desse gasto é vinculada à receita, por regra constitucional

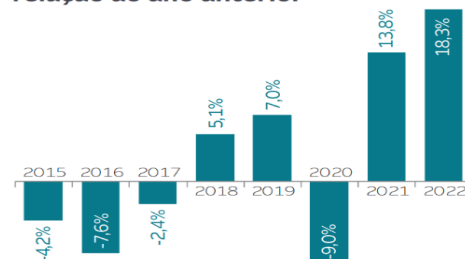
Já em 2022, com o funcionamento normal das atividades escolares e, sobretudo, com o término da vigência da LC nº 173/2020, possibilitando-se os reajustes salariais, deu-se a segunda elevação consecutiva anual no dispêndio com educação. Destaca-se também a expansão das receitas municipais vinculadas à área. Com a exceção da quota-parte municipal no ICMS, que acusou queda, as outras receitas municipais vinculadas conseguiram ótimo desempenho. Outro importante fator que contribuiu para a alta na educação foi a Emenda Constitucional (EC) nº 119/2022, a qual concedeu aos municípios que não conseguiram aplicar os 25% das receitas vinculadas à área a possibilidade de aportarem a diferença faltante nos exercícios de 2022 e 2023 (veja mais sobre a EC 119 na página 88).

Evolução das despesas com educação

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022

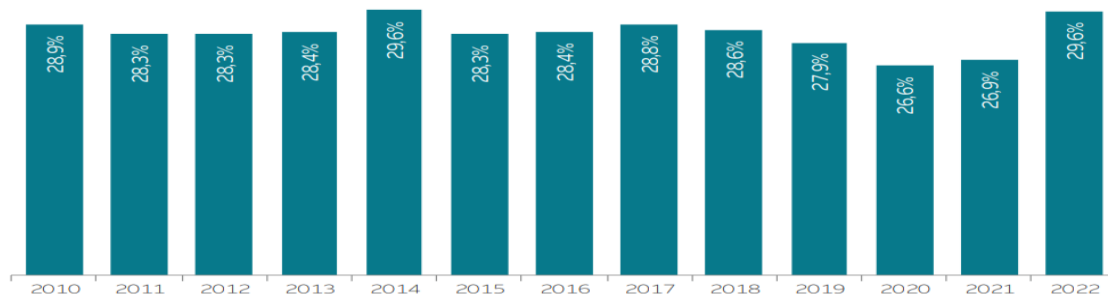


Taxa de crescimento real da despesa com educação em relação ao ano anterior



Entre 2020 e 2021, diversas prefeituras em todo o país enfrentaram dificuldades para cumprir o limite constitucional mínimo de 25% das receitas vinculadas para o gasto com educação, como previsto no artigo 212 da Constituição Federal. No Espírito Santo, 11 e depois dez das 78 cidades não atingiram esse piso naquele período, respectivamente. No entanto, em 2022, todos os 66 municípios que divulgaram seus indicadores alocaram mais de 25%. Na média do conjunto das cidades com dados disponíveis, o índice foi de 29,6%, o maior desde 2014, conforme pode ser conferido no gráfico ao lado

Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



➤ Os 25% e a EC 119/2022

Como dito anteriormente, municípios de todo o Brasil tiveram percalços para a aplicação do mínimo constitucional em educação nos exercícios de 2020 e 2021. De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em

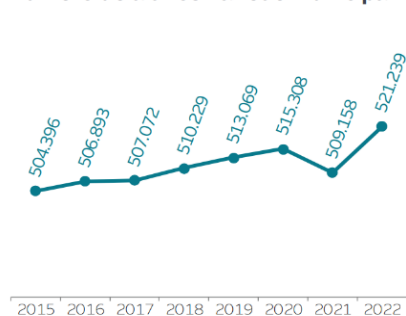
Educação (Siope), em 2020, 399 cidades não conseguiram cumprir o piso de 25% de aplicação na educação. Em 2021, esse número subiu para 1.078, ou seja, 19,3% do total de cidades, uma parcela muito elevada, uma vez que em anos de normalidade esse grupo não ultrapassa 0,5%. No Espírito Santo, conforme já detalhado, foram registradas 11 e dez cidades em 2020 e 2021, respectivamente, algo entre 12% e 14% do total. Para um Estado cuja normalidade é zero ou no máximo um, esses resultados também foram muito preocupantes, uma vez que o descumprimento da regra constitucional acarreta graves sanções aos municípios, como a proibição de receber diversos tipos de recursos e a inelegibilidade do mandatário.

Procurando resolver a situação, o Congresso Nacional promulgou a EC nº 119/2022, em 27 de abril de 2022, que tramitou como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13/2020. O parlamento entendeu que 2020 e 2021 foram anos completamente atípicos, atingidos pela crise sanitária. Assim, ficou estabelecido na EC 119 que cada ente federado terá um prazo de dois anos, 2022 e 2023, para repor a diferença que deixou de ser destinada à educação durante 2020 e 2021. Definiu-se também que os agentes públicos dos municípios, dos estados e do Distrito Federal não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente, e que os entes federados não sofrerão quaisquer penalidades, sanções ou restrições pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal. Os entes beneficiados ganharam, então, a oportunidade de reporem as despesas de forma planejada, e seus cidadãos deixaram de ser ainda mais penalizados com o corte de transferências voluntárias e outras sanções às quais estavam sujeitos.

➤ Despesa por Aluno

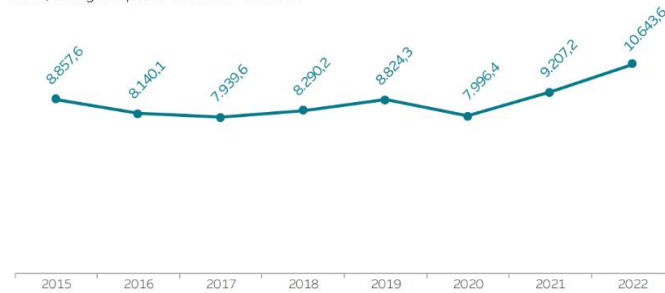
Com o avanço de 18,3% nos dispêndios com educação, a despesa por aluno em 2022 registrou um salto de 15,6% contra 2021, passando de R\$ 9,2 mil para R\$ 10,6 mil. Tal acréscimo mantém o ritmo iniciado em 2021 e alcança a maior cifra da série histórica. Diferentemente de 2021, quando o número de matrículas havia caído, em 2022 o total de alunos do ensino municipal avançou 2,4%, em relação ao ano anterior, computando 521.239, em 2022, contra 509.158, em 2021. Vale ressaltar que a quantidade de matriculados também foi a maior da série histórica. Existe, no entanto, uma discrepância bastante forte desse indicador entre os municípios. Como pode ser observado no ranking da despesa com educação por aluno, as cifras vão de R\$ 36.706, em Presidente Kennedy, a R\$ 8.167, em São Gabriel da Palha. As desigualdades se explicam pelas próprias disparidades da receita corrente per capita entre as cidades, uma vez que o desembolso com a área está atrelado a um conjunto de receitas.

Número de alunos na rede municipal



Despesa média anual por aluno

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2022



EDUCAÇÃO - 2017-2022

Municípios	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	Particip. na desp. total ¹ 2022	Particip. das receitas de impostos na MDE (CF art. 212) ² 2022	Gasto com educ. por aluno da rede municipal - 2022 - em R\$	Nº de matrículas na rede municipal 2022
	<i>em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2022</i>						<i>em %</i>				
Afonso Cláudio	32.114,9	33.817,4	34.154,4	28.877,3	32.309,8	40.566,6	25,6	33,3	28,5	11.337,79	3.578
Água Doce do Norte	15.615,4	14.495,2	14.459,1	10.863,7	13.009,9	17.218,1	32,3	29,1	...	11.297,95	1.524
Água Branca	11.990,3	13.982,8	16.003,2	10.865,2	14.530,9	18.872,4	29,9	32,6	31,5	13.626,29	1.385
Alegre	22.855,1	24.615,9	23.614,8	18.857,9	19.907,5	25.677,4	29,0	22,5	28,7	10.189,43	2.520
Alfredo Chaves	15.654,0	16.800,9	18.662,4	17.907,5	21.153,8	25.034,8	18,3	29,9	27,3	13.954,71	1.794
Alto Rio Novo	9.080,9	9.336,1	9.864,3	9.324,6	9.127,2	10.564,2	15,7	28,1	...	11.433,08	924
Anchieta	83.871,2	72.297,3	78.907,3	72.257,5	68.988,2	82.295,9	19,3	28,5	33,5	14.714,09	5.593
Apicá	8.178,9	8.646,4	8.913,4	7.458,2	9.015,9	10.115,2	12,2	24,8	...	11.018,75	918
Arcruz	132.315,3	116.092,0	128.813,4	105.806,2	131.468,3	137.614,6	4,7	25,6	25,5	8.713,64	15.793
Atílio Vivacqua	14.129,2	14.408,3	17.831,0	16.504,8	17.889,0	25.068,7	40,1	34,6	32,7	12.204,81	2.054
→ Baixo Guandu	34.644,0	36.487,0	36.180,4	33.725,6	35.677,2	42.443,6	19,0	29,7	25,1	10.505,84	4.040
Barra de São Francisco	45.212,9	40.098,0	42.584,6	32.934,5	38.193,2	47.373,3	24,0	27,4	29,2	9.364,16	5.059
Boa Esperança	13.795,7	13.665,0	15.963,1	15.891,3	16.170,7	23.092,1	42,8	34,6	31,3	11.733,82	1.968
Bom Jesus do Norte	9.145,2	9.553,6	9.739,5	10.461,8	9.338,4	16.143,1	72,9	31,8	29,8	13.988,84	1.154
Brejetuba	15.570,1	16.524,0	17.166,1	12.758,1	17.796,1	22.270,5	25,1	32,1	29,5	14.275,95	1.560
Cachoeira de Itapemirim	141.407,4	161.061,9	165.881,6	156.126,0	176.155,1	209.583,9	19,0	30,6	28,4	9.344,75	22.428
Cariacica	254.311,0	273.172,6	291.013,1	297.624,0	366.185,4	415.728,2	13,5	35,8	25,8	8.360,21	49.727
Castelo	37.270,6	39.511,4	42.967,6	37.861,5	42.198,2	54.331,8	28,8	35,3	31,9	11.821,54	4.596
→ Colatina	113.069,0	112.719,5	125.503,2	117.285,2	136.156,7	164.912,1	21,1	28,5	29,8	10.801,16	15.268
Conceição da Barra	36.086,6	36.768,0	39.885,5	32.833,9	34.828,3	49.322,1	41,6	35,6	...	9.580,83	5.148
Conceição do Castelo	16.911,1	16.799,6	18.404,5	15.450,0	17.532,5	22.143,7	26,3	34,2	32,0	15.177,33	1.459
Divino de São Lourenço	4.623,0	4.817,7	4.470,0	3.064,8	5.271,7	6.856,4	30,1	21,4	26,6	13.851,29	495
Domingos Martins	42.948,7	46.516,0	49.909,4	42.326,6	49.721,2	61.291,2	23,3	36,1	...	11.503,61	5.328
Dores do Rio Preto	6.566,2	7.901,9	7.816,8	6.069,7	9.707,2	11.111,3	14,5	25,4	28,6	12.920,16	860
Ecoporanga	22.734,6	22.351,1	26.537,2	20.695,5	23.231,1	30.880,0	32,9	32,1	32,8	14.607,36	2.114
Fundão	21.374,0	21.421,8	23.716,3	20.963,3	22.404,2	27.226,0	21,5	29,0	29,4	9.730,51	2.798
→ Governador Lindenberg	12.688,6	14.044,9	15.626,6	11.997,5	13.503,5	16.591,2	22,9	26,9	...	18.172,22	913
Guacuí	28.497,0	29.141,3	29.589,1	24.854,2	31.518,6	39.045,9	23,9	30,0	25,9	9.159,26	4.263
Guarapari	130.604,0	123.286,9	141.470,3	138.319,5	139.489,0	167.368,2	20,0	35,6	25,8	8.256,13	20.272
Ibatiba	24.225,8	25.681,9	30.540,5	20.734,6	26.533,8	34.743,3	30,9	40,9	...	8.672,82	4.006
Ibiraçu	11.123,9	10.824,1	14.120,6	10.238,0	11.718,2	15.039,2	28,3	22,7	28,8	11.206,56	1.342
Ibitirama	14.002,6	13.485,1	15.525,8	12.312,1	13.172,5	22.573,5	71,4	47,8	40,5	15.398,01	1.466
Iconha	14.990,0	15.025,5	14.814,8	14.709,6	16.662,4	17.919,7	7,5	24,5	27,0	11.171,86	1.604
→ Irupui	14.442,6	14.792,5	15.268,2	11.967,6	13.131,0	20.452,4	55,8	34,5	32,9	11.856,46	1.725
Itaguaçu	13.315,1	14.703,1	15.438,5	13.917,3	15.099,7	18.325,7	21,4	28,4	26,0	12.960,20	1.414
Itapemirim	99.088,5	109.644,3	130.822,6	108.441,8	95.728,4	115.893,4	21,1	24,3	28,1	14.707,29	7.880
Itarana	9.157,6	10.658,5	10.008,8	7.401,1	9.629,9	14.549,3	51,1	25,8	32,8	16.570,93	878
Itá	34.280,6	33.070,9	31.786,3	23.543,8	31.098,7	39.673,7	27,6	32,4	...	10.980,81	3.613
Jaguari	39.409,1	40.083,8	40.178,7	38.665,7	47.004,9	57.015,5	21,3	33,7	32,2	10.699,10	5.329
Jerônimo Monteiro	9.637,8	9.884,0	12.508,2	9.470,8	12.706,2	14.362,1	13,0	28,7	28,4	9.730,39	1.476
João Neiva	16.160,6	16.295,2	16.705,0	12.214,2	12.023,7	21.458,6	2,1	25,0	27,1	10.022,69	2.141
Laranja da Terra	7.980,1	12.117,2	13.483,2	10.915,8	12.360,1	22.013,6	78,1	35,2	34,7	18.815,02	1.170
LinhARES	175.251,5	195.817,8	206.612,0	210.140,8	213.186,5	256.220,6	20,2	26,7	25,6	9.543,38	26.848
Mantenedópolis	13.877,9	14.769,8	16.650,4	13.710,0	14.506,7	16.562,5	14,2	30,3	29,0	10.699,26	1.548
Marataizes	93.512,9	89.057,0	111.802,7	112.159,8	104.100,0	132.552,0	27,3	34,5	27,8	17.500,93	7.574
→ Marechal Floriano	21.026,7	22.558,4	23.445,7	19.495,3	27.749,2	30.264,4	9,1	33,8	27,2	12.383,13	2.444
Marilândia	15.147,3	14.505,8	15.514,2	11.836,4	15.565,5	19.464,4	25,0	29,9	...	13.304,46	1.463
Mimoso do Sul	20.134,1	18.913,2	20.872,9	14.900,7	20.708,0	30.389,0	46,7	27,4	26,1	11.537,19	2.634
Montanha	23.873,6	23.706,8	25.802,7	21.339,5	26.348,0	32.902,4	24,9	34,0	31,7	11.552,81	2.848
Muricuri	7.931,5	8.219,0	8.542,5	6.876,7	7.626,5	11.678,9	53,1	28,3	33,2	18.078,81	646
Muniz Freire	25.442,7	25.951,1	27.890,9	19.192,6	22.837,6	28.253,1	23,7	32,0	30,5	11.480,35	2.461
Muqui	14.116,5	15.664,5	17.095,0	12.072,0	14.706,1	18.074,2	22,9	29,0	...	11.875,32	1.522
Nova Venécia	53.106,5	53.799,6	59.024,4	47.153,1	62.571,8	75.321,5	20,4	36,3	30,4	10.607,17	7.101
→ Pancas	19.472,6	20.942,2	22.083,6	16.838,8	21.467,3	28.672,2	33,6	31,6	31,9	14.243,50	2.013
Pedro Canário	17.291,6	20.349,7	21.009,2	19.017,3	23.048,5	25.859,6	12,2	27,4	26,7	8.892,58	2.908
Pinheiros	29.661,7	31.284,4	32.319,4	29.303,5	33.261,9	41.870,6	25,9	40,5	31,1	11.384,06	3.678
Piúma	33.836,9	33.719,0	34.924,2	27.716,2	29.575,7	40.563,7	37,2	38,5	38,2	10.702,83	3.790
Ponto Belo	8.964,5	9.013,3	9.435,6	7.823,8	9.905,8	13.214,4	33,4	27,5	34,2	15.084,91	876
Presidente Kennedy	99.246,5	97.851,4	91.052,7	94.506,0	72.401,7	109.677,4	51,5	27,5	...	36.705,96	2.988
Rio Bananal	27.782,2	28.767,9	29.597,1	25.290,5	27.647,6	37.711,1	36,4	37,6	32,3	10.683,02	3.530
Rio Novo do Sul	9.613,7	11.277,7	12.139,3	12.279,6	13.784,9	15.449,4	12,1	25,5	26,6	12.310,27	1.255
Santa Leopoldina	12.195,9	12.941,7	14.070,7	11.056,5	12.659,4	17.767,8	40,4	29,3	27,1	12.330,18	1.441
Santa Maria de Jetibá	41.777,5	43.350,5	47.906,3	38.473,8	44.646,9	53.631,7	20,1	24,9	32,0	13.100,08	4.094
Santa Teresa	26.030,2	25.730,8	27.945,9	25.863,0	30.023,3	35.111,1	16,9	31,3	29,0	11.073,69	3.000
→ São Domingos do Norte	11.449,7	14.381,4	16.578,8	15.851,2	14.366,0	20.071,9	39,7	35,9	...	14.651,01	1.370
→ São Gabriel da Palha	22.595,5	26.824,7	27.620,6	25.943,2	29.861,4	32.519,9	8,9	25,1	26,3	8.166,72	3.982
São José do Calçado	8.533,0	8.917,8	10.709,1	9.738,4	11.800,1	15.375,9	30,3	25,5	25,6	10.230,17	1.503
→ São Mateus	144.214,7	145.743,7	152.088,5	143.745,2	120.894,5	158.957,3	31,5	35,4	31,0	9.199,45	17.279
São Roque do Canaã	10.401,1	11.584,3	11.696,9	10.036,3	9.894,4	17.510,4	77,0	30,1	33,6	18.509,98	946
Serra	421.225,7	436.129,0	475.489,4	438.697,5	539.594,6	584.987,3	8,4	28,9	28,0	8.895,93	65.759
Sooresama	32.010,4	39.387,6	40.746,6	32.797,7	39.214,2	45.738,5	16,6	41,9	27,1	8.179,28	5.592
Vargem Alta	23.742,8	23.288,9	25.720,3	18.035,1	23.270,1	34.869,3	49,8	36,0	31,3	12.847,95	2.714
Venda Nova do Imigrante	21.923,1	23.002,4	23.486,2	20.837,9	25.060,3	31.372,8	25,2	25,4	32,7	13.962,07	2.247
Viana	71.935,1	111.973,4	91.171,3	82.167,9	96.568,1	115.191,5	19,3	33,6	25,7	8.526,39	13.510
→ Vila Pavão	11.495,6	10.230,4	11.728,4	9.823,2	11.619,5	14.463,7	24,5	29,3	31,9	10.588,38	1.366
Vila Valério	17.095,9	18.216,4	21.632,1	17.208,8	19.982,8	26.857,9	34,4	35,0	27,5	12.235,96	2.195
Vila Velha	319.544,4	363.404,8	391.417,4	390.000,4	510.845,2	548.178,2	7,3				

DESPESA COM EDUCAÇÃO

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2022
1º	Vitória	595.787.272,98	42.932
2º	Serra	584.987.343,89	65.759
3º	Vila Velha	548.178.206,69	53.605
4º	Cariacica	415.728.199,43	49.727
5º	Linhares	256.220.559,73	26.848
6º	Cachoeiro de Itapemirim	209.583.947,52	22.428
7º	Guarapari	167.368.220,36	20.272
8º	Colatina	164.912.109,03	15.268
9º	São Mateus	158.957.303,62	17.279
10º	Aracruz	137.614.554,22	15.793
11º	Marataizes	132.552.019,84	7.574
12º	Itapemirim	115.893.439,25	7.880
13º	Viana	115.191.526,96	13.510
14º	Presidente Kennedy	109.677.410,41	2.988
15º	Anchieta	82.295.931,80	5.593
16º	Nova Venécia	75.321.483,07	7.101
17º	Domingos Martins	61.291.249,71	5.328
18º	Jaguaré	57.015.492,85	5.329
19º	Castelo	54.331.810,66	4.596
20º	Santa Maria de Jetibá	53.631.719,57	4.094
21º	Conceição da Barra	49.322.123,63	5.148
22º	Barra de São Francisco	47.373.308,49	5.059
23º	Sooretama	45.738.517,03	5.592
24º	Baixo Guandu	42.443.605,56	4.040
25º	Pinheiros	41.870.575,59	3.678
26º	Afonso Cláudio	40.566.608,62	3.578
27º	Piúma	40.563.737,14	3.790
28º	Iúna	39.673.658,83	3.613
29º	Guaçuí	39.045.906,06	4.263
30º	Rio Bananal	37.711.061,00	3.530
31º	Santa Teresa	35.111.065,52	3.000
32º	Vargem Alta	34.869.348,05	2.714
33º	Ibatiba	34.743.330,39	4.006
34º	Montanha	32.902.412,90	2.848
35º	São Gabriel da Palha	32.519.896,93	3.982
36º	Venda Nova do Imigrante	31.372.776,92	2.247
37º	Ecoporanga	30.879.955,57	2.114
38º	Mimoso do Sul	30.388.955,28	2.634
39º	Marechal Floriano	30.264.373,33	2.444
40º	Pancas	28.672.156,10	2.013
41º	Muniz Freire	28.253.129,13	2.461
42º	Fundão	27.225.961,38	2.798
43º	Vila Valério	26.857.927,70	2.195
44º	Pedro Canário	25.859.626,61	2.908
45º	Alegre	25.677.351,18	2.520
46º	Atílio Vivácqua	25.068.680,04	2.054
47º	Alfredo Chaves	25.034.751,66	1.794
48º	Boa Esperança	23.092.148,67	1.968
49º	Ibitirama	22.573.485,46	1.466
50º	Brejetuba	22.270.479,89	1.560
51º	Conceição do Castelo	22.143.721,88	1.459
52º	Laranja da Terra	22.013.571,46	1.170
53º	João Neiva	21.458.569,83	2.141
54º	Irupi	20.452.390,91	1.725
55º	São Domingos do Norte	20.071.887,79	1.370
56º	Marilândia	19.464.425,45	1.463
57º	Água Branca	18.872.410,39	1.385
58º	Itaguaçu	18.325.720,44	1.414
59º	Muqui	18.074.240,28	1.522
60º	Iconha	17.919.661,06	1.604
61º	Santa Leopoldina	17.767.789,85	1.441
62º	São Roque do Canaã	17.510.443,94	946
63º	Água Doce do Norte	17.218.074,62	1.524
64º	Governador Lindenberg	16.591.241,37	913
65º	Mantenópolis	16.562.458,82	1.548
66º	Bom Jesus do Norte	16.143.117,63	1.154
67º	Rio Novo do Sul	15.449.391,91	1.255
68º	São José do Calçado	15.375.939,18	1.503
69º	Ibiraçu	15.039.209,49	1.342
70º	Itarana	14.549.276,58	878
71º	Vila Pavão	14.463.721,77	1.366
72º	Jerônimo Monteiro	14.362.053,36	1.476
73º	Ponto Belo	13.214.378,56	876
74º	Mucurici	11.678.908,46	646
75º	Dores do Rio Preto	11.111.337,86	860
76º	Alto Rio Novo	10.564.161,48	924
77º	Apiacá	10.115.213,87	918
78º	Divino de São Lourenço	6.856.387,57	495
TOTAL		5.547.856.422,06	521.239

DESPESA COM EDUCAÇÃO POR ALUNO

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A)	Matrículas 2022 (B)
		em R\$		
1º	Presidente Kennedy	36.705,96	109.677.410,41	2.988
2º	Laranja da Terra	18.815,02	22.013.571,46	1.170
3º	São Roque do Canaã	18.509,98	17.510.443,94	946
4º	Governador Lindenberg	18.172,22	16.591.241,37	913
5º	Mucurici	18.078,81	11.678.908,46	646
6º	Marataizes	17.500,93	132.552.019,84	7.574
7º	Itarana	16.570,93	14.549.276,58	878
8º	Ibitirama	15.398,01	22.573.485,46	1.466
9º	Conceição do Castelo	15.177,33	22.143.721,88	1.459
10º	Ponto Belo	15.084,91	13.214.378,56	876
11º	Anchieta	14.714,09	82.295.931,80	5.593
12º	Itapemirim	14.707,29	115.893.439,25	7.880
13º	São Domingos do Norte	14.651,01	20.071.887,79	1.370
14º	Ecoporanga	14.607,36	30.879.955,57	2.114
15º	Brejetuba	14.275,95	22.270.479,89	1.560
16º	Pancas	14.243,50	28.672.156,10	2.013
17º	Bom Jesus do Norte	13.988,84	16.143.117,63	1.154
18º	Venda Nova do Imigrante	13.962,07	31.372.776,92	2.247
19º	Alfredo Chaves	13.954,71	25.034.751,66	1.794
20º	Vitória	13.877,46	595.787.272,98	42.932
21º	Divino de São Lourenço	13.851,29	6.856.387,57	495
22º	Água Branca	13.626,29	18.872.410,39	1.385
23º	Marilândia	13.304,46	19.464.425,45	1.463
24º	Santa Maria de Jetibá	13.100,08	53.631.719,57	4.094
25º	Itaguaçu	12.960,20	18.325.720,44	1.414
26º	Dores do Rio Preto	12.920,16	11.111.337,86	860
27º	Vargem Alta	12.847,95	34.869.348,05	2.714
28º	Marechal Floriano	12.383,13	30.264.373,33	2.444
29º	Santa Leopoldina	12.330,18	17.767.789,85	1.441
30º	Rio Novo do Sul	12.310,27	15.449.391,91	1.255
31º	Vila Valério	12.235,96	26.857.927,70	2.195
32º	Atílio Vivácqua	12.204,81	25.068.680,04	2.054
33º	Muqui	11.875,32	18.074.240,28	1.522
34º	Irupi	11.856,46	20.452.390,91	1.725
35º	Castelo	11.821,54	54.331.810,66	4.596
36º	Boa Esperança	11.733,82	23.092.148,67	1.968
37º	Santa Teresa	11.703,69	35.111.065,52	3.000
38º	Montanha	11.552,81	32.902.412,90	2.848
39º	Mimoso do Sul	11.537,19	30.388.955,28	2.634
40º	Domingos Martins	11.503,61	61.291.249,71	5.328
41º	Muniz Freire	11.480,35	28.253.129,13	2.461
42º	Alto Rio Novo	11.433,08	10.564.161,48	924
43º	Pinheiros	11.384,06	41.870.575,59	3.678
44º	Afonso Cláudio	11.337,79	40.566.608,62	3.578
45º	Água Doce do Norte	11.297,95	17.218.074,62	1.524
46º	Ibiraçu	11.206,56	15.039.209,49	1.342
47º	Iconha	11.171,86	17.919.661,06	1.604
48º	Apiacá	11.018,75	10.115.213,87	918
49º	Iúna	10.980,81	39.673.658,83	3.613
50º	Colatina	10.801,16	164.912.109,03	15.268
51º	Piúma	10.702,83	40.563.737,14	3.790
52º	Mantenópolis	10.699,26	16.562.458,82	1.548
53º	Jaguaré	10.699,10	57.015.492,85	5.329
54º	Rio Bananal	10.683,02	37.711.061,00	3.530
55º	Nova Venécia	10.607,17	75.321.483,07	7.101
56º	Vila Pavão	10.588,38	14.463.721,77	1.366
57º	Baixo Guandu	10.505,84	42.443.605,56	4.040
58º	São José do Calçado	10.230,17	15.375.939,18	1.503
59º	Vila Velha	10.226,25	548.178.206,69	53.605
60º	Alegre	10.189,43	25.677.351,18	2.520
61º	João Neiva	10.022,69	21.458.569,83	2.141
62º	Fundão	9.730,51	27.225.961,38	2.798
63º	Jerônimo Monteiro	9.730,39	14.362.053,36	1.476
64º	Conceição da Barra	9.580,83	49.322.123,63	5.148
65º	Linhares	9.543,38	256.220.559,73	26.848
66º	Barra de São Francisco	9.364,16	47.373.308,49	5.059
67º	Cachoeiro de Itapemirim	9.344,75	209.583.947,52	22.428
68º	São Mateus	9.199,45	158.957.303,62	17.279
69º	Guaçuí	9.159,26	39.045.906,06	4.263
70º	Serra	8.895,93	584.987.343,89	65.759
71º	Pedro Canário	8.892,58	25.859.626,61	2.908
72º	Aracruz	8.713,64	137.614.554,22	15.793
73º	Ibatiba	8.672,82	34.743.330,39	4.006
74º	Viana	8.526,39	115.191.526,96	13.510
75º	Cariacica	8.360,21	415.728.199,43	49.727
76º	Guarapari	8.256,13	167.368.220,36	20.272
77º	Sooretama	8.179,28	45.738.517,03	5.592
78º	São Gabriel da Palha	8.166,72	32.519.896,93	3.982
TOTAL		10.643,59	5.547.856.422,06	521.239

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

➤ **Ações que podem ser implementadas na Educação**

Como sugestões de ações que podem ser implementadas na Educação podem ser citadas:

✓ Temas transversais

Implementar na grade curricular do ensino básico temas transversais relacionados ao empreendedorismo, a importância da formação técnica e referente aos valores éticos e morais.

✓ Visitas programadas às Unidades Industriais

Inserir na grade curricular do ensino básico visitas de alunos às unidades fabris pode ser uma excelente iniciativa que poderá estimular o interesse em empreendedorismo ou pela formação técnica.

✓ Apresentação de case de sucesso empresarial

Convidar empresários que tenham histórias de sucessos em seus empreendimentos para proferir palestras para alunos do ensino básico pode ser uma importante ferramenta de convencimento de que é possível construir um futuro melhor.

✓ Incubadora Júnior

Avaliar a possibilidade de implementar uma incubadora de empresas para jovens que tenham obtido diplomação técnica e que tenham interesse e determinação em se tornarem empreendedores. A Economia Digital e a Economia Criativa podem colaborar na oferta de oportunidades e nichos de mercado.

✓ Parceria com as indústrias, entidades de capacitação profissional e fomento

Elaborar um programa de parceria com as indústrias instaladas nos municípios da Regional com o objetivo de estimular e fomentar a revelação de jovens empreendedores e futuros técnicos para trabalhar nas indústrias. Como por exemplo, os alunos do ensino médio serem apoiados pelas indústrias para realizarem cursos técnicos com garantia de emprego futuro.

✓ Prêmio Jovem Empreendedor e Jovem Especialista

Criar premiação anual que prestigie os jovens que se destacam como empreendedores e como técnicos especialistas, podendo ser por segmento de atuação.

✓ Prêmio Indústria de Talentos

Criar premiação que valorize as indústrias que investem na formação de jovens talentos, podendo ser por segmento de atuação.

✓ Espaço Maker

Avaliar a possibilidade de disponibilizar Espaço Maker em ambientes de ensino, pois a Cultura Maker estimula os estudantes a desenvolverem projetos de maneira prática, colocando a mão na massa. Essa metodologia ativa é baseada em espaços colaborativos, por meio dos quais os educandos têm a oportunidade de trabalhar competências e habilidades fundamentais para a vida. Essa cultura é centrada em criatividade, colaboração, escalabilidade e sustentabilidade.

VII. Dimensão Capacitação e Qualificação de Pessoas

Na dimensão Capacitação e Qualificação de Pessoas, a meta é identificar as demandas de mão-de-obra qualificada e garantir a oferta de qualificação para atender as necessidades diagnosticadas junto aos setores produtivos.

Assim, se faz premente um amplo debate junto aos setores produtivos para estabelecer as demandas presentes e futuras, posteriormente, planejando junto às entidades formadoras de mão de obra o atendimento das necessidades diagnosticadas.

Segundo a CNI, em sua última “Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado”, realizada em 2020, quando foram consultadas 1.946 empresas, sendo 794 pequenas, 687 médias e 465 grandes, a falta de trabalhador qualificado continua afetando a indústria, mesmo com os indicadores de desemprego elevados. Apesar da recente crise, que resultou em grande número de pessoas desempregadas, cerca de metade das indústrias afirma ter problema para conseguir trabalhadores qualificados. Os maiores impactos da falta de mão de obra qualificada recaem sobre a produtividade das empresas e a qualidade dos produtos, ou seja, o problema afeta diretamente a competitividade das indústrias.

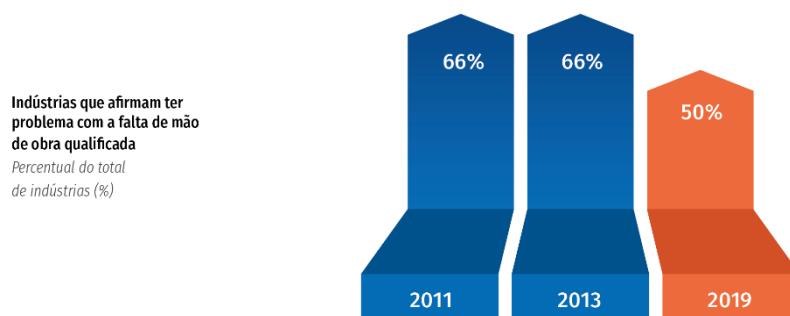
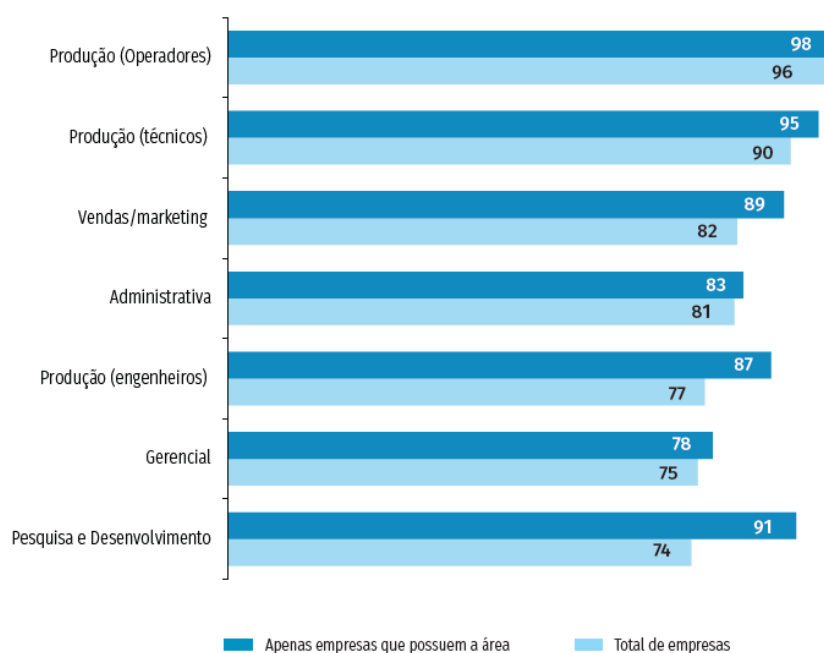


Gráfico 2 – Área da indústria afetada pela falta de trabalhador qualificado

Percentual das indústrias em que a falta de trabalhador qualificado é um problema e percentual das indústrias que têm a área e que a falta de trabalhador qualificado é um problema (%)



Ainda segundo a pesquisa da CNI, cerca de 85% das empresas tem optado em fazer a qualificação de seus profissionais no próprio ambiente industrial, e 42% oferecem algum tipo de treinamento num ambiente externo.

Gráfico 4 – Como a Indústria lida com a falta de trabalhador qualificado

Percentual das empresas em que a falta de trabalhador qualificado é um problema e que têm mecanismos para lidar com o problema (%)



Nota: Nessa questão, a indústria respondente escolheu até três mecanismos.

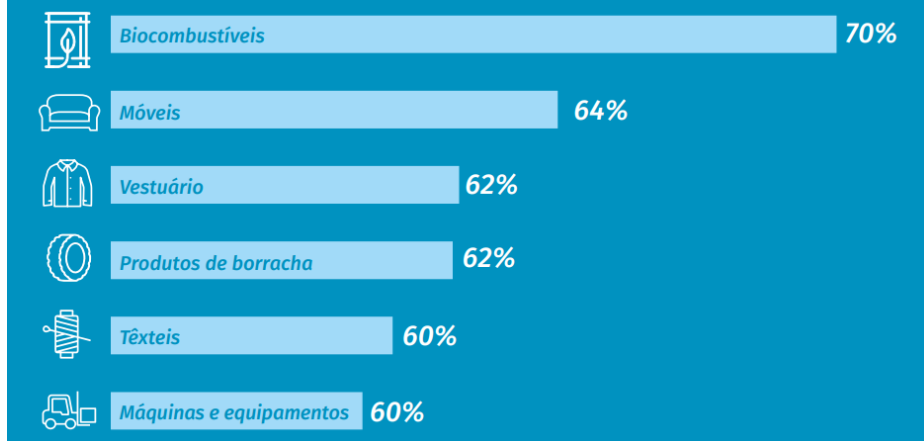
Gráfico 5 - Dificuldades para a empresa investir em qualificação do trabalhador

Percentual do total das empresas que acreditam que a falta de trabalhador qualificado é um problema e que afirmam haver dificuldades para investir em qualificação (%)



Nota: Nessa questão, a indústria respondente escolheu até três dificuldades.

Figura 1 – Indústrias que afirmam ter problema com a falta de mão de obra qualificada por setor de atividade
 Percentual do total de indústrias (%)



+ Setores mais confiantes			- Setores menos confiantes		
	Produtos diversos	61,7		Couros e artefatos de couro	52,8
	Calçados e suas partes	61,6		Obras de infraestrutura	53,3
	Impressão e reprodução de gravações	60,9		Bebidas	55,9
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	60,7		Móveis	56,2
	Extração de minerais não metálicos	60,6		Veículos automotores, reboques e carrocerias	56,2

Nota: O ICEI varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário e quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

A falta de trabalhador qualificado apresenta-se como um dos principais entraves ao crescimento da produtividade das indústrias e, conseqüentemente, da competitividade no país. Sendo que a persistência do problema em um período de crise indica que a falta de trabalhador qualificado é uma questão estrutural da economia brasileira.

Esse problema tende a se intensificar à medida que a economia se recupera e se tornará um dos principais obstáculos à manutenção do crescimento econômico. A solução não é simples e envolve esforços de curto, médio e longo prazo.

De imediato é necessário qualificar e requalificar a força de trabalho atual. No médio e longo prazo, é preciso intensificar os esforços para melhorar a qualidade da educação básica no país, priorizando em seguida, a educação profissional.

Segundo o IBGE, em 2021 o país tinha cerca de 31,3 milhões de trabalhadores subutilizados. O número representa uma queda de 1,2% frente ao número de 2020, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

O contingente de trabalhadores subutilizados, também chamada de “mão de obra desperdiçada”, compreende desempregados, pessoas que trabalham menos horas do que gostariam e os trabalhadores que não buscam emprego, mas gostariam de trabalhar. O indicador é um bom termômetro do mercado de trabalho, por englobar a subocupação e a desistência da procura por trabalho.

Quando se olha para o comportamento do último trimestre de 2021, o número de trabalhadores subutilizados era de 28,3 milhões, 7,8% abaixo do terceiro trimestre (2,4 milhões de pessoas a menos) e um recuo de 12,9% em relação a igual período de 2020, (4,2 milhões de pessoas a menos).

VIII. Dimensão Empregabilidade

Na dimensão Empregabilidade, o objetivo é ampliar a oferta de postos de trabalho, bem como, o atendimento destas ofertas, mapeando às necessidades das empresas instaladas nos municípios e o capital humano disponível. Porém, se faz necessário entender conceitos e ter informações importantes sobre esse assunto.

➤ *O que define se uma pessoa está apta ou não para uma vaga de trabalho?*

O que define se um profissional está apto ou não para uma vaga é a empregabilidade. Ela é a junção das competências essenciais de um indivíduo no mercado de trabalho. Estas características podem ser técnicas como o domínio e qualificação de uma função, mas também envolve as habilidades interpessoais.

➤ *O que é a Empregabilidade?*

A Empregabilidade trata-se da capacidade do indivíduo de conseguir um emprego e de se manter nele sem ser afetado pelas oscilações do mercado. Sendo assim, ela está diretamente relacionada ao alinhamento entre o que a pessoa tem a oferecer com o que as empresas buscam para o preenchimento das vagas.

O conceito foi criado no final da década de 90, pelo educador e orientador profissional José Augusto Minarelli, especialista em recolocação e aconselhamento de carreira, pioneiro no assunto aqui no Brasil. A empregabilidade é um conceito amplo e necessário na vida de qualquer profissional.

➤ *O que é Índice de Empregabilidade?*

O índice de empregabilidade é um comparativo que se estabelece entre as habilidades de uma pessoa e o que é exigido pelo mercado para o cargo pretendido e ao que os profissionais concorrentes apresentam. Parece complexo, mas, na prática, é bastante simples. Esse indicador será maior ou menor conforme o alinhamento entre o seu perfil, o perfil dos seus concorrentes e o perfil buscado pelo mercado. Quanto mais o seu perfil se aproximar do perfil buscado pelo mercado, melhor. Ainda, quanto mais diferenciais positivos em relação aos concorrentes, melhor.

➤ *Porque a Empregabilidade é um dos desafios para o século 21?*

Isso se dá devido a elevada pressão que o mundo corporativo exige. Conviver com as pressões do dia a dia requer mais do que apenas o intelecto, requer estar bem fisicamente, mentalmente, espiritualmente e psicologicamente.

→ ***Qual o principal desafio para a Empregabilidade nos dias de hoje?***

A escassez de profissionais qualificados é um dos principais desafios que afetam a empregabilidade no Brasil, sendo uma das maiores preocupações das empresas. Essa falta se deve às frequentes mudanças na sociedade e ao tempo que os profissionais gastam para se adaptarem a essas novas demandas.

Pesquisa realizada pela FGV/EAESP e a PwC Brasil analisou as habilidades e expectativas dos trabalhadores brasileiros, bem como, as estratégias das organizações para lidar com as constantes alterações do mercado de trabalho.

Os resultados da pesquisa confirmam que o perfil dos profissionais está mudando, sendo que isto afeta diretamente as empresas. São destaques como as principais dificuldades das companhias com relação a empregabilidade no país:

- Manutenção de colaboradores especializados;
- Adaptação às novas tecnologias de comunicação;
- Formas de enfrentar as transformações demográficas.

→ ***Quais os fatores que podem impactar na Empregabilidade de uma região:***

Vários são os fatores que podem impactar na empregabilidade de uma região, entre eles podemos destacar:

- Processo de globalização;
- Automatização da indústria;
- Obsolescência do conhecimento;
- Baixo nível educacional da população.

É importante conhecer as necessidades de mão de obra dos setores produtivos, identificando as competências e habilidades essenciais para as empresas no futuro. Também deve ser considerado que as transformações no mercado de trabalho são constantes e as tendências de atuação são alteradas com extrema rapidez, abrindo novas oportunidades, com o surgimento de novas carreiras num curto espaço de tempo. Todavia, o maior desafio é tentar identificar quais são os segmentos mais promissores e quais as características profissionais demandarão no mercado de trabalho.

Mas a necessidade de qualificação dos trabalhadores, de forma que se mantenham atrativos para o mercado de trabalho, é o ponto chave para que esta engrenagem funcione. Assim, para crescer profissionalmente e ter uma carreira promissora, o trabalhador necessita investir constantemente em qualificação, mantendo-se em sintonia com o mercado pois, atualmente, o destaque não se restringe apenas às profissões, mas também nas habilidades para realizar atividades específicas.

➤ ***Quais os pilares que sustentam a Empregabilidade?***

Segundo Minarelli, os pilares são:

- Adequação vocacional;
- Competência profissional;
- Idoneidade;
- Saúde física e mental;
- Reserva financeira e fontes alternativas;
- Relacionamentos.

➤ ***Quais os fatores que afetam a Empregabilidade?***

Os principais fatores que afetam a empregabilidade são:

- Falta de motivação. A motivação é o nível de compromisso, impulso e energia que temos para alcançar uma meta;
- Desorganização;
- Erros de comunicação;
- Individualismo;
- Inflexibilidade.

➤ ***O que fazer para garantir a Empregabilidade?***

A capacidade de adaptação aos novos conceitos e de se reinventar, bem como, aumentar seu próprio autoconhecimento são os primeiros passos. Importante acompanhar seminários da área de atuação e ter determinação e resiliência para acompanhar o mercado.

➤ ***Quais são os fatores mais importantes na hora de decidir por um emprego?***

São fatores essenciais:

- Reputação da empresa;
- Reconhecimento no mercado;
- Detalhes da vaga;
- Oportunidade de progredir;
- Avaliações da empresa;
- Benefícios oferecidos;
- Tratamento dos funcionários.

➤ ***O que pode aumentar a Empregabilidade de um trabalhador?***

Atualmente, as corporações avaliam nos seus processos seletivos as *soft skills* (habilidades pessoais) cujas características remetem à personalidade, tais como: empatia, comunicação, organização e flexibilidade.

Essas características, associadas às *hard skills* (habilidades técnicas), podem contribuir significativamente para aumentar o nível de empregabilidade. Mas devem ser considerados pontos importantes:

- Trabalhar sob pressão;
- Ter disposição para mudar;
- Ter iniciativa e autonomia;
- Aprimorar as habilidades digitais;
- Investir em especializações constantemente.

Em 2019, estudos realizados pelo LinkedIn mostraram que *soft skills* tem se tornado tão importante quanto *hard skills* na contratação de profissionais. A Deloitte Access Economics em suas análises prevê que um terço das empresas vão ter *soft skills* como prioridade até 2030.

Relacionado a *soft skills*, o Future of Jobs Report 2020 apresentou quais são as habilidades interpessoais mais importantes para o futuro:

- Resolução de problemas complexos;

- Pensamento crítico;
- Criatividade;
- Gestão de pessoas;
- Liderança e influência social;
- Pensamento analítico e inovação;
- Resiliência, tolerância e flexibilidade;
- Inteligência emocional;
- Persuasão e negociação;
- Gestão do tempo;
- Aprendizado ativo.

➤ ***O que motiva a busca por novas oportunidades?***

Abaixo estão as principais motivações que estimulam a busca por novos desafios, onde a pessoa entende que o desafio a impulsionará a ter um diferencial:

- Financeira – remuneração compatível com o nível de conhecimento do profissional;
- Aprendizado – possibilidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades no desenvolvimento de novas atividades profissionais;
- Reconhecimento e valorização profissional pelo trabalho desenvolvido.

➤ ***Como contribuir para aumentar a Empregabilidade dos jovens?***

- Incentivar a continuidade dos estudos para ampliar as possibilidades de crescimento profissional;
- Estimular a experiência profissional durante a graduação, aliando conhecimentos adquiridos e colocando-os em prática;
- Trabalhar o desenvolvimento de competências, compreendendo a necessidade do mercado de trabalho e buscando competências complementares, tornando-se atraente ao mercado;
- Participar de ações online e fazer uso das tecnologias necessárias, usufruindo das tecnologias para participar em eventos que possam agregar conhecimentos importantes para a formação profissional;
- Realizar lives e palestras com profissionais que são referenciais na área de formação.

➤ ***Como será o mundo do trabalho em 2050?***

O mundo do trabalho em 2050 será totalmente transformado pelos avanços da Inteligência Artificial (IA) e da biotecnologia. Profissões que exigem uma menor qualificação deixarão de existir devido à automação, ao mesmo tempo que a demanda por profissionais humanos altamente especializados aumentará. O medo de se tornar irrelevante substituirá o da exploração entre os trabalhadores. É preciso lembrar que a automação já era vista como uma ameaça aos empregos no século XIX, com o avanço da Revolução Industrial nos países ocidentais. No entanto, não houve um desemprego em massa pois para cada função perdida para uma máquina pelo menos uma nova era criada.

O que muda é o impacto da IA no mundo do trabalho. Yuval Noah Harari*¹ explica que o ser humano tem dois tipos de habilidades, uma física e outra cognitiva. As primeiras revoluções industriais substituíram as pessoas por máquinas no quesito trabalho manual, enquanto atividades que exigiam habilidades cognitivas continuaram restritas aos seres humanos.

Apesar de fazer previsões, Yuval Harari alerta que é impossível ter certeza absoluta de como será o mundo do trabalho em 2050. Para o historiador, a única coisa certa é que muito do que é ensinado nas escolas de hoje será irrelevante daqui algumas décadas.

Em "21 lições para o século 21", ele explica o motivo. Hoje estamos acostumados a dividir nossas vidas em duas fases principais, uma voltada ao aprendizado e outra para o trabalho. Na primeira, construímos uma identidade estável e adquirimos habilidades comportamentais e técnicas. Elas serão empregadas na fase do trabalho, quando contamos com elas para nos guiarmos no mundo, pagarmos nossas contas e ainda contribuirmos com a sociedade.

Harari prevê que, no mundo do trabalho de 2050, esta divisão estará ultrapassada. O novo modelo que as pessoas deverão usar como guia é o do *lifelong learning*, ou seja, elas devem continuar a aprender ao longo da vida. Para permanecer relevante no mundo do trabalho, o profissional deverá se reinventar várias vezes, mesmo depois dos 50 anos de idade.

No século 21, estabilidade é um luxo. Quem se apegar a uma identidade imutável, a um único emprego e a uma visão de mundo permanente ficará para trás.

Fonte: <https://posdigital.pucpr.br/blog/mudancas-no-mundo-do-trabalho>

➤ ***O que fazer para planejar o futuro do mercado de trabalho?***

Avançar no tempo e tentar compreender a dinâmica do mercado de trabalho e as suas variantes é um exercício extremamente complexo, mas que deve ser feito de forma ponderada e constante.

Nesse sentido, buscar o conhecimento científico das tendências desse mercado possibilita estabelecer movimentos mais assertivos, que viabilizem propor soluções, no médio e longo prazo, que possam contribuir para a elevação da empregabilidade, seja num país, estado ou região, ou até mesmo na sua menor célula, o município.

Assim, como ponto de partida, devem ser levadas em considerações as previsões do professor Yuval Harari, que vislumbra o mundo do trabalho numa dinâmica acelerada de mudanças. Os avanços tecnológicos, a mola propulsora, vão se intensificar em volume e velocidade, gerando impactos sobre o mercado de trabalho.

Se faz necessário, portanto, fazer mapeamentos sobre o grau de maturidade tecnológica das empresas, as futuras tecnologias, bem como, os setores portadores de futuro, de forma que seja possível elaborar um plano de ação de curto e médio prazo, que esteja embasado nos resultados obtidos nesses mapeamentos.

*¹ **Yuval Noah Harari** (Haifa, 24 de Fevereiro de 1976) professor israelense de História e autor do best-seller internacional *Sapiens: Uma breve história da humanidade*, *Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã* e *21 Lições para o Século 21*. Seu último lançamento é *Notas sobre a Pandemia: E breves lições para o mundo pós-coronavírus (artigos e entrevistas)*. Leciona no departamento de História da Universidade Hebraica de Jerusalém.

IX. Dimensão Empreendedorismo

Empreendedorismo significa empreender, resolver um problema ou situação complicada. É um termo usado no setor empresarial e muitas vezes está relacionado com a criação de empresas ou produtos novos.

Empreender é também saber identificar oportunidades e transformá-las em um negócio lucrativo. Quando um empreendedor percebe uma necessidade dos consumidores, ele consegue criar uma maneira de resolver o problema, oferecendo um produto ou serviço que dê uma experiência de mais qualidade ao cliente (agrega valor). Essa solução pode ser transformada em um negócio.

O conceito de empreendedorismo foi usado primeiramente pelo economista austríaco Joseph A. Schumpeter, quando publicou em 1942 a Teoria da Destruição Criativa, no livro Capitalismo, Socialismo e Democracia.

A teoria explica o empreendedorismo (criação de produtos, serviços ou empresas inovadoras) como uma solução às necessidades dos consumidores, que foi percebida pelo empreendedor.

O empreendedorismo é primordial para a economia, pois é por meio dele que as empresas buscam inovação, transformando conhecimentos e ideias em novos produtos ou serviços que serão disponibilizados no mercado.

O surgimento de novos empreendimentos contribui para o desenvolvimento da economia de um território, porque amplia o volume de negócios e gera mais empregos e renda. Também pode influenciar no ganho de qualidade dos produtos e serviços que são oferecidos aos consumidores, por meio do aumento da concorrência entre as empresas.

A seguir, estão os 06 principais tipos de Empreendedorismo:

1. Empreendedorismo Corporativo

O empreendedorismo corporativo (ou intraempreendedorismo) ocorre quando um funcionário empreende dentro da empresa em que trabalha. Mesmo sem ser o dono, o funcionário tem características de um empreendedor e aplica essa visão na empresa. Os funcionários podem usar sua visão empreendedora para ajudar no crescimento dos negócios, apresentando ideias ou soluções criativas que ajudem a melhorar um produto ou algum processo da empresa.

Senso crítico, criatividade, visão inovadora, boa comunicação, dedicação e liderança são algumas qualidades de um empreendedor corporativo.

Algumas vantagens do empreendedorismo corporativo podem ser:

- ganho em agilidade e produtividade na empresa;
- melhora da comunicação interna entre os funcionários;
- correção em falhas de processos da empresa;
- diminuição de custos de manutenção e de burocracias.

Além de contribuir para o crescimento da empresa, o funcionário empreendedor também pode valorizar a própria carreira, já que suas ações podem ser reconhecidas pela empresa.

2. Empreendedorismo de Pequenos Negócios

É o empreendedorismo das pequenas empresas (familiares, individuais ou com poucos funcionários). É comum que sejam empreendimentos locais que vendam bens ou serviços comuns.

A expansão do negócio não é foco principal desse tipo de empreendimento. Seus objetivos principais são a fidelização e a criação de uma relação próxima com os clientes habituais, para garantir seu lugar no mercado.

Essas empresas atendem necessidades simples e diárias do comércio local e participam ativamente da circulação da economia na região. Podem funcionar no formato de pequenos negócios (como padarias, mercearias e salões de cabeleireiro) ou de empresas que oferecem serviços individuais (costura, marcenaria ou limpeza).

Os tipos mais comuns de empresas de pequenos negócios são:

- Empresa de pequeno porte (EPP);
- Microempresa (ME);
- Microempreendedor Individual (MEI).

3. Empreendedorismo Startup

O empreendedorismo startup é o tipo de empreendedor que cria um novo tipo de negócio. Normalmente, a ideia desse tipo de empresa nasce quando o empreendedor percebe que existe uma necessidade que não é atendida no mercado. Para atender essa demanda, cria um modelo de negócio com características inovadoras, oferecendo soluções diferentes das que já existem no mercado.

As startups podem atuar em qualquer área de venda de serviços ou produtos, e se caracterizam pela inovação e criatividade na criação dos seus produtos. A inovação tecnológica é uma grande aliada de empreendimentos desse tipo e pode ajudar na conquista de mercado, oferecendo serviços que se ajustem à necessidade dos seus clientes.

Alguns exemplos de empreendedorismo startup são:

- Uber: aplicativo de compartilhamento de transporte;
- Airbnb: plataforma de aluguel de casas e quartos;
- 99 Táxi: aplicativo que conecta usuários e taxistas;
- Ifood: aplicativo de entrega de comida.

4. Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social é direcionado a causar um impacto positivo na sociedade. Esse tipo de empreendimento oferece soluções para melhorar a sociedade, deixando o objetivo de lucro em segundo plano.

O empreendedor que decide trabalhar nessa área tem a responsabilidade social como a base do negócio, sendo da vontade de ajudar a sociedade que nasce a motivação para empreender. Pode atuar em vários setores, como proteção ao meio ambiente, educação, serviços sociais ou atividades culturais.

Apesar de não ser o foco principal do empreendimento, a preocupação com o lucro não deixa de existir, porque ele é importante para a manutenção do negócio.

Um exemplo são as organizações sem fins lucrativos (ONGs), que ajudam, defendem direitos ou conscientizam os cidadãos sobre alguma causa social importante.

São exemplos de empreendedorismo social:

- *Associação Curso Vencedor*: empresa criada por alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) que oferece curso pré-vestibular para estudantes carentes;
- *Saúde Criança*: entidade que atende crianças em situação de vulnerabilidade, com acompanhamento médico e educacional;
- *Ecodom*: empresa que constrói casas populares a partir de plástico e cartão reciclado.

5. Empreendedorismo Digital

O empreendedorismo digital aproveita as facilidades da tecnologia para oferecer produtos ou serviços, é a aplicação da tecnologia digital para facilitar as atividades empresariais.

Essas empresas já “nascem na internet”, os negócios são mantidos online, e muitos dos seus processos (como negociação e vendas) acontecem digitalmente.

Assim como acontece em outros empreendimentos, para começar no empreendedorismo digital é importante escolher um nicho de mercado (área de atuação da empresa) e decidir quais produtos ou serviços serão oferecidos aos clientes. A escolha é importante para definir qual o público-alvo e garantir mais chances de se tornar especialista na área escolhida.

Também é preciso planejar ações de vendas, escolher a melhor plataforma digital para o negócio, investir em estratégias de marketing digital e divulgação nas redes sociais, para atingir clientes e engajar seguidores.

Algumas vantagens do empreendedorismo digital são:

- baixo investimento inicial;
- possibilidade de retorno financeiro mais rápido;
- a estrutura física da empresa pode ser reduzida;
- mais visibilidade do negócio e mais facilidade de conseguir clientes;
- possibilidade de trabalho remoto;
- custos de manutenção reduzidos.

São exemplos de empresas que seguiram o modelo de empreendedorismo digital:

- *Amazon*: site de comércio eletrônico, que oferece produtos variados;
- *Coursera*: empresa que oferece cursos e formações online;
- *Netflix*: plataforma de exibição de filmes e séries;
- *Ebay*: site de compras e leilões virtuais;
- *Youtube*: plataforma de compartilhamento de vídeos.

6. Empreendedorismo Sustentável

No empreendedorismo sustentável (ou verde) as empresas se preocupam com a sustentabilidade e a proteção ao meio ambiente.

As empresas sustentáveis oferecem serviços ou produtos voltados à proteção do meio ambiente, e também podem atuar na conscientização da importância da adoção de medidas sustentáveis. Produtos ecológicos e mais duráveis estão entre os mais populares no empreendedorismo sustentável.

Os empreendimentos desse tipo aplicam medidas sustentáveis no dia a dia, como:

- uso consciente e econômico de água e eletricidade;
- redução do uso de materiais em plástico;
- separação de lixo orgânico e lixo reciclável;
- reaproveitamento de embalagens e papéis;
- uso ou doação das sobras de matéria-prima para evitar o desperdício;
- conscientização dos funcionários e consumidores sobre a importância das medidas de sustentabilidade.

São exemplos de empreendedorismo sustentável:

- *Boomera*: empresa que faz reciclagem de produtos difíceis (como fraldas descartáveis) em parceria com cooperativas de catadores de lixo;
- *Loop*: aplicativo que conecta usuários para compartilhar bicicletas;
- *Revoada*: empresa de moda que cria produtos a partir de sobras de tecidos de guarda-chuva e câmaras de pneus.

➤ ***Qual a diferença entre empreendedorismo por necessidade e por oportunidade?***

Esses dois tipos de empreendedorismo representam o motivo que leva uma pessoa a empreender.

No empreendedorismo por necessidade, a ideia de um novo negócio nasce da falta de outras oportunidades. Acontece, por exemplo, quando uma pessoa está desempregada e opta por criar um negócio para ter uma fonte de renda que possa garantir o seu sustento.

Já no empreendedorismo por oportunidade, o empreendedor cria um negócio porque percebe uma necessidade no mercado. Ele vê nessa necessidade a chance de criar seu próprio empreendimento. Por exemplo: um empreendedor percebe que uma falha nos serviços de entrega de comida e cria um sistema que garante a cobertura de toda a área de entrega de uma região.

➤ ***Quais os benefícios do empreendedorismo para a sociedade?***

Diversos são os benefícios do empreendedorismo para a sociedade, entre eles podem ser destacados:

- Geração de novos empregos - favorecimento aos desempregados;
- Ampliação da renda;
- Elevação das receitas;
- Mais opções para os consumidores;
- Oferecer produtos e serviços inovadores.

➤ ***Como a inovação ajuda no empreendedorismo?***

O empreendedorismo é ligado à inovação, a capacidade de usar a criatividade para criar soluções novas. Mas, inovar não é necessariamente criar um produto ou serviço. Inovar pode ser também uma forma diferente ou criativa de oferecer os serviços da empresa para ganhar a atenção dos consumidores.

Essa característica pode ser decisiva para um empreendimento ter destaque em um mercado concorrido, ao oferecer soluções mais atrativas que a concorrência.

A inovação requer do empreendedor a habilidade de perceber as necessidades do mercado e dos clientes, e se planejar para oferecer seus serviços de modo que

atendam os interesses do seu público-alvo, ao mesmo tempo que se destaquem no mercado.

A inovação pode ser eficiente para:

- criar produtos ou serviços;
- ter métodos de produção mais eficazes;
- conquistar novos clientes;
- criar formas simplificadas de organização;
- gerar mais publicidade;
- melhorar o atendimento ao cliente.

➤ ***O que é ser um empreendedor?***

Empreendedores são as pessoas que fazem o empreendedorismo acontecer, quando percebem uma oportunidade de negócio e têm boas ideias para criar uma empresa e oferecer um produto ou serviço de interesse do consumidor.

São conhecidos por serem pessoas que conseguem detectar oportunidades, com boa visão do futuro e com coragem para testar ideias diferentes.

O empreendedor é de suma importância para uma organização e para manter o negócio competitivo. É o diferencial estratégico que atrelado a um bom plano de negócios cria oportunidades em cenários muitas vezes inimagináveis.

➤ ***Quais as 10 características importantes de um empreendedor?***

- capacidade de liderança e bom relacionamento com a sua equipe;
- rapidez de raciocínio e facilidade para tomar decisões;
- ter visão a longo prazo e não esperar por resultados imediatos;
- criar ideias inovadoras;
- saber unir criatividade (ideias novas) e praticidade (realizar ideias);
- construir boas relações profissionais, saber fazer networking;
- capacidade de motivação, para si mesmo e para a equipe;
- habilidade para fazer planejamentos;
- buscar sempre a melhora da qualidade do seu produto ou serviço;
- ser flexível para adaptar seus planos à realidade.

X. Dimensão Tecnologia - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

Nas dimensão Tecnologia - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) busca-se apresentar informações e propostas que possam impactar positivamente nos setores produtivos, elevando o nível de produtividade e competitividade das empresas.

Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (P&D e I) é a mola propulsora que permite a evolução tecnológica dos produtos e processos. Sem pesquisa e desenvolvimento, os produtos e processos não sofrem inovações e isso, de certa forma, não contribui para que as empresas sejam mais competitivas. Conseqüentemente, isso tem um peso considerável na sustentabilidade dos negócios.

A Tecnologia é parte intrínseca do processo de pesquisa e desenvolvimento, dando celeridade na obtenção dos resultados e aprimoramento nos equipamentos e processos. Mas quando avaliamos sob a ótica da produção, todas atuam de forma a contribuir

no ganho de produtividade e competitividade, tornando as empresas muito mais saudáveis e promissoras.

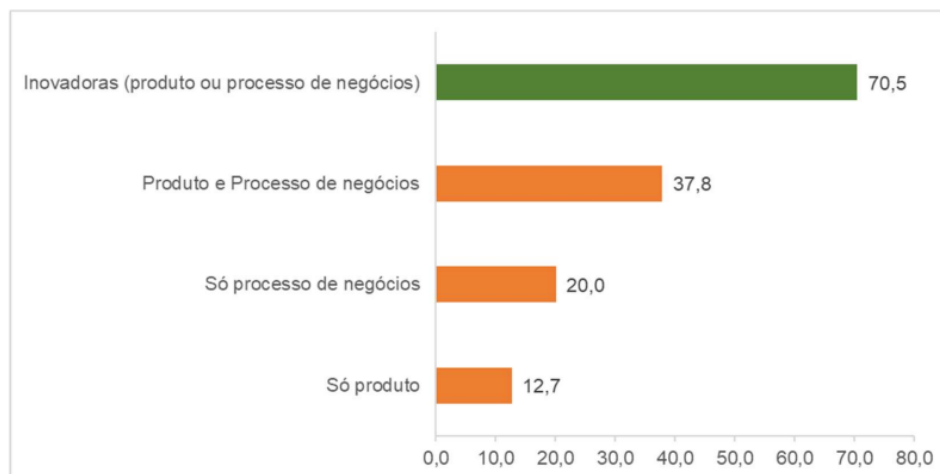
É importante compreender o cenário de PD&I no país, tendo como premissa as informações disponibilizadas pelo IBGE, referente à 2021.

Segundo a Pesquisa de Inovação Semestral Indicadores Básicos, realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), podem ser destacados os seguintes pontos:

“A análise da taxa de inovação – medida pela participação percentual do número de empresas que implementaram inovações de produto ou processo de negócios em relação ao total de empresas investigadas – mostra que no ano de 2021, das 9.400 empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas, pertencentes às indústrias extrativas e de transformação, 70,5% introduziram algum produto novo ou substancialmente aprimorado e/ou incorporaram algum processo de negócios novo ou aprimorado para uma ou mais funções de negócios da empresa

O Gráfico 1, que apresenta a taxa de inovação para o total da Indústria, segundo o tipo de inovação introduzida, mostra que 37,8% das empresas inovaram tanto em produto quanto em processo de negócios, seguidas das que inovaram apenas em processo de negócios (20,0%) e apenas em produto (12,7%). Dentre os setores mais inovadores em produto e/ou processo de negócios, destacaram-se as atividades de fabricação de produtos químicos (87,0%), fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (86,5%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (84,7%).

Gráfico 1 – Taxa de inovação para o total da Indústria, segundo o tipo de inovação – Brasil – 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

No caso da fabricação de produtos químicos, ressalta-se a alta de taxa de empresas inovadoras tanto em produto (76,0%) quanto em processo de negócios (73,7%). Na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, por sua vez, se destacou por uma taxa de inovação de processo de negócios (79,2%) mais alta do que de produtos (66,3%), ao passo que na fabricação de veículos automotores,

reboques e carrocerias, as taxas de inovação são bastantes parecidas, 70,9% e 69,7%, respectivamente, para inovação de processo de negócios e produto.

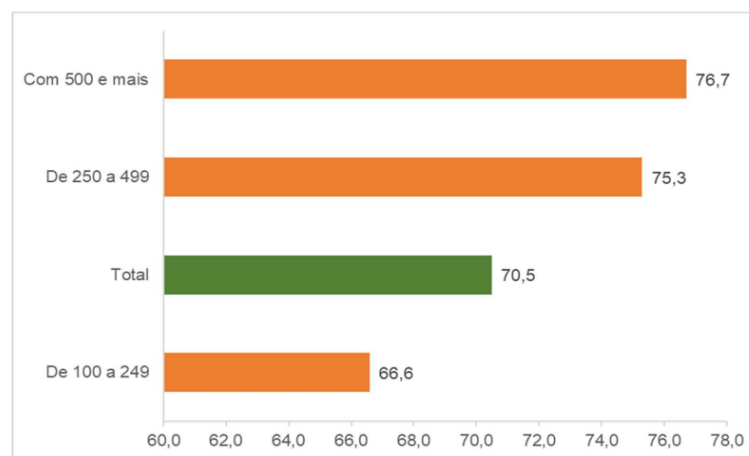
Por outro lado, as taxas de inovação mais baixas foram observadas nas atividades de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (54,6%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (51,6%) e fabricação de produtos de madeira (42,6%). Nas três atividades, as taxas de inovação de processo de negócios foram 44,6%, 42,8% e 42,6%, respectivamente, e se destacaram em relação às de produto (17,6%, 22,1% e 19,5%, respectivamente).

A análise das taxas de inovação para o total da Indústria, segundo as faixas de pessoal ocupado, mostra uma relação de proporcionalidade direta em relação ao tamanho das empresas, uma vez que as faixas de menor porte, de 100 a 249 pessoas ocupadas, tiveram menor taxa de inovação (66,6%) que a observada nas demais faixas, de 250 a 499 (75,3%) e nas empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas (76,7%) (Gráfico 2).

Os setores que mais se destacaram nas inovações de produto foram fabricação de produtos químicos (76,0%), fabricação de produtos diversos (74,4%) e fabricação de máquinas e equipamentos (71,9%).

Por outro lado, os que apresentaram menores taxas de inovação de produto foram os de fabricação de produtos de madeira (19,5%), extrativas (18,6%) e fFabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (17,6%).

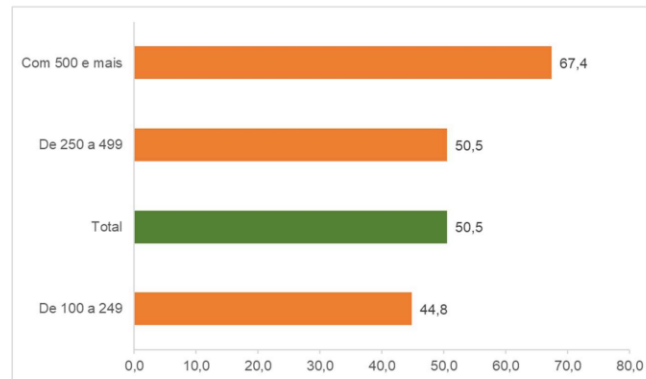
Gráfico 2 – Taxa de inovação, segundo as faixas de pessoal ocupado, para o total da Indústria – Brasil – 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

Em consonância com as taxas de inovação total por faixa de pessoal ocupado, as taxas de inovação em produto apresentam configuração semelhante nesse tipo de desagregação dos dados, sendo as empresas pertencentes às faixas de maior porte proporcionalmente mais inovadoras do que as de menor porte, tal como retrata o Gráfico 3. Assim, observam-se taxas crescentes a partir daquelas de menor porte de 100 a 249 pessoas ocupadas (44,8%), de 250 a 499 (50,5%) até as empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas (67,4%). Além das inovações de produto, as empresas também podem inovar em diversas de suas funções, que configuram processos de negócios. A PINTEC semestral revelou um montante de 57,9% de empresas industriais inovadoras em processo de negócios.

Gráfico 3 – Taxa de inovação em produto, segundo as faixas de pessoal ocupado, para o total da Indústria – Brasil – 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

No Gráfico 4, que apresenta as taxas de inovação segundo as categorias de processo de negócios, é possível observar que, para o total da Indústria, taxas maiores de inovação estão mais relacionadas às atividades voltadas às práticas de gestão e comercialização, frente àquelas de produção. São as inovações nos métodos de organização do trabalho, de tomada de decisão ou de gestão de recursos humanos que apresentaram a maior proporção de empresas inovadoras em processo de negócios (40,6%), seguidas das práticas de gestão para organizar procedimentos organizativos ou relações externas (37,5%) e métodos de marketing para promoção, embalagem, preços, colocação de produtos e serviços pós-venda (33,5%). Embora estratégicos e utilizados como ferramentas essenciais para os demais processos, os métodos para processamento de informação e comunicação aparecem com pouco menos de um terço das empresas inovadoras em processo de negócios (32,5%).

Gráfico 4 – Taxa de inovação em processo de negócios, segundo suas categorias, para o total da Indústria – Brasil – 2021 - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

A PINTEC Semestral mostra que 33,9% das empresas industriais com 100 ou mais pessoas ocupadas realizaram dispêndios em atividades internas de P&D em 2021 (Gráfico 5). Vale destacar os setores onde mais da metade das empresas investiram em atividades de P&D: Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (66,6%), Fabricação de produtos químicos (65,3%), Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (63,0%) e Fabricação de máquinas e equipamentos (51,1%). Comparadas às taxas de inovação em produto, estes setores apresentam proporções bastantes similares, o que pode apontar a importância das atividades de P&D no desenvolvimento de produtos novos e aprimorados.

Por outro lado, os setores com menor proporção de empresas que realizaram dispêndios em P&D foram: Metalurgia (16,0%), Confecção de artigos do vestuário e acessórios (2,8%), Fabricação de produtos de madeira (2,2%) e Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,2%).

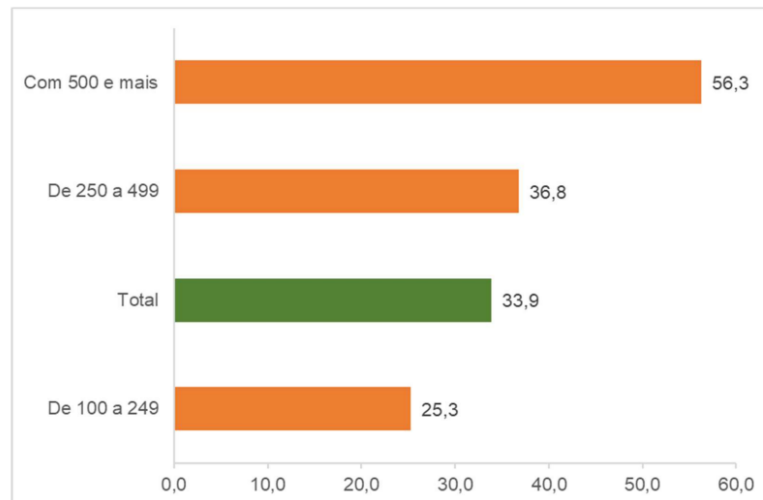
Gráfico 5 – Percentual de empresas inovadoras que realizaram dispêndios em P&D em relação ao total de empresas da Indústria – Brasil - 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

Da mesma forma que as taxas de inovação de produto e processo de negócios, as atividades de P&D estão proporcionalmente mais presentes nas grandes empresas, notadamente aquelas com 500 ou mais pessoas ocupadas (56,3%) (Gráfico 6). Nas empresas de 250 a 499 pessoas, 36,8% realizaram atividades de P&D em 2021, ao passo que nas empresas de 100 a 249 pessoas, esse percentual ficou em pouco mais de um quarto (25,3%).

Gráfico 6 – Percentual de empresas inovadoras que realizaram dispêndios em P&D em relação ao total de empresas da Indústria, segundo as faixas de pessoal ocupado – Brasil – 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

As categorias de métodos para produzir bens ou fornecer serviços, seguida por métodos de contabilidade ou outras operações administrativas e, por fim, métodos de logística, entrega ou distribuição apresentaram as menores proporções de empresas Pesquisa de Inovação Semestral 2021: Indicadores básicos 34 inovadoras em processos de negócios, com taxas de 31,6%, 26,9% e 19,4%, respectivamente.

Dentre os setores mais inovadores em processo de negócios, destacaram-se as atividades relacionadas à fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (79,2%), fabricação de produtos químicos (73,7%), fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (70,9%) e fabricação de produtos diversos (70,8%). Vale destacar que o setor químico apareceu também como o mais inovador dentre as empresas inovadoras de produto.

Por outro lado, dentre os setores menos inovadores em processo de negócios, chamaram atenção aqueles relacionados às atividades de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (42,8%), fabricação de produtos de madeira (42,6%) e indústrias extrativas (41,2%). Levando-se em consideração que estes mesmos setores registraram as menores taxas de inovação de produto, pode-se sugerir que se trataram de atividades com menor capacidade relativa de difusão de inovações em 2021.

Como esperado, as maiores empresas sobressaíram com maiores taxas de inovação em ao menos uma das categorias das inovações de processo de negócios: 62,8% das empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas, 59,2% das empresas com 250 a 499 pessoas ocupadas e 55,7% das empresas de 100 a 249 pessoas ocupadas.

A PINTEC Semestral buscou conhecer, ainda que de forma introdutória, a proporção de empresas ativas em inovação, ou seja, aquelas que apesar de não terem introduzido um novo produto no mercado nem incorporado um novo processo de negócios, estiveram envolvidas em alguma atividade inovativa que estivesse incompleta ou que tivesse sido abandonada em 2021.

A pesquisa aponta que apenas 0,51% das empresas industriais com 100 ou mais pessoas ocupadas investigadas estiveram engajadas em alguma atividade inovativa em 2021. Destas empresas, 75,9% possuíam alguma atividade inovativa em curso ao final de 2021, ao passo que 28,3% abandonaram ou suspenderam suas atividades inovativas naquele ano.”

Cooperação para inovação

O processo inovativo pode extrapolar o limite das empresas. Seja para reunir competências específicas ou para resolver problemas mais complexos, a interação com outros atores do sistema de inovação mostra-se cada vez mais relevante e necessária, sobretudo em segmentos que lidam com tecnologias mais complexas. A PINTEC 2021 mostra que 41,7% das empresas que inovaram em produto e/ou processo de negócios estabeleceram algum tipo de arranjo cooperativo em 2021. O Gráfico 7 mostra que a parceria com fornecedores foi a mais frequente para 35,3% das empresas inovadoras, seguida de clientes e consumidores (31,2%), consultores ou empresas de consultoria (28,1%) e infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação (25,7%). Dentre as parcerias menos frequentes, observa-se a interação com outra empresa do grupo (16,1%), concorrentes (9,1%) e start-ups (8,7%).

Sobre o estabelecimento de parcerias para cooperação numa perspectiva setorial, observa-se que no caso dos fornecedores como parceiros, as atividades de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e fabricação de bebidas foram as que mais se destacaram, com parcerias ativas em 59,3%, 56,3% e 52,8% das empresas inovadoras, respectivamente.

Gráfico 7 – Importância dos parceiros das relações de cooperação das empresas inovadoras, para o total da Indústria – Brasil – 2021 - %



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

Interessante observar que no caso da cooperação com start-ups, a parceria foi estabelecida com mais frequência nas indústrias extrativas (33,0%), na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (22,1%) e na fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (20,1%).

Problemas e obstáculos à inovação

Apesar de terem logrado introduzir um produto novo ou aprimorado no mercado ou incorporado algum processo de negócios inovador, 59,1% das empresas inovadoras apontaram ter enfrentado alguma dificuldade para realizar suas atividades inovativas em 2021 (Gráfico 8). Fatores de natureza predominantemente econômica foram os mais apontados como dificuldade para mais da metade das empresas inovadoras, quais sejam: instabilidade econômica (57,1%), acirramento da concorrência (53,0%) e capacidade limitada dos recursos internos (50,5%). A Escassez de recursos públicos e mudanças nas prioridades estratégicas das empresas inovadoras foram fatores apontados por um percentual bastante semelhante: 47,7% e 47,5%, respectivamente. Cumpre apontar que, apesar de 41,7% das empresas inovadoras terem estabelecido algum tipo cooperação, 46,1% apontaram terem tido alguma dificuldade em estabelecer tais parcerias. Essas dificuldades foram mais evidentes nas atividades de fabricação de bebidas (92,7%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (78,4%) e confecção de artigos de vestuário e acessórios (75,2%).

Gráfico 8 – Distribuição de empresas inovadoras por tipo de problema e obstáculo enfrentado para inovar, para o total da Indústria- Brasil – 2021 (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

Sob o prisma de tamanho, foram as empresas inovadoras de menor porte que enfrentaram maiores dificuldades, onde 67,6% das empresas de 100 a 249 pessoas ocupadas apontaram algum tipo de obstáculos à inovação em 2021. Registraram-se também percentuais significativos entre empresas de maior porte: 55,5% das

empresas inovadoras com 500 ou mais pessoas ocupadas e 42,8% das empresas de 250 a 499 pessoas ocupadas tiveram dificuldades para desenvolver suas atividades inovativas.

Considerando um outro recorte, o das empresas que não inovaram em produto, nem em processo de negócios e que também não tiveram projeto incompleto ou abandonado, uma proporção bem menor de empresas (33,9%) respondeu ter encontrado dificuldades ou obstáculos para inovar (Gráfico 9).

Nessas empresas, entretanto, os principais obstáculos apontados foram os mesmos das empresas inovadoras, porém em menores proporções: instabilidade econômica, capacidade limitada dos recursos internos, acirramento da concorrência e baixa atratividade da demanda foram indicados por, respectivamente, 31,3%, 29,4%, 29,4% e 29,2%, das empresas não inovadoras. Ressalta-se que foram as empresas de menor porte que apontaram maiores obstáculos para inovar.”

Gráfico 9 – Distribuição de empresas não inovadoras por tipo de problema e obstáculo enfrentado para inovar, para o total da Indústria- Brasil – 2021 - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa de Inovação Semestral 2021.

Analisando a pesquisa PINTEC 2021, pode-se concluir que há uma necessidade premente de ações que possam estimular e facilitar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas de menor porte.

Com baixos índices de inovação, certamente, isso impacta negativamente na capacidade de competir dessas empresas, sendo, portanto, um obstáculo para que possam se desenvolver e serem prósperas. Para se tornarem competitivas, essas indústrias precisam ter ganhos de produtividade, mas pra isso precisam inovar em seus produtos e processos, de forma a oferecer produtos com mais qualidade, confiáveis e com custos menores.

XI. Dimensão Saúde e Qualidade de Vida

A dimensão Saúde e Qualidade de Vida tem por princípio garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade para os cidadãos. Atuando em saúde preventiva como forma de mitigar os impactos sobre o sistema de saúde municipal.

A Saúde como qualidade de vida implica pensar em sua conexão estrutural com o desenvolvimento econômico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política da sociedade. Nessa perspectiva, se torna parte endógena de discussão de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A Organização Mundial da Saúde cita: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”. Sendo assim, saúde é primordial, pois uma população bem assistida se torna mais produtiva e atinge melhores patamares de desenvolvimento socioeconômico.

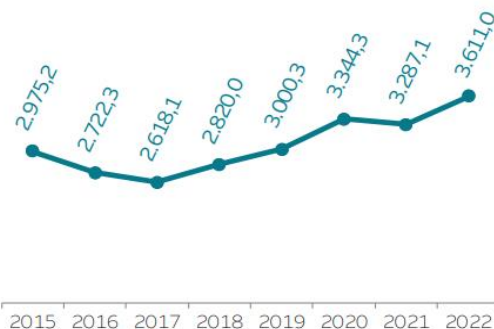
➤ Investimentos em Saúde no Estado e nos Municípios da Regional:

Segundo o Anuário das Finanças dos Municípios Capixabas 2023:

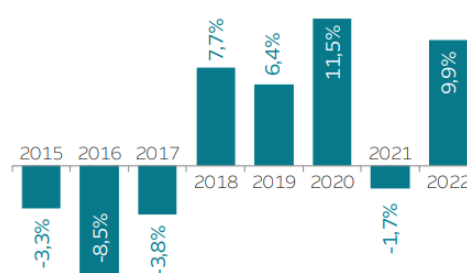
“No ano de 2022, os municípios capixabas alocaram o montante de R\$ 3,61 bilhões no sistema público de saúde. Em valores já corrigidos pelo IPCA, esse resultado representa uma expansão de 9,9% em relação a 2021 e de 8% sobre 2020, ano da eclosão da maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos. Ao superarem a despesa empenhada de 2020, de R\$ 3,34 bilhões, as administrações municipais no Espírito Santo acabaram por alcançar um novo recorde orçamentário para a pasta, pois nunca destinaram tantos recursos para a saúde como em 2022.”

Evolução das despesas com saúde

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Taxa de crescimento real da despesa municipal com saúde em relação ao ano anterior



Os esforços das municipalidades em investir na área ficam ainda mais evidentes quando se pondera que, em 2022, o Estado e a União, em conjunto, reduziram em R\$ 89,3 milhões os repasses para os municípios capixabas aplicarem no Sistema Único de Saúde (SUS), comparado a 2021. No confronto com 2020, tais transferências de 2022 foram R\$ 246,1 milhões inferiores.

Em grande parte, esse recuo ocorreu devido ao arrefecimento da pandemia e à retirada, principalmente da União, de aportes que visavam ao enfrentamento do cenário adverso. Esse movimento fica evidenciado ao se analisar o montante direcionado via fundo a fundo, principal rota de transferências para a saúde da União para os municípios. Em 2021, R\$ 1,09 bilhão chegou aos municípios

capixabas por esse expediente, ao passo que, em 2022, a União remeteu R\$ 979 milhões, ou seja, R\$ 110 milhões a menos.

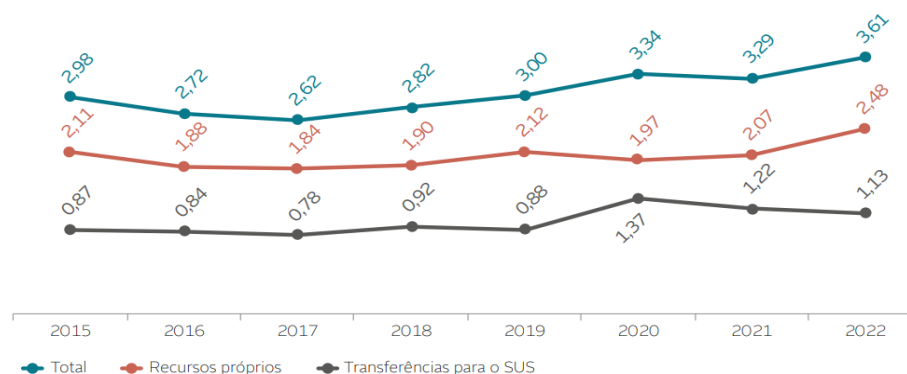
Enquanto os repasses diminuía, as despesas bancadas exclusivamente pelo tesouro dos municípios capixabas saíram de R\$ 1,97 bilhão, em 2020, para R\$ 2,07 bilhões, em 2021, e para R\$ 2,48 bilhões, em 2022, um salto da ordem de 26% em dois anos.

Dessa forma, passada a fase mais crítica da crise sanitária, o orçamento da saúde nos municípios elevou-se significativamente a ponto de quebrar o recorde anterior, ainda que as transferências oriundas dos outros entes da federação para o financiamento do SUS no município tenham encolhido, como mostra o gráfico a seguir.

O aumento do gasto municipal com saúde no Espírito Santo vem fazer frente à demanda cada vez maior da população pelos serviços da área. Embora a pandemia não esteja mais em curso, em 2022 foram registrados 1.362.546 novos casos de contaminação e 3.272 mortes no Estado em razão da Covid-19. Somam-se a isso os tratamentos às sequelas e o atendimento às demandas que ficaram represadas durante o período de isolamento em 2020 e 2021.

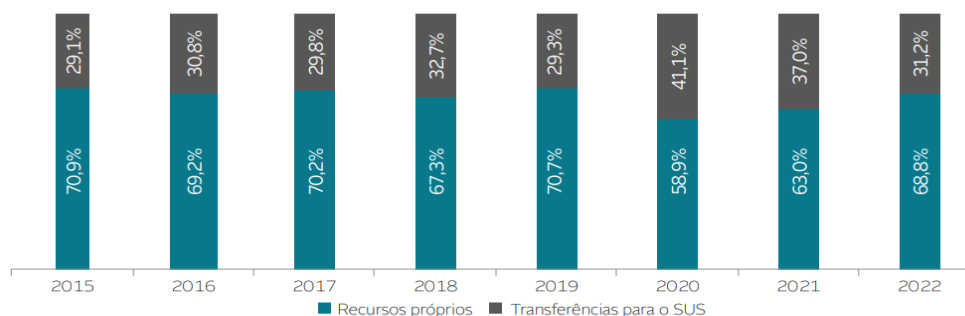
Despesa com a saúde municipal por origem de financiamento

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio 2022



Com a retração dos recursos advindos de transferências para o SUS e o aumento das despesas em saúde via receitas próprias, a composição do financiamento da saúde municipal retornou aos patamares semelhantes ao observado até antes do advento da pandemia do novo coronavírus. Assim, o tesouro municipal voltou a arcar com cerca de 70% dessa obrigação, e os demais entes, com 30%, registrando pequenas variações nesses índices, para cima ou para baixo

Participação dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde municipal



No Estado, sobressai o resultado de Baixo Guandu, que em 2022 elevou as despesas com saúde em 45,6%, um avanço de R\$ 9 milhões em relação a 2021. Em Castelo, a taxa de crescimento foi de 41%, enquanto em Santa Leopoldina a alta ficou em 40,5%.

Além desses três municípios, outros três experimentaram variações positivas superiores a 30%, são eles: Mucurici, São Domingos do Norte e Afonso Cláudio. Ao todo, 49 das 78 cidades capixabas – ou seja, 63% delas – marcaram taxa de incremento das despesas com saúde acima de dois dígitos em 2022, o que comprova os esforços das municipalidades em promover melhorias para a área.

Na outra ponta, estão 14 municípios onde o dispêndio acusou baixa em relação a 2021. Dentre eles, destacam-se São José do Caçado (-37,6%), Mantenópolis (-15,9%) e Linhares (-10,7%). É preciso, porém, pontuar que, em Linhares e em Calçado, isso se deveu, exclusivamente, ao desinvestimento das outras esferas do Poder Executivo na saúde do município.

No caso de Linhares, os envios do Estado e da União que chegaram ao município para essa finalidade contraíram-se R\$ 32,6 milhões, enquanto a despesa total com saúde regrediu R\$ 28,3 milhões, em 2022. Ou seja, embora o desembolso total tenha caído, a prefeitura municipal aumentou seus gastos com recursos próprios.

Em São José do Calçado, deixaram de ser consumidos R\$ 8,8 milhões no confronto com o executado em 2021, queda que também decorreu da diminuição dos repasses das demais esferas da federação para o SUS local.

Em ambos os casos, vale lembrar, o encaminhamento das verbas disparou excepcionalmente no biênio 2020-2021 porque os dois municípios sediaram hospitais que se tornaram referência no atendimento de pacientes acometidos pelo novo coronavírus.

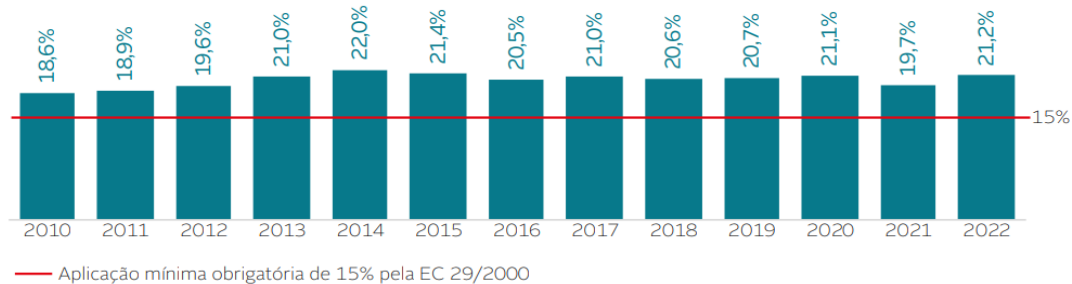
Segundo a Emenda Constitucional nº 29/2000, os municípios devem empregar um mínimo de 15% de suas receitas de impostos e de transferências constitucionais em ações e serviços públicos de saúde; aos estados, é imposta uma parcela de 12%.

Já a parte da União, em 2022 ainda estava submetida à regra do Teto dos Gastos contida na EC nº 95/2016, que limita o seu dispêndio ao valor de 2017, podendo este somente ser atualizado pelo IPCA, o que tem dificultado a ampliação da participação federal no financiamento do SUS.

A restrição prevista no Teto dos Gastos tem gerado críticas e, desde o final de 2022, iniciaram-se discussões no Congresso Nacional para a substituição dessa âncora fiscal por uma nova regra mais flexível, que permita à União reforçar os aportes financeiros nas áreas sociais.

No Espírito Santo, as gestões municipais aplicaram na saúde 21,18% das receitas vinculadas de 2022. Tal fração é 6,18 pontos percentuais acima dos 15% exigidos pela legislação, o que equivaleu a um esforço adicional das municipalidades de R\$ 668,6 milhões. Isto é, os municípios alocaram acima do que determina a Constituição Federal um montante muito superior ao total de suas arrecadações com o IPTU, que em 2022 somou R\$ 554,9 milhões.

Despesa em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



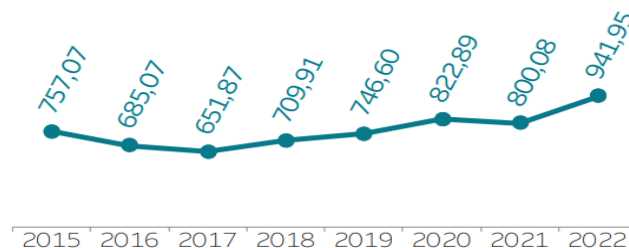
A despesa com saúde per capita dos municípios capixabas apresentou um expressivo salto em 2022 ao atingir R\$ 941,95. Foi a primeira vez na história do Estado em que esse valor superou a marca de R\$ 900,00. Comparado ao ano de 2021, quando esse resultado foi de R\$ 800,08, houve um adicional de R\$ 141,88, o equivalente a 17,7%.

A expansão do indicador per capita foi determinada pelo forte crescimento da despesa total com saúde dos municípios capixabas, de 9,9%, e pelo encolhimento da população estadual, contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados em junho de 2023 na sua versão final, apontaram uma população de 3.833.486 habitantes para o Espírito Santo, quantidade 7% menor que a estimada pelo próprio instituto para 2021, de 4.108.508 habitantes.

O município que alocou mais recursos em saúde proporcionalmente à sua população, em 2022, foi Presidente Kennedy. Com um gasto total de R\$ 64,1 milhões nessa função, a gestão local aplicou R\$ 4.679,35 para cada um dos seus 13.696 habitantes, quantia cinco vezes superior à média do conjunto das cidades capixabas. Isso só foi possível em virtude das altas receitas de royalties do petróleo e gás natural do município.

Na sequência, a listagem mostra Mucurici (R\$ 2.578,93), Anchieta (R\$ 1.964,20), Marataízes (R\$ 1.864,66) e Ponto Belo (R\$ 1.819,26). Com exceção de Ponto Belo, a característica comum a essas localidades é a expressiva receita per capita, que, aliada à vinculação obrigatória das receitas à despesa com saúde, resulta num grande montante de recursos destinados para a área. Da mesma forma, municípios com baixa receita per capita possuem diminuta despesa per capita. Exemplos desse caso no Estado são Cariacica, com gasto em saúde por habitante de R\$ 450,35, e Vila Velha, com R\$ 565,09. Nessas cidades, a receita total por morador não supera R\$ 3.900, enquanto a média estadual é de R\$ 5.552,21.

Despesa com saúde per capita em R\$ corrigido pelo IPCA médio 2022



DESPESA COM SAÚDE

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2022
1º	Serra	381.700.408,87	520.649
2º	Vitória	351.742.958,13	322.869
3º	Vila Velha	264.304.000,55	467.722
4º	Linhares	234.775.804,89	166.786
5º	Colatina	176.416.981,02	119.992
6º	Cariacica	159.203.933,87	353.510
7º	Cachoeiro de Itapemirim	116.752.437,21	185.784
8º	Aracruz	113.003.973,41	94.765
9º	São Mateus	81.275.323,60	123.750
10º	Marataizes	78.183.427,75	41.929
11º	Guarapari	72.535.813,50	124.656
12º	Itapemirim	72.340.941,68	39.832
13º	Presidente Kennedy	64.088.364,29	13.696
14º	Viana	60.064.053,99	73.423
15º	Anchieta	58.894.486,01	29.984
16º	Nova Venécia	52.406.583,03	49.065
17º	Santa Maria de Jetibá	47.653.454,96	41.636
18º	Barra de São Francisco	41.132.183,01	42.498
19º	Castelo	40.894.989,14	36.930
20º	Venda Nova do Imigrante	38.340.122,17	23.831
21º	Domingos Martins	36.472.813,10	35.416
22º	Santa Teresa	35.879.432,50	22.808
23º	Jaguari	35.806.953,60	28.931
24º	Afonso Cláudio	35.569.823,83	30.684
25º	São Gabriel da Palha	33.998.963,16	32.252
26º	Conceição da Barra	29.484.651,01	27.458
27º	Baixo Guandu	28.876.679,18	30.674
28º	Sooretama	28.572.134,34	26.502
29º	Montanha	28.514.587,03	18.900
30º	Mimoso do Sul	28.472.018,44	24.475
31º	Iúma	27.511.058,48	28.590
32º	Alegre	27.219.494,14	29.177
33º	Piúma	26.621.325,84	22.300
34º	Pinheiros	26.543.426,49	23.915
35º	Ecoporanga	25.707.191,13	21.992
36º	Pedro Canário	25.081.699,59	21.522
37º	Guaçuí	24.455.323,62	29.358
38º	Rio Bananal	23.130.374,10	19.273
39º	Pancas	21.695.990,79	18.893
40º	Muniz Freire	21.269.164,62	18.153
41º	Fundão	19.850.637,46	18.014
42º	Ibatiba	18.994.865,33	25.380
43º	Vargem Alta	18.822.206,06	19.563
44º	Vila Valério	18.765.533,95	13.728
45º	Alfredo Chaves	18.686.690,52	13.836
46º	Muqui	17.168.565,74	13.745
47º	Mariilândia	16.875.861,96	12.202
48º	João Neiva	16.836.869,82	14.079
49º	Marechal Floriano	16.791.653,22	17.641
50º	Laranja da Terra	16.741.243,99	11.094
51º	Governador Lindenberg	16.719.896,61	11.009
52º	Iconha	16.666.433,51	12.326
53º	Brejetuba	16.634.888,20	12.985
54º	Atílio Vivácqua	16.149.578,26	10.540
55º	Itarana	15.646.591,06	10.597
56º	Itaguaçu	14.906.446,01	13.589
57º	São José do Calçado	14.554.494,32	10.878
58º	Bom Jesus do Norte	14.418.294,04	10.254
59º	Mucurici	14.096.449,14	5.466
60º	Irupi	13.820.789,90	13.710
61º	São Roque do Canaã	13.768.665,62	10.886
62º	Boa Esperança	13.661.191,48	13.608
63º	Ibiraçu	13.636.012,58	11.713
64º	São Domingos do Norte	12.641.543,88	8.589
65º	Água Doce do Norte	12.439.755,37	12.042
66º	Rio Novo do Sul	12.415.281,53	11.069
67º	Conceição do Castelo	12.161.384,91	11.937
68º	Santa Leopoldina	12.079.702,71	13.106
69º	Ponto Belo	11.819.741,83	6.497
70º	Jerônimo Monteiro	11.389.831,40	11.575
71º	Apiacá	10.194.110,85	7.223
72º	Água Branca	10.170.351,41	9.711
73º	Ibitirama	10.081.172,63	9.520
74º	Mantenópolis	9.844.915,01	12.770
75º	Vila Pavão	9.279.537,01	8.911
76º	Dores do Rio Preto	8.986.068,18	6.596
77º	Alto Rio Novo	8.971.525,96	7.434
78º	Divino de São Lourenço	7.684.858,19	5.083
TOTAL		3.610.966.985,72	3.833.486

DESPESA COM SAÚDE PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	4.679,35	64.088.364,29	13.696
2º	Mucurici	2.578,93	14.096.449,14	5.466
3º	Anchieta	1.964,20	58.894.486,01	29.984
4º	Marataizes	1.864,66	78.183.427,75	41.929
5º	Ponto Belo	1.819,26	11.819.741,83	6.497
6º	Itapemirim	1.816,15	72.340.941,68	39.832
7º	Venda Nova do Imigrante	1.608,83	38.340.122,17	23.831
8º	Santa Teresa	1.573,11	35.879.432,50	22.808
9º	Atílio Vivácqua	1.532,22	16.149.578,26	10.540
10º	Governador Lindenberg	1.518,75	16.719.896,61	11.009
11º	Divino de São Lourenço	1.511,87	7.684.858,19	5.083
12º	Laranja da Terra	1.509,04	16.741.243,99	11.094
13º	Montanha	1.508,71	28.514.587,03	18.900
14º	Itarana	1.476,51	15.646.591,06	10.597
15º	São Domingos do Norte	1.471,83	12.641.543,88	8.589
16º	Colatina	1.470,24	176.416.981,02	119.992
17º	Apiacá	1.411,34	10.194.110,85	7.223
18º	Linhares	1.407,65	234.775.804,89	166.786
19º	Bom Jesus do Norte	1.406,11	14.418.294,04	10.254
20º	Mariilândia	1.383,04	16.875.861,96	12.202
21º	Vila Valério	1.366,95	18.765.533,95	13.728
22º	Dores do Rio Preto	1.362,35	8.986.068,18	6.596
23º	Iconha	1.352,14	16.666.433,51	12.326
24º	Alfredo Chaves	1.350,58	18.686.690,52	13.836
25º	São José do Calçado	1.337,98	14.554.494,32	10.878
26º	Brejetuba	1.281,08	16.634.888,20	12.985
27º	São Roque do Canaã	1.264,80	13.768.665,62	10.886
28º	Muqui	1.249,08	17.168.565,74	13.745
29º	Jaguari	1.237,67	35.806.953,60	28.931
30º	Alto Rio Novo	1.206,82	8.971.525,96	7.434
31º	Rio Bananal	1.200,14	23.130.374,10	19.273
32º	João Neiva	1.195,89	16.836.869,82	14.079
33º	Piúma	1.193,78	26.621.325,84	22.300
34º	Aracruz	1.192,47	113.003.973,41	94.765
35º	Muniz Freire	1.171,66	21.269.164,62	18.153
36º	Ecoporanga	1.168,93	25.707.191,13	21.992
37º	Pedro Canário	1.165,40	25.081.699,59	21.522
38º	Ibiraçu	1.164,18	13.636.012,58	11.713
39º	Mimoso do Sul	1.163,31	28.472.018,44	24.475
40º	Afonso Cláudio	1.159,23	35.569.823,83	30.684
41º	Pancas	1.148,36	21.695.990,79	18.893
42º	Santa Maria de Jetibá	1.144,53	47.653.454,96	41.636
43º	Rio Novo do Sul	1.121,63	12.415.281,53	11.069
44º	Pinheiros	1.109,91	26.543.426,49	23.915
45º	Castelo	1.107,36	40.894.989,14	36.930
46º	Fundão	1.101,96	19.850.637,46	18.014
47º	Itaguaçu	1.096,95	14.906.446,01	13.589
48º	Vitória	1.089,43	351.742.958,13	322.869
49º	Sooretama	1.078,11	28.572.134,34	26.502
50º	Conceição da Barra	1.073,81	29.484.651,01	27.458
51º	Nova Venécia	1.068,11	52.406.583,03	49.065
52º	Ibitirama	1.058,95	10.081.172,63	9.520
53º	São Gabriel da Palha	1.054,17	33.998.963,16	32.252
54º	Água Branca	1.047,30	10.170.351,41	9.711
55º	Vila Pavão	1.041,36	9.279.537,01	8.911
56º	Água Doce do Norte	1.033,03	12.439.755,37	12.042
57º	Domingos Martins	1.029,84	36.472.813,10	35.416
58º	Conceição do Castelo	1.018,80	12.161.384,91	11.937
59º	Irupi	1.008,08	13.820.789,90	13.710
60º	Boa Esperança	1.003,91	13.661.191,48	13.608
61º	Jerônimo Monteiro	984,00	11.389.831,40	11.575
62º	Barra de São Francisco	967,86	41.132.183,01	42.498
63º	Iúma	962,26	27.511.058,48	28.590
64º	Vargem Alta	962,13	18.822.206,06	19.563
65º	Marechal Floriano	951,85	16.791.653,22	17.641
66º	Baixo Guandu	941,41	28.876.679,18	30.674
67º	Alegre	932,91	27.219.494,14	29.177
68º	Santa Leopoldina	921,69	12.079.702,71	13.106
69º	Guaçuí	833,00	24.455.323,62	29.358
70º	Viana	818,06	60.064.053,99	73.423
71º	Mantenópolis	770,94	9.844.915,01	12.770
72º	Ibatiba	748,42	18.994.865,33	25.380
73º	Serra	733,12	381.700.408,87	520.649
74º	São Mateus	656,77	81.275.323,60	123.750
75º	Cachoeiro de Itapemirim	628,43	116.752.437,21	185.784
76º	Guarapari	581,89	72.535.813,50	124.656
77º	Vila Velha	565,09	264.304.000,55	467.722
78º	Cariacica	450,35	159.203.933,87	353.510
TOTAL		941,95	3.610.966.985,72	3.833.486

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

➤ **Sugestões de Investimentos em Saúde nos Municípios da Regional:**

As gestões públicas municipais têm feito esforços para oferecer serviços em saúde de qualidade aos munícipes, apesar da dificuldade na captação de recursos. Todavia, uma importante ferramenta que pode contribuir com a alavancagem financeira pode ser a Parceria Público-Privada. Nesse sentido, de forma totalmente gratuita, a Findex tem oferecido aos municípios consultoria na estruturação administrativa e de documentação que permita aos municípios estarem aptos a implementar parcerias público-privadas.

Outra forma que pode ser implementado é o atendimento clínico virtual. Neste caso, o Sesi/ES disponibiliza o programa Telemedicina, baseado em uma plataforma de atendimento em nível nacional, contando com diversos especialistas da área médica e enfermeiros. Essa plataforma pode fazer o primeiro atendimento ao paciente e, dependendo do caso, encaminha para o atendimento presencial nas unidades de saúde do município.

O custo por usuário na plataforma é extremamente baixo e sem limites de atendimentos por usuário. Nessa plataforma, os usuários podem receber e imprimir receitas médicas, atestados, solicitações de exames e outras facilidades. As consultas podem ser feitas por meio de um APP, usando um celular, tablete, notebook ou desktop.

A Telemedicina pode ser uma alternativa viável para ser implementada em regiões/bairros onde ainda não contam com unidades de saúde, mas que tem uma demanda satisfatória em atendimento em saúde. As vantagens são inúmeras para a prefeitura e usuários: facilidade de acesso, rápido atendimento, a não necessidade de deslocamentos para unidades de saúde, baixo custo por usuário, redução de atendimentos clínicos e de custos na implantação e manutenção das unidades de saúde, sem falar na redução dos riscos de contaminação, no caso de doenças contagiosas.

XII. Dimensão Segurança Pública e Empresarial

A dimensão Segurança Pública e Empresarial tem o propósito de avaliar e propor melhorias que contribuam para garantir um ambiente mais seguro para os munícipes e para os negócios, sendo um dos pontos importantes na atração de investimentos.

A segurança pública trata-se de um processo feito de maneira sistêmica e otimizada e que tem como objetivo não somente a preservação da ordem pública, mas também busca proteger do perigo o patrimônio e as pessoas que constituem uma sociedade.

A segurança pública enquanto atividade desenvolvida pelo estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos.

Princípios da Política Nacional de Segurança Pública – PnaSP:

- respeito ao ordenamento jurídico, aos direitos e garantias individuais e coletivas;
- valorização e proteção dos profissionais de segurança pública;
- garantia dos direitos humanos e proteção dos direitos fundamentais;
- integração, cooperação e respeito ao pacto federativo;
- eficiência na prevenção e no enfrentamento à criminalidade e à violência;

- resolução pacífica de conflitos;
- uso diferenciado da força;
- proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente;
- participação da sociedade;
- transparência e publicidade;
- promoção da produção de conhecimento sobre a segurança pública;
- relação harmônica e colaborativa entre os Poderes.

➤ ***Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública – PnaSP:***

- enfrentamento da criminalidade e violência em todas as suas formas;
- fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, especialmente em relação a grupos vulneráveis;
- atuação integrada entre a união, os estados, o distrito federal e os municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade humana, priorizando os grupos e locais mais afetados pela violência;
- ações de coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos e instituições da segurança pública nas fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, respeitando-se as atribuições legais e promovendo a racionalização de meios com base nas melhores práticas;
- formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;
- fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimento e desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;
- sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional;
- atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública;
- atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;
- padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;
- ênfase nas ações de policiamento de proximidade com foco orientado a resolução de problemas;
- modernização do sistema e da legislação de acordo com a evolução social;
- participação social nas questões de segurança pública;
- integração entre os três poderes no aprimoramento e aplicação da legislação penal;
- colaboração do poder judiciário e do ministério público na construção das estratégias e metas para alcançar os objetivos desta política;
- fomento de políticas públicas voltadas à reinserção social dos egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo;
- incentivo ao desenvolvimento de programas e projetos com foco na promoção da cultura de paz, na segurança comunitária, na integração das políticas de segurança com as políticas sociais existentes em outros órgãos e entidades não pertencentes ao Sistema de Segurança Pública.

➤ ***Boas práticas em segurança pública?***

As boas práticas em segurança pública, segundo a ONU e a comunidade internacional de direitos humanos, são as iniciativas bem sucedidas que:

- respeitam os direitos humanos;
- respeitam os princípios e garantias constitucionais;
- agem com profissionalização, responsabilização e transparência;
- estabelecem políticas locais de prevenção;
- tem participação popular e demandas sociais por segurança;
- incentivam práticas de educação e de cidadania;
- estabelecem parcerias entre público e privado;
- implementam policiamento comunitário;
- aplicam justiça em tempo real e penas alternativas à prisão;
- usam política específica para grupos vulneráveis, sobretudo, jovens;
- entregam segurança e qualidade de vida;
- aplicam política de combate ao crime organizado e ao crime econômico;
- estabelecem política sobre uso da força em ações policiais.

➤ ***O que fazer para melhorar a segurança no município?***

Pode ser citado como exemplo, investimentos na melhoria de espaços públicos para estimular a circulação das pessoas pela cidade, o que contribui para o aumento da sensação de segurança. Sendo que isso pode ser feito por meio de serviços de iluminação pública, conservação de vias, parques e praças e pela coleta regular de lixo.

➤ ***O que causa a falta de segurança?***

Estudos apontam que as causas da falta de segurança estão relacionados a fatores complexos, tais como: pobreza, desigualdade, cultura, história, etnia, desemprego, religião e disputas de território. Vias de regra, são problemas transversais e de soluções de longo prazo. Todavia, a falta de continuidade das ações planejadas, face diversos motivos, podem contribuir para que os problemas decorrentes sejam constantes e crescentes.

XIII. Dimensão Turismo, Cultura, Lazer e Esportes

Na dimensão Turismo, Lazer e Esportes o objetivo é atualizar o inventário turístico e de lazer dos municípios, propondo projetos que possam incentivar investimentos neste segmento, ampliando, assim, as opções que possam contribuir para o bem-estar social. Incentivar práticas esportivas, com realização de eventos que possam sensibilizar quanto à importância das atividades físicas para a saúde física e mental, também compõe os interesses dessa dimensão.

Num estudo realizado pela Dra. Mariana Aldrigui, Professora e Pesquisadora de Turismo da Universidade de São Paulo (USP), onde detalha, de forma comprovada, que o número de setores ligados direta ou indiretamente ao turismo são muito mais do que os 52 citados em várias fontes.

Abaixo uma demonstração do seu estudo, fundamental para a compreensão do tamanho e impacto que as atividades turísticas podem gerar na economia de um país, estado, região e na menor célula, os municípios.

Segundo a pesquisadora, para verificar quais são as atividades relacionadas ao turismo, o critério selecionado foi a relação com o dinheiro gasto por um turista ao longo do processo da viagem (decisão, compra, viagem, retorno ao lar).

Desta forma, especialmente quando se pensa na entrada de turistas estrangeiros, fica mais claro o estímulo ao desenvolvimento econômico. As categorias estabelecidas foram:

ED	Atividade com dedicação praticamente exclusiva ao turismo/turista
CD	Atividade dedicada ao residente no local, porém utilizada pelo turismo/turista
IE	Atividade que fornece bens e/ou serviços às empresas que atendem o turista
AI	Atividade totalmente independente do setor de turismo, mas que é aquecida com o aumento da demanda
SC	Atividade econômica sem relação clara com o turismo

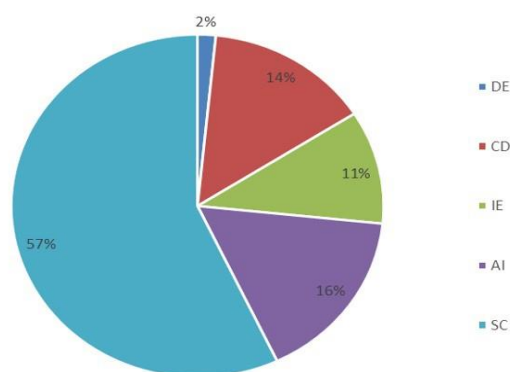
Categorias de Avaliação — CNAE x Turismo. Elaboração: ALDRIGUI, 2018.

Segundo a professora, diretamente relacionados ao turismo tem-se 21 atividades, que se somam a 191 compartilhadas, 142 indiretas e, em situações de mercado aquecido, outras 217 se beneficiarão, totalizando 571 setores com envolvimento, ou seja, 11 vezes mais do que o que se repete aleatoriamente nos textos e discursos.

Na tabela e nos gráficos abaixo é possível perceber a representatividade do setor.

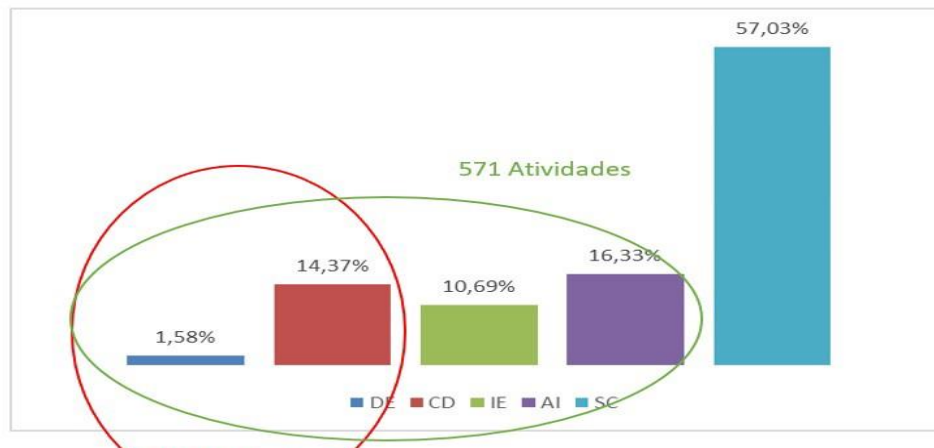
Categoria	Número de Atividades	Porcentagem em relação ao total Brasil
ED	21	1,58%
CD	191	14,37%
IE	142	10,69%
AI	217	16,33%
SC	758	57,03%

Número de Atividades por Categoria (Turismo). Elaboração: ALDRIGUI, 2018.



Distribuição das Categorias (Turismo) no Brasil. Elaboração: ALDRIGUI, 2018

Ao dimensionar o setor com critérios claros, totalmente baseados em documentos oficiais que fundamentam análises econômicas no Brasil, é possível retomar os esforços de comparação e verificar sua expressividade econômica, seja pela mensuração das receitas operacionais, seja pela movimentação econômica ou pela geração de empregos.



Representatividade das Categorias (Turismo). Elaboração: ALDRIGUI, 2018.

Esse estudo está publicado no blog da autora, conforme endereço a seguir:

<https://marialdrigui.medium.com/turismo-e-os-setores-da-economia-4941063dbaa9>

A seguir estão dispostas informações que devem ser levadas em consideração na elaboração de um programa que possa atuar no desenvolvimento das atividades turísticas nos municípios, a saber:

- Modalidades de turismo - agroturismo, religioso, negócios, esportivo e lazer;
- Rotas turísticas - com roteiros de lazer, culturais, religiosos, gastronômico, ecológica, etc.;
- Publicidade - baseada em proposta de valor que venha impactar o potencial turista;
- Infraestrutura - acessos rodoviários e ferroviários, aeroportos, sinalização adequada, bem como, redes de telefonia e Internet de qualidade;
- Rede hoteleira e de alimentação de qualidade e em quantidade adequada;
- Formação de guias turísticos;
- Resgate cultural e artesanal;
- Culinária regional;
- Qualificação da mão de obra - rede hoteleira, restaurantes, bares, motoristas de aplicativos e taxi, atendimentos em casa de shows, comércio varejista e policiamento preventivo.

✓ ***A importância dos Roteiros Turísticos***

Com a estruturação de roteiros turísticos, os municípios que compõem a Regional poderão explorar as suas potencialidades turísticas de forma planejada, oferecendo integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos, bem como, de infraestrutura de apoio.

Podem ser definidos como objetivos gerais da roteirização a estruturação, ordenação, qualificação e ampliação da oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada.

Podem ser definidos como objetivos específicos da roteirização:

- fortalecer a identidade regional;
- incentivar o empreendedorismo;
- estimular a criação de novos negócios e a expansão dos que já existem;
- ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos;

- ampliar o volume de negócios para as pequenas e microempresas regionais;
- consolidar e agregar valor aos produtos turísticos;
- identificar e apoiar a organização dos segmentos turísticos;
- promover o desenvolvimento regional.

Tendo como resultados esperados:

- ampliação da visitação, da permanência e do gasto médio do turista;
- atuação de pequenas e microempresas no mercado turístico;
- criação e ampliação de postos de trabalho;
- aumento de geração de renda e sua melhor distribuição;
- inclusão de municípios nos calendários de roteiros turísticos;
- geração de receitas para os municípios.

Os articuladores para a construção dos roteiros turísticos, que em geral são representantes das prefeituras das regiões turísticas, devem identificar as pessoas a serem envolvidas, ou seja, os agentes, que serão os representantes dos poderes públicos, empresários e sociedade civil. A representatividade terá que ser equilibrada, garantindo que os interesses diversos sejam analisados e referendados.

No primeiro grupo, que corresponde ao poder público, devem ser envolvidos os representantes dos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais que se mostrarem necessários ao bom andamento do processo. No segundo grupo, os empresários, devem ser envolvidos os profissionais da cadeia produtiva do turismo, ou seja, o conjunto de prestadores de serviços que atuam, direta ou indiretamente, nessa atividade. Do terceiro grupo, sociedade civil, deve-se envolver diferentes segmentos sociais, como organizações locais, associações comunitárias, instituições de ensino, organizações não governamentais (ONGs), associações comerciais, etc.

Na fase seguinte, devem ser promovidas as ações de sensibilização e mobilização que possibilitarão o repasse de informações importantes aos atores envolvidos com o processo, tais como:

- vantagens da roteirização para cada segmento social envolvido;
- ampliação do foco, do âmbito municipal para o regional;
- promoção de mudanças na forma de atuar em atividades turísticas, mediante a elaboração de roteiros que considerem tanto a preservação do patrimônio natural quanto do patrimônio social e cultural;
- divulgação de conceitos, com o propósito de uniformizar terminologias como: rota, roteiro, região turística, destinos, entre outros.

Além do repasse de informações, os encontros de sensibilização e mobilização devem servir para realizar algumas ações, tais como:

- identificar e capacitar os atores que vão tomar parte no processo, independentemente de mudanças políticas e governamentais;
- conceituar e formatar um programa de atividades com o objetivo de manter a equipe de agentes motivada e mobilizada;
- formar e formalizar parcerias ou redes de cooperação entre os agentes, com o intuito de implementar roteiros ou elaborar projetos necessários ao andamento do processo.

Com relação à formação de parceiras, trata-se de ação muito importante para o bom andamento do processo de roteirização. Para se efetivar a formação de parceiras, recomenda-se:

- identificar lideranças entre os agentes;
- analisar e avaliar parcerias já estabelecidas;
- estabelecer diretrizes para a formação de novas parcerias;
- articular as parcerias com parceiros reais e potenciais, como o Sistema S e instituições de ensino técnico e superior na área de turismo;
- criar um fórum de debates permanente para a discussão dos assuntos de interesse comum.

Para que as ações citadas sejam bem desenvolvidas, com a finalidade de tornar cada vez mais efetivo o envolvimento dos agentes com o processo de roteirização, sugere-se que sejam utilizados os seguintes instrumentos:

- eventos – reuniões, palestras, oficinas e seminários, tele e videoconferências, podendo ser presenciais, híbridos ou virtuais;
- atividades lúdicas;
- documentos orientadores;
- vídeos;
- cursos;
- conversas formais e informais;
- internet, rádios e TVs;
- boletins informativos, jornais, revistas e outros periódicos;
- redes em âmbito municipal, regional, estadual e nacional.

A classificação dos atrativos em categorias será o passo seguinte a ser definido pelo grupo de agentes envolvidos no processo de criação dos roteiros turísticos. Abaixo indicada uma tabela referencial que poderá ser muito útil na classificação dos roteiros turísticos.

Categories	Definições	Exemplos
Atrativos naturais	Elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos.	Montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, fauna, flora etc.
Atrativos culturais	Elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura.	Artesanato, gastronomia, museus, festas e celebrações, manifestações artísticas etc.
Atividades econômicas	Atividades produtivas capazes de motivar a visitação turística e propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Fabricação de cristais, agropecuária, extrativismo etc.
Realizações técnicas, científicas e artísticas	Obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa de qualquer época que, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista e, com isso, propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Museus naturais, observatórios, aquários etc.
Eventos programados	Eventos que concentram pessoas para tratar ou debater assuntos de interesse comum e negociar ou expor produtos e serviços; podem ser de natureza comercial, profissional, técnica, científica, cultural, política, religiosa, turística, entre outras, com datas e locais previamente estabelecidos. Esses eventos propiciam a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Feiras, congressos, seminários etc.

Os atrativos que demonstram maior potencial e melhor estrutura para recepção de turistas devem ter prioridade na estruturação de roteiros. É a partir desse momento que o roteiro passa a ser um produto turístico com valor de mercado definido.

Todavia, se faz oportuno realizar uma análise de mercado, visando conhecer:

- mercado potencial e concorrente;
- potencial de competitividade e as adequações necessárias para estruturar um roteiro turístico;
- novas tendências do mercado.

Com essas informações, deve ser estruturado um Plano de Negócios para o roteiro turístico, que deverá ficar a cargo da iniciativa privada.

Para entender a caracterização de segmentos turísticos, importante entender quais são as características e as variáveis da demanda.

Características da demanda

- *Elasticidade*: trata-se da sensibilidade às mudanças na estrutura dos preços e nas diversas condições econômicas do mercado.
- *Sensibilidade*: trata-se da sensibilidade com relação às condições sociopolíticas.
- *Sazonalidade*: diz respeito às alterações no volume e na qualidade da demanda, causadas por épocas de temporada (férias, por exemplo), estações e condições climáticas.

Variáveis da demanda (Fatores)

- *Demográficos*: idade e sexo dos turistas.
- *Sociológicos*: crenças religiosas, profissão, estado civil, formação educacional e nível cultural.
- *Econômico*: renda.
- *Turísticos*: transporte e alojamento utilizado, destinos preferidos, objeto e duração da viagem e preferências com relação às atividades de entretenimento

Com relação à segmentação pela oferta, podemos dizer que ela define tipos de turismo, tais como:

- ecoturismo;
- turismo rural;
- turismo de aventura;
- turismo cultural;
- turismo de pesca, etc.

A definição desses tipos de turismo é realizada a partir da existência, em um território, de certas características comuns, tais como:

- atividades, práticas e tradições comuns (esportivas, agropecuárias, de pesca, manifestações culturais, manifestações de fé);
- aspectos e características comuns (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais);
- determinados serviços e infraestrutura comuns (serviços públicos, equipamentos hoteleiros e de lazer).

A seguir estão dispostas informações que devem ser levadas em consideração na elaboração de um programa que possa atuar no desenvolvimento das atividades turísticas nos municípios, a saber:

- *Modalidades de turismo* - agroturismo, religioso, negócios, esportivo e lazer;
- *Rotas turísticas* - com roteiros pré-estabelecidos;
- *Publicidade* - baseada em proposta de valor que venha impactar o potencial turista;
- *Infraestrutura* - acessos rodoviários e ferroviários, aeroportos, sinalização adequada, bem como, redes de telefonia e Internet de qualidade;
- *Hospedagem e alimentação* - Rede hoteleira e de alimentação de qualidade e em quantidade adequada;
- *Guias turísticos* - seleção e formação ;
- *Mapeamento* - do acervo cultural e artesanal;
- *Culinária* - tradições regionais;
- *Qualificação mão de obra* - rede hoteleira, restaurantes, bares, motoristas de aplicativos e taxi, atendimentos em casa de shows, comércio varejista e policiamento preventivo.

✓ **Crescimento do Turismo Capixaba**

Segundo dados do Boletim de Economia do Turismo, divulgado pela Secretaria de Turismo (Setur) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o turismo tem crescido exponencialmente após a pandemia da Covid-19, estando acima dos números anteriores a 2020. No último trimestre de 2022, ocorreu um crescimento de 25,5% no setor, que representa um crescimento de 7% se comparado ao mesmo período no ano de 2021.

O levantamento apontou que o rendimento médio do turismo no Estado em 2022 apresentou desempenho melhor se comparado ao ano anterior, superando, inclusive, o rendimento médio nacional. Outro dado importante a se destacar foi a redução da taxa de informalidade no setor, sendo que 63,6% dos profissionais inseridos no setor turístico do Estado estão formalizados, ao passo que a média nacional é 52,9%.

✓ **Incentivo ao Turismo**

Para o incentivo das atividades que exaltam as belezas naturais capixabas, é fundamental que os recursos para investimentos cheguem de forma facilitada e acessível para as empresas que movimentam a atividade produtiva do turismo. Nesse sentido, o Fundo Geral do Turismo (Fungetur) se apresenta como uma alternativa para ampliar as possibilidades de fomento ao negócio turismo, oportunizando o desenvolvimento socioeconômico, com geração de emprego e renda, inclusão social, contribuindo, assim, para a melhoria na qualidade de vida dos capixabas.

O Bandes é o responsável pela operacionalização do Fungetur no Estado. Segundo a instituição, em 2022 cerca de R\$ 8,7 milhões foram para empresas relacionadas ao setor. Com o Fungetur, o banco viabiliza os investimentos de implantação, expansão, modernização, realocação, diversificação, desenvolvimento tecnológico e gerencial de empreendimentos ligados ao setor turístico. Estando aptas a tomar os recursos as pessoas jurídicas de atividades produtivas localizada no Espírito Santo, desde que tenham cadastro no Cadastur, do Ministério do Turismo.

Pelo Fungetur podem ser financiadas obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos de finalidade ou interesse do turismo nacional.

XIV. Dimensão Gestão de Processos: Simplificação e Celeridade

Na Dimensão Gestão de Processos, o propósito é mostrar a importância e necessidade de se ter simplificação e celeridade nos processos das prefeituras (licenças, alvarás, etc), sendo entendido que isto pode se tornar uma vantagem comparativa e competitiva na atração de investimentos.

Os 5 princípios da Gestão Pública brasileira são popularmente conhecidos como LIMPE, que é a sigla que reúne as iniciais de cada princípio: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência

Neste sentido, uma gestão pública eficiente significa que toda ação administrativa tem que ter um ótimo atendimento, ser rápida, transparente e sem burocracia, sempre visando à qualidade na gestão administrativa.

Cabe ressaltar os três “Es” fundamentais da administração pública: Eficiência, Eficácia e Efetividade. Esses três pontos são essenciais e merecem devida atenção das gestões municipais. Levando em consideração o significado de cada uma, a eficiência tem a função de produzir um efeito, a eficácia cumpre o efeito pretendido utilizando todos os recursos disponíveis e a efetividade é justamente o conjunto entre ser eficaz e eficiente ao mesmo tempo.

Com o propósito de contribuir com o ente público, são apresentadas algumas sugestões a seguir:

➤ **Sugestões para melhorias na Administração Municipal:**

- *Melhorar a comunicação interna* - a equipe precisa estar em sintonia, pois a comunicação interna tem sido uma das causas de ineficácia no momento da aplicação de melhorias. Importante que se tenha formas eficazes de comunicação entre os membros da equipe, o que contribuirá para o melhor desempenho de todos.
- *Dar celeridade nos processos* – com as limitações na autonomia da gestão pública municipal, no que diz respeito às questões financeiras e também constitucionais, isso pode fazer com que os processos fiquem retidos por longos períodos. Para dar celeridade, a solução passa em realizar mapeamento dos processos para conhecer o funcionamento, os custos, onde estão localizados os problemas e se podem ser reparados de forma imediata.
- *Redução de gastos* - é importante que a Administração realize campanhas de conscientização em relação à necessidade de redução dos gastos e, então, promover ações que possam reduzi-los. Interessante fazer um diagnóstico com o propósito de identificar os gastos desnecessários, principalmente na parte que diz respeito aos processos, bem como para se definir a melhor forma de ter o efetivo controle. Importante tornar isso um hábito na cultura da gestão municipal.
- *Fazer uso de tecnologias especializadas* - a tecnologia é fundamental em qualquer processo de gestão, em especial no âmbito da gestão pública, face ao volume de ações e a necessidade de se manter os registros atualizados. Diversas tecnologias podem ser utilizadas, de acordo com a necessidade, visando deixar a gestão pública municipal mais organizada e funcional, agilizando processos e ampliando os resultados.

- *Transparência* - a transparência na gestão pública é um instrumento extremamente útil, que se usada, pode tornar a gestão mais eficiente. A população sente a necessidade de saber o que está sendo feito e como tem sido aplicado o dinheiro público. Por outro lado, a gestão pública tem que saber atender os interesses populares.

Dessa forma, é fundamental tornar as informações acessíveis aos cidadãos. O acesso facilitado, utilizando tecnologias amigáveis aos usuários, internos e externos, demonstra o grau de comprometimento e de seriedade da gestão pública. Com a transparência na gestão pública, pode-se evitar a corrupção e auxiliar na criação de uma prática avaliativa para medir o desempenho tanto de projetos como das pessoas. E acima de tudo, possibilita a formação de um apoio que seja base para a continuação de políticas públicas.

O Centro de Liderança Pública (CLP) entende que boas práticas, dentro do conceito de políticas públicas, são atividades governamentais que devem necessariamente gerar resultados e alto impacto. Assim, elas devem ser replicáveis, consistentes, adaptáveis e com a facilidade de utilizar novos recursos e metodologias. Nesse sentido, vale a tentativa de buscar soluções e boas práticas realizadas por outras prefeituras, sejam no Estado ou em qualquer outro município da federação

XV. Dimensão Resíduos Industriais e Urbanos

Na dimensão Resíduos Industriais e Urbanos, o principal objetivo é mapear e analisar a real situação quanto à destinação e tratamento dos resíduos, principalmente com a ótica da economia circular, onde os resíduos possam retornar para os processos produtivos, tornando-se insumos e reduzindo o nível de resíduos que retornam para a natureza sem o devido tratamento ou utilização adequada.

De forma simples, considera-se resíduo a sobra da produção industrial que não pode ser descartada sem controle, exigindo uma eliminação adequada. Considerando que boa parte dos resíduos são oriundos de processos industriais, e que apresentam uma composição mista na maioria dos casos, e podem ser perigosos.

A destinação de resíduos industriais é tratada por lei, com o objetivo de garantir o adequado descarte do material e também preservar o meio ambiente. Diversos segmentos necessitam realizar a destinação correta de resíduos e efluentes que produzem, que podem ser prejudiciais ao ecossistema, bem como, à saúde dos seres humanos.

➤ *Impactos da má gestão de resíduos*

- *Meio ambiente* - poluição de águas, ar e solo, às vezes, de forma irreversível.
- *Saúde pública* - proliferação de vetores de doenças altamente contaminantes e até fatais.
- *Enchentes* - embalagens, produtos e entulhos jogados no chão são varridos pela água da chuva até bueiros, entupindo-os e piorando o problema de drenagem urbana.
- *Local inadequado para descarte* - lixões a céu aberto, espaços normalmente sem estruturas para lidar de forma adequada com os resíduos. O chorume gerado pelos dejetos pode contaminar solo, lençóis freáticos e rios, poluindo as águas do município e gerando problemas para o abastecimento da população.

- *Não reaproveitamento* - oportunidades econômicas geradas pelo descarte inapropriado. Existem tecnologias que reutilizam os resíduos e fazem com que eles retornem para a cadeia produtiva.

➤ ***Adotar práticas de excelência***

Outro problema é a defasagem dos municípios em relação às melhores práticas de gestão de resíduos no mundo. Elas envolvem:

- Redução.
- Reutilização.
- Reciclagem.
- Compostagem.
- Tratamento.
- Disposição final.

➤ ***Adequar a disposição final dos resíduos***

Interessante destacar que, pela lógica da economia circular, o que sobra de um processo produtivo pode se transformar em insumo para outra atividade. Com isso, podemos citar mais um obstáculo: adequar de forma emergencial a disposição final dos resíduos.

➤ ***Investir em Educação Ambiental***

É importante conscientizar as crianças para que tenham noção dos impactos que podem provocar no planeta. Apesar de ser possível fornecer infraestruturas de gestão de resíduos à população, contudo se as pessoas não tiverem consciência de seus papéis e responsabilidades, não haverá engajamento.

➤ ***Fazer funcionar a coleta seletiva***

Necessário que a coleta seletiva funcione, o que requer a conscientização da população. A lei brasileira tem uma especificidade que inspirou um movimento mundial de inclusão sócio produtiva de pessoas ligadas à cadeia da reciclagem.

Existe uma série de associações e cooperativas de indivíduos que, inicialmente, poderiam estar em situação de rua ou trabalhando em lixões, mas que estão prestando serviços de coleta seletiva nas cidades.

Uma iniciativa pública de acolhimento dessas pessoas, com fornecimento de treinamento para que consigam atuar de forma organizada na área, pode ser uma boa alternativa.

➤ ***A importância da Economia Circular para o Meio Ambiente***

O tradicional conceito de cadeia produtiva é definido como um conjunto de atividades que contemplam desde a produção até o consumo final de um produto. Retratando, assim, o modelo linear de produção, um sistema onde se deve produzir, utilizar e descartar, no qual todos os produtos atingem, eventualmente, um estágio de “fim de vida útil”.

Avaliando as recentes preocupações em produzir de forma sustentável, fica nítido que o modelo de economia linear se mostra ultrapassado, podendo ser apontado como uma das principais causas de impactos ambientais, sendo que, na maioria das vezes, são irreversíveis aos ecossistemas.

Considerando esse contexto e, principalmente, a partir da validação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, da Agenda 2030 (ODS 12), despontou como solução o modelo de Economia Circular que, diferentemente da linear, prioriza os objetivos “3R”: reduzir, reutilizar e reciclar; buscando reincorporar os resíduos ao sistema de produção, tornando-os insumos, o que traz alterações positivas nos indicadores de desenvolvimento social, econômico e ambiental.



Historicamente, o sistema produtivo era compreendido como um sistema aberto, onde se tornava irrelevante a identificação da origem e do destino dos materiais e energias utilizados, bem como, extraídos. Com uma lógica simples, mas totalmente equivocada, a premissa era de que os insumos retirados do meio ambiente eram infinitos e os rejeitos produzidos seriam absorvidos ou reciclados, tornando-se em novos fatores de produção. Porém, esse antigo modelo de produção é reconhecidamente nocivo, não contribuindo para a sustentabilidade das sociedades modernas, considerando que o consumo de recursos é em muito superior com relação à capacidade do meio ambiente em prover a demanda.

Conceber e aceitar um sistema produtivo exclusivamente linear é ter um olhar superficial e restrito à primeira função econômica do meio ambiente: ser essencialmente o fornecedor de recursos naturais para os processos produtivos. Em outra vertente, deve ser considerado também que os rejeitos serão lançados no ambiente, tais como, o dióxido de carbono e gases poluentes, que são eliminados na atmosfera, contribuindo para as mudanças climáticas. Também deve ser acrescentado a esse passivo ambiental, o esgoto produzido pelas cidades e setores produtivos, que segue para rios e oceanos, bem como, os resíduos sólidos que são acumulados em aterros sanitários.

Os sistemas econômico e ambiental, atualmente, são reconhecidamente sistemas fechados, tornando causa e efeito a relação entre a extração dos recursos naturais e o descarte de resíduos, remetendo, então, ao questionamento: Até que ponto o meio ambiente será capaz de suportar as demandas do sistema econômico?

A Terra é, pelo menos por enquanto, o único lar que temos e, como tal, merece ser muito bem tratada.

“É preciso que o ser humano se conscientize que do ponto de vista planetário, não existe jogar lixo fora, porque simplesmente não existe fora”
(Autor desconhecido).

Apesar de que ainda não se tenha conseguido modelos e indicadores absolutos, muito menos soluções definitivas, o importante é que já existe um consenso mundial quanto a relação entre a economia e o meio ambiente, levando a um repensar quanto à forma de produção e consumo que vem sendo praticada. Um passo importante e vital para prolongar a existência do meio ambiente natural.

Com efeito, em pouco mais de duzentos anos, o sistema produtivo de baixo custo, alto consumo e produção em escala fez com que o planeta tivesse seus recursos naturais avidamente consumidos e fosse alvo de massiva e crescente poluição.

Pensar em desenvolvimento econômico passa, necessariamente, por compreender toda essa dinâmica, onde estão envolvidos os interesses dos sistemas produtivos e a capacidade do meio ambiente de prover, buscando sempre investir num modelo de desenvolvimento que privilegie a manutenção dos recursos disponibilizados pelo meio ambiente natural.

Nesse sentido, pensando de forma sustentável, existem sistemas produtivos que se adequam muito bem a essa modelagem, praticando de forma bastante intensiva os preceitos da economia circular, sendo essa uma oportunidade dos municípios de definir mecanismos e ações que possam colaborar na captura desses investimentos, tornando a região mais responsável ambientalmente.

A seguir, alguns bons exemplos de projetos que praticam economia circular:

1. Projeto Algramo no Chile:

Segundo o blog *Ideia Circular*, o Algramo é um empreendimento social chileno que propõe um novo modelo de distribuição de alimentos para a população de baixa renda da periferia de Santiago, a partir do reuso de recipientes para substituir embalagens plásticas de pequeno porte. Isso reduz significativamente tanto o preço dos produtos quanto a geração de resíduos plásticos, em áreas sem um sistema efetivo de reciclagem de embalagens.

Os produtos são vendidos por grama (daí o nome, em espanhol, *al gramo*) em máquinas instaladas em lojas familiares nas regiões mais pobres do Chile, com mais de 1.100 pontos já ativos, conectados por IoT – Internet of Things / Internet das Coisas.

O projeto foi finalista do Desafio de Design Circular da plataforma OpenIDEO. O modelo da Algramo é uma grande inspiração de economia circular para a realidade de países em desenvolvimento, com efeitos ambientais e sociais extremamente positivos, tendo como objetivo o uso da tecnologia como uma força para o bem, de modo a reduzir a desigualdade social.

Nesse caso, empresas de tecnologia poderiam investir em projeto similar, em parceria com indústrias dos segmentos de embalagens plásticas, alimentos, limpeza e higiene, entre outros.

Sendo este um bom exemplo de que ações bem estruturadas podem gerar impactos positivos e socialmente importantes, além, é claro, de gerar oportunidades e negócios para as empresas.

<https://www.ideiacircular.com/algramo-economia-circular-com-beneficios-sociais-e-ambientais/>

2. Projeto Hepi Circle na Indonésia

A Hepi Circle foi a primeira rede de entrega de recargas na Indonésia que oferece produtos de limpeza diariamente em garrafas reutilizáveis. Os clientes compram, por exemplo, uma garrafa de detergente em sua loja local, pagam um depósito e na próxima compra devolvem as suas garrafas vazias.

O hábito de reutilização é recompensado com um “ponto hepi”, que pode ser destinado a alimentos ou produtos reutilizáveis. O reabastecimento e distribuição para as lojas locais é feito por mulheres em bicicletas. O projeto-piloto demonstrou viabilidade financeira e impacto potencial de longo prazo. Sendo considerado um negócio social escalável.

Estabelecer parcerias entre uma associação de cunho social e indústrias de materiais de limpeza e higiene pode ser uma solução viável para se promover projetos dessa natureza. A reutilização de itens considerados resíduos é um dos principais pilares da economia circular. As empresas que terão a obrigatoriedade de retirar do mercado as embalagens utilizadas poderão ter interesse.

<http://www.hepicircle.org/>

3. Projeto Keko Box nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o projeto Keko Box pretende eliminar os potes e embalagens descartáveis na indústria alimentícia. Eles fornecem potes reutilizáveis para restaurantes, e depois que o cliente consome, pode deixar a embalagem em um posto de coleta.

O projeto atende cafés corporativos, food halls (que são semelhantes a praças de alimentação), estádios, grandes eventos e até mesmo escritórios que contam com buffet para seus colaboradores. É uma ótima forma de reduzir o desperdício e também incorporar a logística reversa ao modelo de negócio. Com isso, oferecendo uma melhor experiência ao cliente.

Uma grande oportunidade para empresas que queiram investir nesse segmento, aproveitando as circunstâncias de que os municípios da regional juntos têm mais de 271 mil habitantes, com um bom potencial de mercado.

<https://www.kekobox.com/>

4. Projeto Revolv em Cingapura, Bali e Hong Kong

Revolv é um projeto que permite que os consumidores aluguem utensílios reutilizáveis como por exemplo: xícaras de café, garrafas e outros recipientes para alimentos. Depois de usar, basta devolver em um sistema móvel de depósito.

Por trás dessa ideia, há uma equipe multidisciplinar, que já atua em Cingapura, Bali e Hong Kong. Além de reutilizáveis, os utensílios também contam com um design único e inovador.

O projeto vem testando novos materiais e modelos de negócio para levar a prática para outros lugares ao redor do mundo. A ideia do projeto pode ser aplicada à vários itens de uso temporário.

No Sul do Brasil existe algo similar, desenvolvido por uma rede de lojas, onde alugam itens de viagem, tais como: carrinhos de bebê, assentos, cadeirinhas, berços, brinquedos, bola de futebol ou vôlei, violão, rede de vôlei, pranchas de surf ou bodyboard, kit de mergulho, scooters, patinetes elétricos, cadeiras de roda, bicicletas adulto ou infantil, mountain bikes, secador de cabelo, ferro de passar roupa, chapinha (prancha), ventilador, aquecedor, colchão de espuma ou inflável, etc.

Essa pode ser uma ótima iniciativa, otimizando a vida útil dos produtos e oferecendo a oportunidade de mais pessoas poderem usufruir a custos acessíveis.

<https://casadoviajante.com.br/>

5. Projeto Cataki no Brasil

No Brasil também contamos com inovações em economia circular. O primeiro exemplo é o aplicativo Cataki, que foi desenvolvido em 2017. Permite o registro dos coletores de recicláveis por nome, telefone, endereço e material a ser recolhido. A ideia é colocar as cooperativas e os coletores individuais em contato com as pessoas que querem descartar resíduos.

Quem quiser fazer um descarte precisa baixar o aplicativo, disponível para Android e IOs, e se cadastrar. O Cataki funciona com a localização atual do dispositivo e mostra quais coletores estão próximos. Para fazer um descarte, é preciso entrar em contato diretamente com o profissional, informando o tipo de material disponível e combinar a retirada.

Eles recolhem os mais diversos tipos de materiais, desde os recicláveis comuns como plástico, papel, metal e vidro, até móveis, eletrônicos, óleo e entulho. A iniciativa é sem fins lucrativos. O desenvolvedor do Cataki incentiva que o pagamento seja combinado diretamente com os profissionais que fazem a coleta.

Esse projeto pode ser muito interessante por gerar oportunidades de remuneração aos catadores, bem como, para as empresas de reciclagem. Além de atuar num dos pilares importantes da questão do resíduo, que é o resíduo domiciliar.

<https://www.cataki.org/>

6. Projeto Compostar no Brasil

O projeto Compostar começou em Brasília/DF e tem como intuito recolher o lixo orgânico das casas. O sistema funciona por assinatura e cada pessoa que adere ao projeto recebe um recipiente e uma sacola para separar todos os resíduos produzidos. Uma vez por mês, o recipiente é recolhido, e a pessoa ganha uma muda para começar uma horta orgânica ou um pouco de adubo – que é produzido a partir do lixo recolhido. O projeto também se instalou em Curitiba, no Paraná e já conta com mais de 90 assinantes.

A cultura da reciclagem com a de plantio de horta orgânica é um bom exemplo de que soluções existem, mas existe também uma questão cultural que precisa ser trabalhada.

<https://www.facebook.com/projetocompostar/>

Esses projetos têm por trás investidores e empresas que operacionalizam as ações, tornando-os realidades concretas e exitosas. Parceria com o setor privado podem e devem contribuir para viabilizar projetos dessa natureza.

➤ A iniciativa privada nesse processo

Antigamente, as prefeituras conseguiam recursos a fundo não reembolsável para a implantação de aterros sanitários, mas depois não conseguiam operá-los. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem resolver isso.

A cadeia do tratamento e da disposição final de resíduos necessita de recursos contínuos, sendo que a maioria das prefeituras não têm orçamento para isso. Como solução, as PPPs surgem como forma de viabilizar esses investimentos.

Uma PPP pode realizar um diagnóstico mais eficiente das necessidades de gestão de resíduos. Ajudando também a encontrar parceiros adequados para atender à demanda do município.

As PPPs podem viabilizar a implantação de tecnologias que modernizarão o gerenciamento de resíduos, com o emprego facilitado de tecnologias da informação e de comunicação, como chips, aplicativos para celulares e tablets, que possibilitam o barateamento da fiscalização e a melhora na eficiência desse processo. Por exemplo, usar o georreferenciamento de pontos de coleta, que pode ajudar na criação de um aplicativo para a população encontrar, via celular, a infraestrutura mais próxima para entrega de recicláveis.

Um programa de monitoramento que permita a rastreabilidade do processo, pode ser considerado um excelente ponto de partida para fazer o gerenciamento de resíduos no município.

As PPPs revelam-se como uma das formas jurídicas adequadas para a implementação de programas de gestão de resíduos sólidos, possibilitando à administração pública cumprir com as normas estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela a Lei Federal nº 12.305/2010.

➤ ***Ter expertise na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs)***

Se faz necessário adquirir expertise nos projetos e processos de estabelecimento de PPPs. Deve-se calibrar muito bem o instrumento do contrato para a necessidade existente. Esse tipo de concessão tem uma função clara e específica para cada tipo de área. No caso de gestão de resíduos é uma opção que funciona muito bem, desde que seja bem realizada.

Para tanto, é necessário dimensionar a demanda e também é indicado ter um parceiro com conhecimento técnico que, na maioria dos casos, as prefeituras não têm internamente. Esse parceiro deve contar com uma equipe multidisciplinar para dar o suporte necessário.

XVI. Dimensão Parceria Público-Privada (PPP)

Na dimensão Parceria Público-Privada se propõe o estabelecimento de acordos entre os setores público e privado para a realização conjunta de determinados serviços e obras de interesse dos entes públicos. Essa dimensão pode ser muito importante para alavancar o poder de investimento dos municípios, atraindo investimentos, gerando empregos e renda.

As parcerias público-privadas se formalizam em concessões administrativas ou em concessões patrocinadas. Conforme a Lei 11.079/2004, na concessão administrativa a administração pública é a usuária dos serviços contratados, mesmo que envolvam execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

De acordo com as leis brasileiras as principais características das PPPs são o longo prazo, com contratos de 5 a 35 anos. Conforme a Lei 13.529/2017, que alterou a redação da Lei 11.079/2004, o valor mínimo para contratação conjunta de obras e serviços a serem fornecidas pelo parceiro privado e responsabilidade fiscal pelo poder público, foi reduzido de 20 para 10 milhões de reais.

O Radar PPP conta com mais de 3.170 projetos de PPPs e concessões, em diversos setores de infraestrutura no país (<https://radarppp.com>).

As PPPs geram investimentos e empregos, além de incentivar uma melhor qualidade e fiscalização da obra. A experiência internacional indica que, muitas vezes, os serviços que prestam são melhores que os do modelo tradicional de contratação no setor público. Além disso, as PPPs apresentam vantagens como compartilhamento de risco, capacidade de investimento, inovação, dentre outras.

Pode ser aplicado em diversas áreas, a saber:

- Infraestrutura - saneamento, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- Resíduos - Coleta, destinação e tratamento de resíduos;
- Lazer e esportes - equipamentos públicos;
- Saúde - hospitais;
- Segurança - presídios;
- Meio Ambiente - parques ambientais.

XVII. Dimensão Política ESG

Nessa dimensão serão tratadas as questões referentes ao tema ESG - Environmental (Ambiental, E), Social (Social, S) e Governance (Governança, G). A sigla ESG surgiu pela primeira vez em um relatório de 2005 intitulado "Who Cares Wins" ("Ganha quem se importa", em tradução livre), resultado de uma iniciativa liderada pela Organização das Nações Unidas. O termo funciona como um parâmetro para avaliação das empresas em relação às práticas de desenvolvimento sustentáveis.

➤ *ESG no Setor Público*

As obrigações dos estados e municípios se alinham muito com as premissas do ESG. Sendo que, em nível global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 metas acordadas em 2015 pelos países que formam a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU, ofereceram ao mundo uma agenda para promover um alinhamento de esforços que promovam a sustentabilidade da vida e do planeta.



A ênfase em torno do tema e a sua aplicação no setor privado tem gerado iniciativas no setor público, permitindo que a governança sustentável se torne uma agenda forte, motivando a criação de políticas públicas para seu aprimoramento.

Um dos bons exemplos é a parceria entre o Centro de Liderança Pública (CLP) e a SEALL, que resultou no Ranking de Competitividade dos Estados, baseado em medidas de ESG. A iniciativa abrangeu mais de 30 fontes de dados públicos, que foram avaliadas considerando os principais critérios internacionais, trazendo as entidades públicas para um debate técnico, permitindo que o estado ocupe seu papel de protagonista.

Segundo o CLP, “O ESG é um parâmetro adotado pelo mercado privado para evidenciar o compromisso das organizações com o desenvolvimento sustentável. Nesse momento, contudo, materializa-se, também, como uma demanda para as organizações governamentais pensarem políticas públicas orientadas para a sustentabilidade”.

“Os governos subnacionais não devem ser vistos como meros executores da Agenda 2030. Os governos subnacionais são formuladores de políticas, catalisadores de mudanças e estão melhor posicionados para conectar as metas globais às realidades das comunidades locais”.

(United Cities and Local Development)

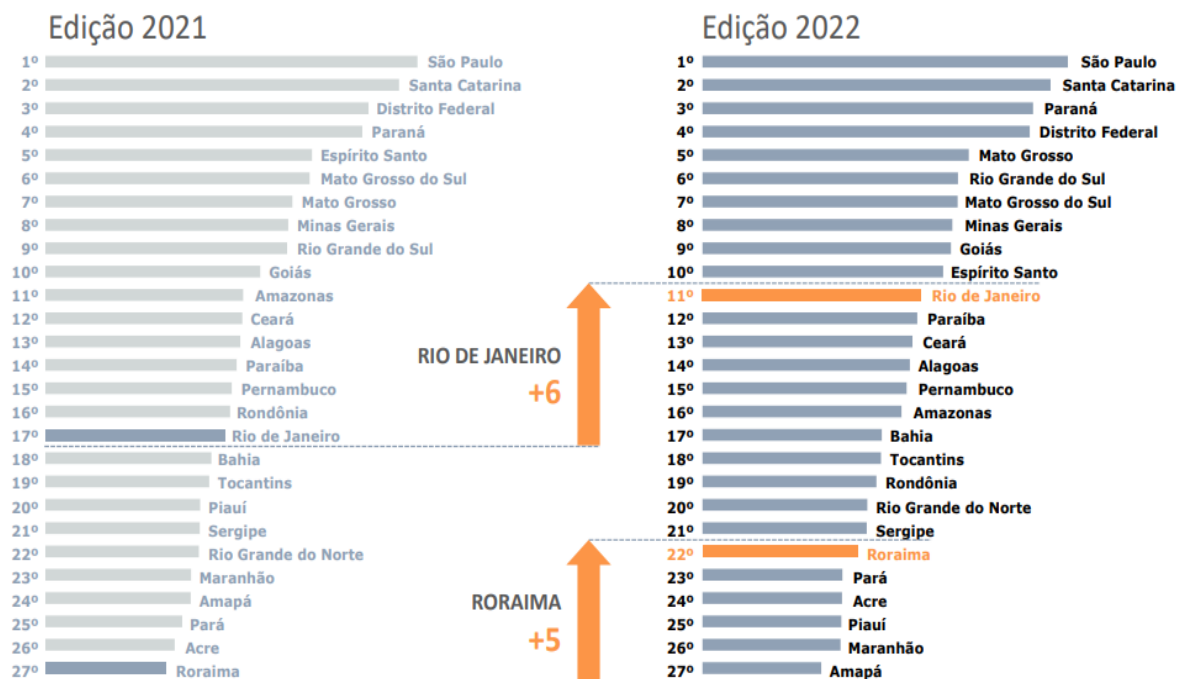
Num grande esforço coletivo, apoiado por 193 Estados-Membros da ONU, foi desenvolvido o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Na Agenda, consta o imenso desafio na elaboração de um planejamento global, que envolva todos os setores da sociedade no debate e encontro de soluções para um futuro socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável.

Conhecido como Agenda 2030, o planejamento compreende 17 objetivos que se complementam entre si, distribuídos em 169 metas a serem perseguidas por signatários. A ONU, com a intenção de acelerar e ampliar a efetividade da sua execução, propôs, também, indicadores globais de monitoramento. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) possuem uma perspectiva global, mas o seu alcance, incluindo o cumprimento das suas metas, dependem da sua transposição e adequação locais, de forma que seja possível torná-los realidade nos países, nas regiões, nos estados e nos municípios. Dessa forma, os governos passam a ter uma responsabilidade e um protagonismo relevantes com os ODSs, devendo, de fato, serem implementados.

O CLP, vislumbrando essa importância, identificou a oportunidade de conectar os indicadores de competitividade dos ODSs aos critérios de ESG, trazendo a perspectiva mais atual e inovadora da sustentabilidade para a gestão pública.

Deve ser considerado que das 169 metas da Agenda 2030, 87 possuem conexões diretas com os indicadores de competitividade dos estados. Neste cenário, o Espírito Santo ocupava o 5º lugar no Ranking de Competitividade 2021 (ver quadro abaixo). Todavia, no ranking de 2022, o Estado caiu para a 10ª posição, o que demonstra a necessidade de ampliar ainda mais as ações relativas à Agenda 2030 para recuperar o terreno perdido no ranking nacional. Como sempre, São Paulo, o primeiro do ranking, é a referência a ser perseguida no país.

Ranking de Competitividade dos Estados



Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	90,9	4	79,5	4	100,0	1	61,1	16
SC	72,7	2	100,0	1	100,0	1	92,6	3	65,8	15
PR	64,9	8	84,4	5	81,1	3	86,4	5	75,5	10
DF	70,4	4	94,0	2	83,5	2	83,1	6	59,0	18
MT	72,5	3	59,5	10	62,6	8	64,3	10	100,0	1
RS	40,2	21	91,6	3	76,9	5	74,3	9	13,7	25
MS	65,4	7	77,1	7	54,9	10	55,3	14	76,5	9
MG	57,1	13	82,0	6	54,0	11	92,7	2	6,0	26
GO	42,2	20	64,3	9	56,7	9	77,8	7	73,2	11
ES	69,1	5	68,8	8	24,2	18	75,0	8	98,0	2
RJ	48,0	17	52,7	11	21,1	20	62,2	12	40,1	24
PB	67,9	6	30,4	15	73,1	6	47,0	17	69,1	13
CE	64,8	9	25,2	17	9,1	25	88,0	4	76,8	8
AL	62,1	11	21,4	19	45,0	12	47,4	16	92,0	3
PE	59,3	12	21,0	20	19,4	22	60,5	13	55,2	20
AM	0,0	27	23,2	18	13,3	24	41,5	22	69,2	12
BA	50,0	16	18,0	21	16,4	23	37,6	24	84,2	4
TO	46,6	18	44,9	12	44,4	13	45,8	19	48,5	22
RO	56,9	14	43,1	13	22,2	19	42,5	20	77,5	6
RN	62,3	10	34,8	14	35,8	16	46,4	18	0,0	27
SE	55,5	15	17,4	22	27,2	17	49,0	15	60,1	17
RR	45,7	19	14,2	23	0,0	27	17,2	26	66,8	14
PA	15,4	25	9,4	25	38,4	15	34,7	25	79,2	5
AC	14,4	26	12,5	24	63,2	7	42,4	21	54,4	21
PI	40,0	22	26,7	16	19,8	21	63,9	11	57,0	19
MA	34,0	23	0,0	27	43,9	14	40,4	23	44,7	23
AP	29,1	24	6,1	26	3,0	26	0,0	27	77,3	7

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

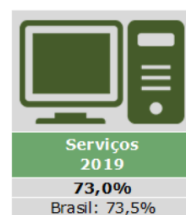
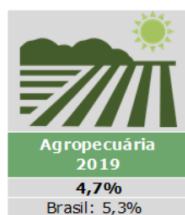
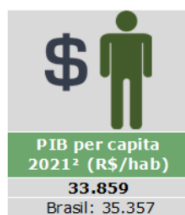
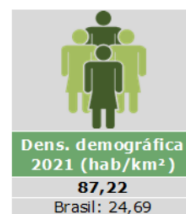
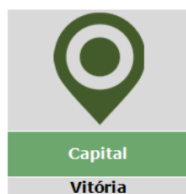
	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	77,7	4	52,4	6	97,9	2	65,9	5	97,3	2
SC	100,0	1	10,7	24	80,7	4	66,7	4	82,4	4
PR	99,6	2	32,8	15	100,0	1	30,8	16	84,7	3
DF	66,2	11	100,0	1	87,5	3	24,7	18	58,6	11
MT	63,2	14	21,8	19	47,1	13	62,8	6	23,5	23
RS	87,1	3	10,2	25	69,1	6	11,8	22	100,0	1
MS	69,0	8	25,3	17	57,2	10	31,8	15	46,6	14
MG	69,1	7	35,0	14	65,3	8	34,0	14	68,2	6
GO	65,4	13	11,3	23	71,6	5	53,3	8	33,4	17
ES	58,3	16	16,1	22	64,2	9	3,7	26	41,4	16
RJ	76,2	5	57,4	4	67,9	7	20,0	20	66,5	10
PB	48,1	18	21,6	20	36,9	18	0,0	27	68,6	5
CE	46,3	19	36,0	12	47,0	14	27,9	17	53,6	12
AL	38,3	20	41,2	11	55,2	11	24,2	19	26,6	19
PE	66,4	10	46,4	7	41,5	16	43,6	11	67,4	7
AM	65,9	12	83,7	2	45,5	15	100,0	1	66,6	8
BA	74,8	6	41,3	10	38,9	17	4,7	25	43,9	15
TO	24,0	24	36,0	13	30,3	21	56,7	7	15,4	24
RO	68,8	9	0,0	27	7,3	25	34,9	13	26,0	21
RN	62,8	15	42,3	9	15,7	24	12,0	21	66,6	9
SE	55,7	17	7,7	26	31,1	20	8,2	24	53,5	13
RR	2,7	26	75,0	3	55,1	12	93,6	2	3,9	25
PA	26,8	23	17,7	21	20,6	22	46,5	10	26,5	20
AC	37,5	21	24,8	18	0,0	27	51,1	9	2,8	26
PI	0,0	27	32,4	16	19,8	23	11,3	23	25,1	22
MA	30,6	22	44,9	8	6,2	26	40,8	12	27,8	18
AP	3,8	25	54,1	5	34,1	19	78,7	3	0,0	27

Fonte: Centro de Lideranças Políticas (CLP)

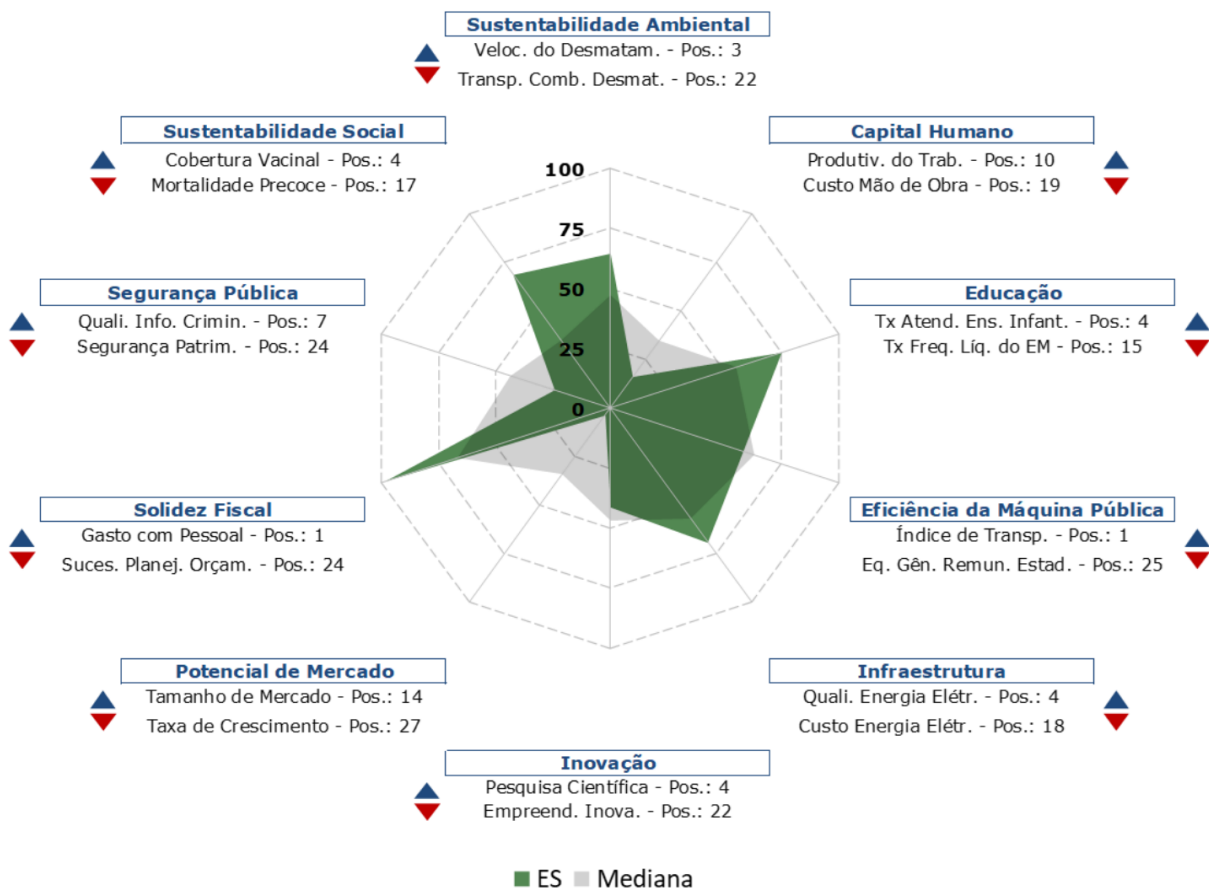


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 10



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

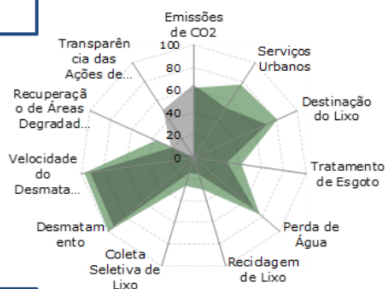


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 10

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 9



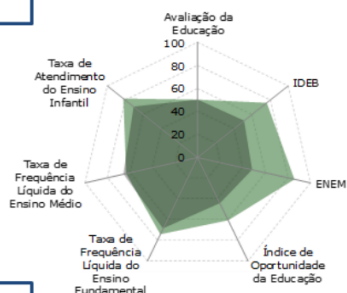
Capital Humano

Posição: 22



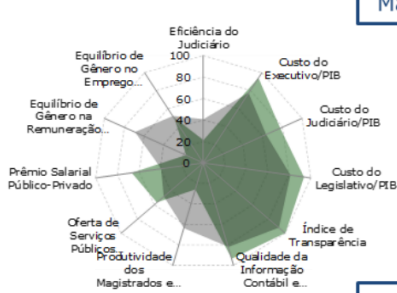
Educação

Posição: 8



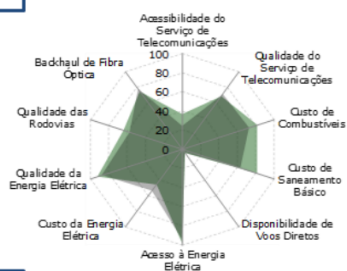
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 16



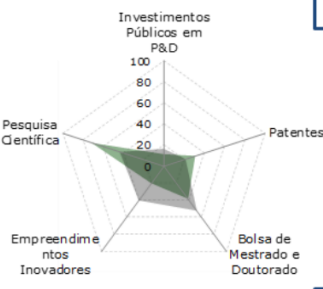
Infraestrutura

Posição: 5



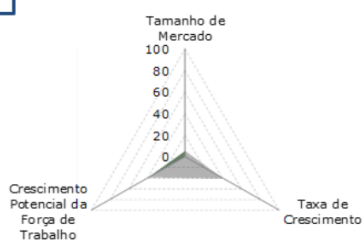
Inovação

Posição: 16



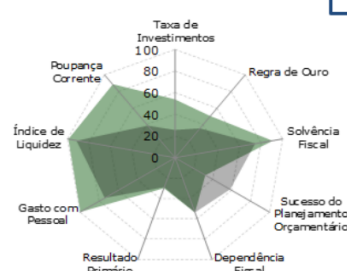
Potencial de Mercado

Posição: 26



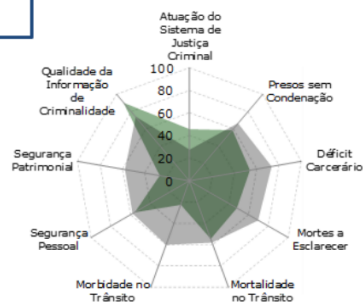
Solidez Fiscal

Posição: 2



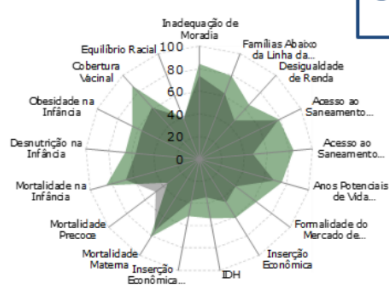
Segurança Pública

Posição: 18



Sustentabilidade Social

Posição: 8

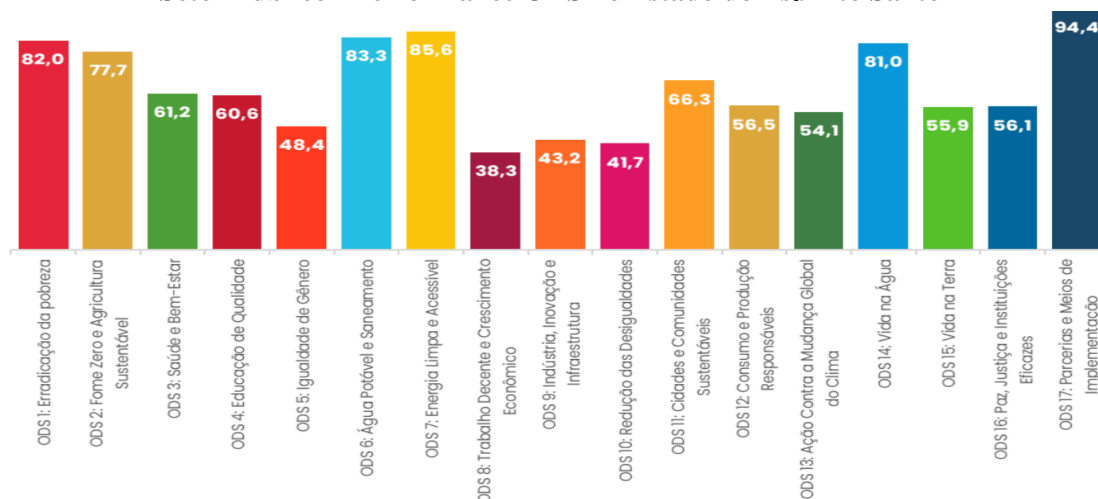


➤ **Posicionamento do Estado do Espírito Santo - Ranking ODS e Ranking ESG**

9ª Posição no Ranking ODS	10ª Posição no Ranking ESG
Nota 63,9	Nota 51,3
Perdeu 4 posições (na comparação 2021 e 2022)	Perdeu 5 posições (na comparação 2021 e 2022)

Segundo o CLP o maior destaque do Espírito Santo na avaliação ODS é o ODS 6: Água Potável e Saneamento, no qual o Estado permanece na 3ª posição no ranking. O ODS em que perdeu mais colocações entre 2021 e 2022 é o ODS 5: Igualdade de Gênero. Sendo que, neste, o Estado passou da 3ª colocação em 2021 para a 19ª colocação em 2022. Os dois indicadores que apresentaram a maior queda e que justificam essa baixa na performance são: Equilíbrio de gênero na remuneração pública estadual, que tinha uma nota de 87,0 em 2021 e 17,3 em 2022; e Equilíbrio de gênero no emprego público estadual, que tinha a nota de 97,3 em 2021 e passou a ter 49,8 como nota em 2022.

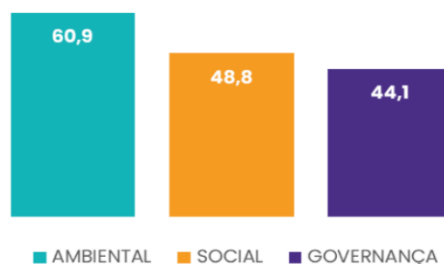
Setor Público - Performance ODS no Estado do Espírito Santo



Fonte: Centro de Lideranças Políticas (CLP)

Na avaliação ESG, o Estado apresenta uma nota menor que a média da Região Sudeste e maior que a média nacional em todas as dimensões. A maior nota segue sendo na dimensão Ambiental, mesmo com a queda de 2 posições. Em 2022, o Estado ocupa a 8ª posição no ranking dessa dimensão.

Performance ESG no Estado do Espírito Santo



Fonte: Centro de Lideranças Políticas (CLP)

➤ **Definição e avaliação dos Municípios para elaboração do Ranking de Competitividade dos Municípios Brasileiros**

O Ranking de Competitividade dos Municípios 2022 apresenta dados sobre 415 municípios brasileiros, onde vivem mais de 127,9 milhões de brasileiros. Os municípios avaliados representam todas as regiões geográficas do Brasil, sendo:

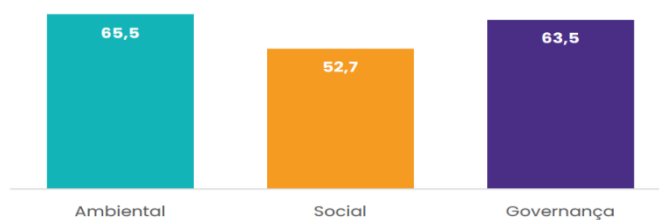
- *Centro-Oeste - 28 de 467 municípios da região;*
- *Nordeste - 90 de 1794 municípios da região;*
- *Norte - 38 de 435 municípios da região;*
- *Sudeste - 189 de 1668 municípios da região;*
- *Sul - 70 de 1191 municípios da região.*

Em 2022 foram analisados 4 novos municípios, são eles: Caçador (SC), Ibiúna (SP), Telêmaco Borba (PR) e Viana (ES).

Síntese do desempenho geral dos Municípios Brasileiros

De modo geral, a performance dos municípios é de média a alta em relação à sustentabilidade avaliada a partir dos indicadores de competitividade. Cerca de 75% dos municípios (312) possuem uma nota ESG maior que 62,5 e uma nota ODS maior que 52,2. Isso quer dizer que os municípios que possuem uma nota geral ESG e ODS menor que esses valores correspondem a apenas 25% do total de municípios (104). Entre as dimensões ESG avaliadas a dimensão ambiental é que possui uma melhor performance média entre os municípios. A nota média para essa dimensão é de 65,5, sendo que 75% dos municípios (312) possuem uma nota igual ou maior que 57,2. Em relação à avaliação da dimensão de governança, a nota média é um pouco menor que a ambiental: 63,5. Entre as três dimensões, a dimensão social é a que apresenta a menor nota média entre os municípios avaliados: 52,7, sendo que apenas 25% (104) dos municípios possuem uma nota maior ou igual a 66,6 para essa dimensão.

Gráfico - Notas médias das dimensões ESG nos Municípios Brasileiros - 2022



Fonte: SEALL

Já em relação a performance geral ODS, tem-se como destaque as notas médias dos ODS: ODS 14 - Vida na Água, ODS 13 – Ação Global Contra a Mudança do Clima e ODS 5 – Igualdade de Gênero. As notas médias destes ODS estão acima de 70, sendo que a nota média do ODS 14 é 75,5, do ODS 13 é 71,1 e do ODS 5 70,4. Os maiores desafios no ano de 2022 em relação aos ODS permanecem sendo quanto ao desempenho nos indicadores que contribuem para as notas do ODS 10 - Redução das Desigualdades e do ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico.

Na avaliação do ano de 2021 estes ODS também se apresentavam como um desafio. No entanto, observa-se que, em 2022, a questão relacionada ao enfrentamento das desigualdades (ODS 10) é maior que os desafios identificados quanto ao desenvolvimento econômico (ODS 8).

Municípios mais bem colocados do Ranking de Sustentabilidade no País (ODS e ESG)

No ano de 2022 o Ranking de Sustentabilidade apresenta como os 10 municípios com a melhor performance em ODS e ESG, conforme abaixo:

Município	Média ODS	Ranking 2022	Delta posição ODS
Florianópolis	79,04	1	26
São Paulo	78,42	2	0
Porto Alegre	78,17	3	11
Barueri	77,82	4	-1
Balneário Camboriú	77,73	5	1
Santos	77,32	6	-2
São Caetano do Sul	76,76	7	-6
Campinas	76,12	8	3
Jaraguá do Sul	75,78	9	-4
São José dos Campos	75,44	10	6

Município	Média ESG	Ranking ESG 2022	Delta posição ESG
São Caetano do Sul	91,56	1	0
Santos	89,41	2	0
Barueri	88,57	3	0
Balneário Camboriú	87,96	4	3
Curitiba	87,01	5	-1
Campinas	86,75	6	3
Jundiá	86,68	7	-1
Uberlândia	86,06	8	9
Florianópolis	85,30	9	30
São Paulo	85,29	10	-2

Fonte: Centro de Lideranças Políticas (CLP)

Setor Econômico principal

A análise da performance ODS e ESG por setor econômico considerou o principal setor econômico dos 415 municípios analisados pelo Ranking de Competitividade do CLP com objetivo de compreender as principais contribuições de cada setor na perspectiva da sustentabilidade. Antes de adentrar na análise por setor econômico principal, é importante compreender o perfil dos municípios analisados a respeito desta dimensão.

- 360 dos 415 municípios tem como setor de atividade econômica principal o de Serviços (86,9% dos municípios).
- 2 municípios têm como setor principal de atividade econômica a Agricultura.
- 38 municípios têm a indústria como atividade econômica principal.
- 15 municípios têm o setor público como principal fonte de contribuição da economia local, sendo que 12 têm uma população de até 150 mil habitantes.

De maneira geral, os municípios que possuem a Agropecuária como principal setor de atividade econômica possuem menor média ODS. Já a menor média ESG é atribuída aos municípios que têm como setor principal o Setor Público.

Entre os 16 ODS analisados, o que tem uma maior diferença entre a menor média e a maior média na comparação entre setores econômicos principais dos municípios é o ODS 4 - Educação de Qualidade. Neste ODS, a média dos municípios cujo setor principal da atividade é a agropecuária é de 16,3, enquanto a média dos municípios que têm o setor de Serviços como atividade principal é de 54,8.

Da mesma forma ocorre na análise das dimensões ESG. A dimensão Social é a que apresenta uma maior distância entre as notas médias máximas e mínimas, sendo a nota mínima - 15,7 - atribuída aos municípios cujo principal setor econômico é a agropecuária. No entanto, observa-se que a nota média dos ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 15 - Vida Terrestre, as maiores médias são dos municípios que possuem a agropecuária como atividade principal.

Faixa de População dos Municípios avaliados

Os 415 municípios avaliados estão distribuídos da seguinte forma por faixa de população:

Faixa populacional	N de municípios	%
Acima de 1 milhão de habitantes	16	4%
De 500 mil a 1 milhão de habitantes	32	8%
De 300 mil a 500 mil habitantes	46	11%
De 200 mil a 300 mil habitantes	60	14%
De 150 mil a 200 mil habitantes	46	11%
De 100 mil a 150 mil habitantes	125	30%
De 80 mil a 100 mil habitantes	90	22%

Na análise das notas médias ODS e notas médias ESG, observa-se uma melhor performance dos municípios que têm acima de 500 mil habitantes. A exceção se dá nos Objetivos ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 15 - Vida Terrestre. Nestes dois ODS, a performance média dos municípios maiores - acima de 500 mil habitantes - é menor do que a nota média dos municípios que têm menos de 150 mil habitantes. Na análise ESG a maior distância entre as notas médias máxima e mínima por faixa populacional é na dimensão de Governança. Nesta dimensão, os municípios com menos de 150 mil habitantes possuem a menor nota média: 58,2 para os municípios que têm de 80 a 100 mil habitantes e 61,5 para os municípios que têm de 100 a 150 mil habitantes.

Posicionamento dos Municípios do Espírito Santo com relação aos demais municípios avaliados (415 municípios no país)

No Espírito Santo, 11 municípios foram avaliados: Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, **Colatina**, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Na avaliação do CLP, o município de São Mateus ocupa a 7ª posição no ranking de municípios capixabas na questão de implementação de políticas ESG, sendo que no cômputo geral, ocupa a 161ª posição no país em 2022.

Município	Dependência fiscal	Taxa de investimento	Despesa com pessoal	Endividamento	Custo da função administrativa	Custo da função legislativa	Qualidade da informação contábil e fiscal	Tempo para abertura de empresas	Qualificação do servidor	Transparência municipal
Aracruz	221	288	33	34	59	150	36	53	239	289
Cachoeiro de Itapemirim	174	215	226	94	301	288	2	129	132	24
Cariacica	251	29	111	207	183	206	157	32	13	49
Colatina	286	291	74	104	228	56	23	26	232	85
Guarapari	130	19	198	199	233	313	97	75	167	179
Linhares	311	32	116	175	272	91	11	21	238	1
São Mateus	304	326	287	127	256	290	13	52	151	61
Serra	166	62	143	128	126	189	70	24	234	31
Viana	320	11	162	191	292	331	20	114	120	240
Vila Velha	41	39	94	111	234	248	70	22	15	38
Vitória	55	308	148	54	52	35	3	28	50	60

Município	Taxa de atendimento - Educação infantil	Taxa líquida de matrícula - Ensino fundamental	Taxa líquida de matrícula - Ensino médio	Alunos em tempo integral - Educação infantil	Alunos em tempo integral - Ensino fundamental	Alunos em tempo integral - Ensino médio	IDEB - Ensino fundamental anos iniciais	IDEB - Ensino fundamental anos finais	IDEB - Ensino médio	ENEM
Aracruz	135	238	274	403	296	152	31	67	5	144
Cachoeiro de Itapemirim	118	322	313	264	139	243	222	199	16	152
Cariacica	313	141	359	393	169	131	259	293	128	313
Colatina	72	242	154	403	221	90	176	225	5	131
Guarapari	133	156	280	346	305	197	195	280	128	132
Linhares	116	211	319	344	325	262	243	199	75	190
São Mateus	265	359	368	300	93	297	259	199	75	233
Serra	242	180	364	392	210	181	243	262	214	256
Viana	91	231	354	360	254	61	195	241	284	288
Vila Velha	283	194	276	368	31	226	229	241	75	118
Vitória	19	93	11	325	195	287	259	241	51	34

Município	Cobertura da atenção primária	Cobertura de saúde suplementar	Cobertura vacinal	Atendimento pré-natal	Mortalidade materna	Desnutrição na infância	Obesidade na infância	Mortalidade na infância	Mortalidade por causas evitáveis
Aracruz	129	115	97	83	1	208	311	149	194
Cachoeiro de Itapemirim	108	145	155	326	358	286	358	31	201
Cariacica	322	120	102	353	194	100	106	161	331
Colatina	264	87	335	181	1	414	128	279	117
Guarapari	301	207	269	281	1	230	300	36	169
Linhares	85	160	283	175	262	362	337	124	284
São Mateus	174	232	135	142	187	316	330	363	281
Serra	302	81	56	262	268	69	67	258	221
Viana	91	217	178	261	1	1	381	16	312
Vila Velha	303	29	143	320	306	112	114	237	185
Vitória	186	6	104	163	138	213	124	104	90

Município	Mortes violentas intencionais	Mortes por causas indeterminadas	Mortalidade de jovens por razões de segurança	Mortalidade nos transportes	Morbidade nos transportes	Cobertura do abastecimento de água	Perdas na distribuição de água	Perdas no faturamento de água	Cobertura da coleta de esgoto	Cobertura do tratamento de esgoto	Cobertura da coleta de resíduos domésticos	Destinação do lixo
Aracruz	160	305	233	226	156	268	148	150	128	223	242	1
Cachoeiro de Itapemirim	190	336	263	380	400	122	68	28	52	153	287	366
Cariacica	330	310	337	57	360	315	73	119	289	264	172	1
Colatina	224	292	266	366	388	132	253	131	129	334	343	1
Guarapari	246	287	218	120	316	301	238	201	226	88	395	1
Linhares	358	229	372	353	219	1	280	240	181	109	233	1
São Mateus	301	205	288	385	376	346	3	157	233	324	221	1
Serra	311	344	312	151	330	302	101	10	196	211	157	1
Viana	213	270	211	283	337	363	306	279	285	230	314	1
Vila Velha	260	284	257	66	286	208	82	113	236	177	152	1
Vitória	298	381	354	369	397	238	168	174	161	56	1	1

Município	Emissões de gases de efeito estufa	Cobertura de floresta natural	Desmatamento ilegal	Velocidade do desmatamento ilegal	Áreas recuperadas	População vulnerável	Formalidade no mercado de trabalho	Crescimento dos empregos formais
Aracruz	287	217	1	1	106	269	106	222
Cachoeiro de Itapemirim	340	241	1	1	261	219	222	233
Cariacica	262	137	1	1	188	273	316	260
→ Colatina	331	298	238	243	228	215	141	191
Guarapari	291	122	1	1	126	253	283	146
Linhares	372	233	237	308	201	245	99	74
São Mateus	343	331	267	344	226	337	299	254
Serra	392	216	1	1	207	180	116	23
Viana	282	128	290	320	125	283	230	109
Vila Velha	70	348	253	243	263	90	250	268
Vitória	40	238	1	1	327	144	4	265

Município	Recursos para pesquisa e desenvolvimento científico	Empregos no setor criativo	Crédito per capita	PIB per capita	Crescimento do PIB per capita	Complexidade econômica	Renda média do trabalho formal	Crescimento da renda média do trabalho formal	Taxa bruta de matrícula - Ensino técnico e profissionalizante	Taxa bruta de matrícula - Ensino superior	Qualificação dos trabalhadores em emprego formal
Aracruz	144	344	272	59	371	156	103	392	177	304	228
Cachoeiro de Itapemirim	198	148	208	278	338	204	296	112	153	175	211
Cariacica	198	330	328	249	101	170	325	239	161	331	213
→ Colatina	146	219	164	224	224	263	288	97	39	172	160
Guarapari	198	176	292	336	155	321	379	347	111	230	187
Linhares	131	221	163	165	383	257	286	169	216	240	238
São Mateus	81	325	280	338	310	372	283	184	239	148	109
Serra	189	350	277	82	322	60	212	292	149	314	318
Viana	198	408	399	183	347	219	271	70	273	410	280
Vila Velha	142	110	250	257	253	175	312	323	192	209	195
Vitória	18	35	11	41	413	47	8	81	22	1	3

Município	Acessos de telefonia móvel	Acessos de telefonia móvel - 4G	Acessos de banda larga	Acessos de banda larga - Fibra ótica	Acessos de banda larga - Alta velocidade
Aracruz	309	226	329	103	347
Cachoeiro de Itapemirim	267	356	211	54	58
Cariacica	145	191	263	283	320
→ Colatina	213	297	247	181	311
Guarapari	100	164	182	189	292
Linhares	304	214	242	92	138
São Mateus	315	211	342	91	187
Serra	113	260	219	350	324
Viana	375	258	357	294	365
Vila Velha	127	180	152	344	200
Vitória	106	341	65	362	282

Fonte: Centro de Lideranças Políticas (CLP)

Atualmente, os grandes projetos industriais para obtenção de recursos junto aos fundos de investimentos se veem obrigados a apresentar e garantir uma política de ESG, tanto para o negócio, quanto para a sua cadeia de fornecimento. Além disso, vários outros fatores relacionados ao tema passam a fazer parte na decisão de implantação de um novo empreendimento ou até mesmo a expansão de um existente, como por exemplo, o grau de maturidade do estado, região e município onde será feito o investimento. Assim, se ocorrer uma antecipação a essa tendência global, os municípios da Regional passam a contar com uma vantagem competitiva e comparativa na disputa de novos projetos industriais.

Importante fazer uma análise criteriosa dos indicadores estabelecidos pelo CLP, buscando compreender o grau de maturidade com relação à questão dos ODSs e,

consequentemente, à política ESG. A partir do entendimento do grau de maturidade, podem ser estabelecidas ações que contribuam para melhorar os indicadores e, certamente, impactarão na melhoria do ambiente de negócios e na atração de investimentos.

➤ **Economia de Baixo Carbono**

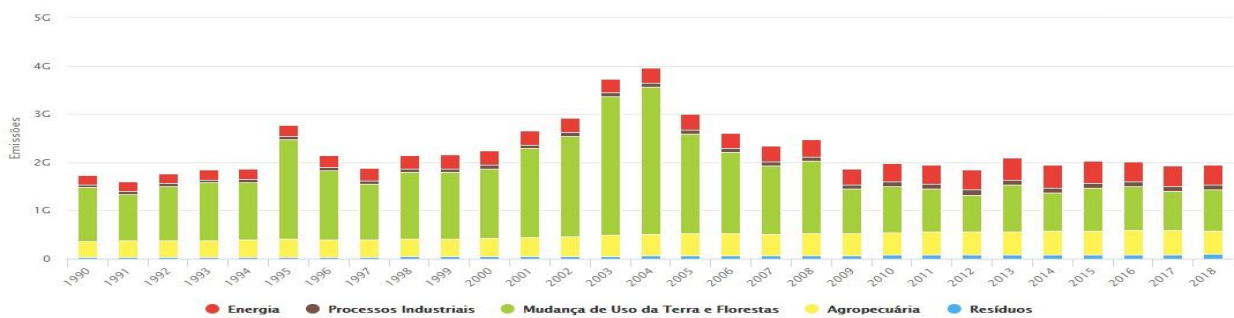
O crescente desmatamento das florestas e o aumento considerável da poluição atmosférica vem impactando fortemente o planeta. Por conta disso, a sociedade, os governos e as corporações estão se atentando que preservar o meio ambiente e realizar ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Sem dúvidas, é a principal forma de manter a vida e perpetuar a própria espécie.

Por outro lado, também pode ser observado o impacto direto, e negativo, que a falta de educação ambiental traz para as cidades e suas populações, pois não basta se atentar, tem que haver ações proativas e preventivas no sentido de reverter o avanço da poluição atmosférica.

Em 2005 entrou em vigor o Protocolo de Quioto, tratado internacional com o objetivo de reduzir a emissão de GEE (Gases de Efeito Estufa) e aquecimento global. O assunto é tão preocupante que atualmente as reduções de gases podem ser comercializadas a partir do crédito de carbono.

O Brasil é o 12º maior emissor mundial de GEE, segundo dados disponibilizados pelo Observatório do Clima (OC). Diante da crescente preocupação com as consequências que essas emissões podem trazer, torna-se cada vez mais necessário encontrar soluções para controlar e diminuir as emissões.

A seguir o quadro de Concentração de CO² Global.



Fontes: Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa, Observatório do Clima, Instituto Humanitas Unisinos. <https://sumitmobilidade.estadao.com.br/ir-e-vir-no-mundo/acoes-governamentais-necessarias-para-diminuir-emissao-de-co2/>

Na área industrial, o principal foco da educação ambiental é a diminuição do desperdício de matérias primas, insumos, água, energia e horas homem; bem como, a redução de resíduos proveniente do processo produtivo.

O conceito e aplicação da Economia Circular em muitas empresas tem mostrado que é possível produzir e também atuar na preservação ambiental, inclusive, contribuindo para que as matérias primas sejam utilizadas de forma racional, considerando que o próprio meio ambiente natural é o fornecedor dos insumos.

Ter essa pegada, ou seja, essa constante preocupação com o meio ambiente, se torna vital, não só pela preservação da vida, mas também pela manutenção prolongada dos insumos necessários aos setores produtivos.

Nesse sentido, a abordagem dessa temática passa, necessariamente, pela necessidade de se atentar para a Família das Pegadas.

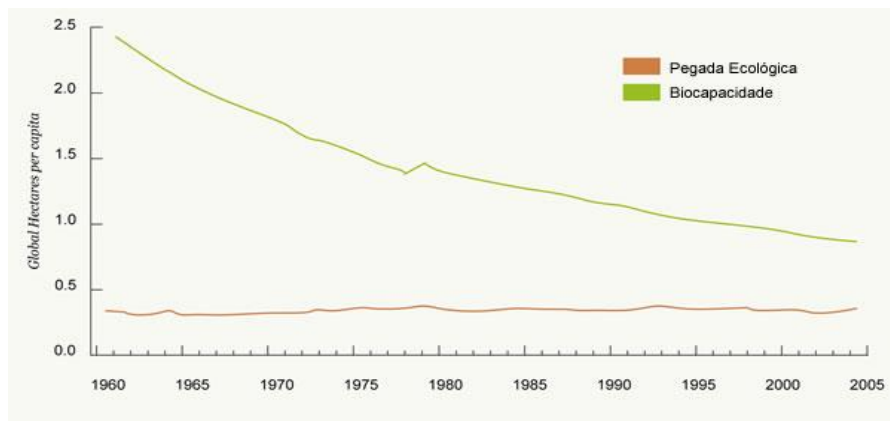
✓ **Pegada Ecológica**

Tem por propósito medir os impactos do consumo humano sobre os recursos naturais. Metodologia criada por pesquisadores da Global Footprint Network (GFN), que oferece elementos para repensar o consumo e adequá-lo à capacidade ecológica do planeta.

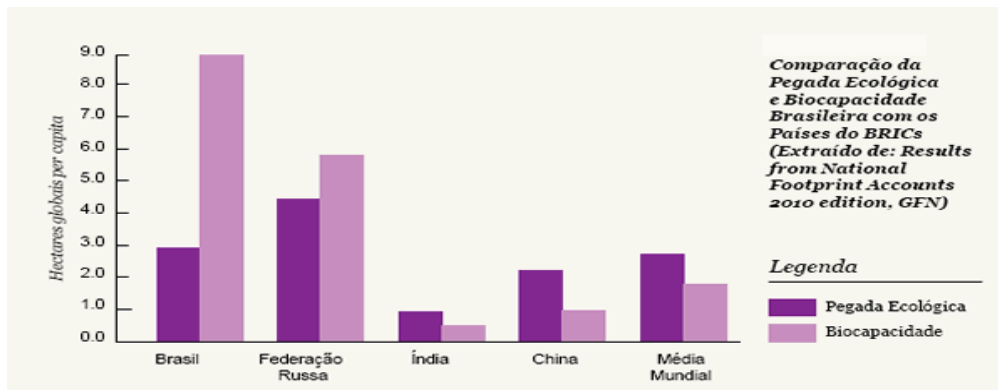
Ela é calculada com base nos territórios chamados de produtivos, tais como: terra para colheita, área de pesca, terra construída e áreas de biodiversidade, e nas formas de consumo de uma população.

A Pegada Ecológica brasileira é de 2,9 hectares globais por habitante, indicando que o consumo médio de recursos ecológicos pelo brasileiro é bem próximo da média mundial, que é equivalente a 2,7 hectares globais.

Em sua série histórica, a Pegada Ecológica brasileira tem mostrado uma tendência de aumento pouco acentuada até 2005, o que indica estabilidade nos padrões de consumo neste período. Por outro lado, a biocapacidade brasileira vem sofrendo um forte declínio ao longo dos anos devido ao empobrecimento dos serviços ecológicos e degradação dos ecossistemas.



Fonte: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_brasileira/



Fonte: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_brasileira/

Ainda assim, o Brasil encontra-se numa importante posição no cenário mundial, como um dos maiores credores ecológicos do planeta, situando-se favoravelmente na nova economia verde. Para se manter nesta posição de credor ecológico, o Brasil precisa reverter este quadro de declínio de sua biocapacidade com ações de conservação e de produção ecoeficiente, buscando diminuir a Pegada Ecológica de sua população por meio do consumo consciente e da manutenção da estabilidade populacional.

✓ *Pegada de Carbono*

Na tentativa de quantificar os excessos, na década de 90 os pesquisadores William Rees, canadense, e Mathis Wackernagel, suíço, criaram o conceito de “Pegada de Carbono”, um índice para medir o impacto das atividades do homem sobre a natureza, a partir da quantidade de dióxido de carbono que são emitidas.

Por meio da pegada de carbono podemos analisar os impactos que causamos na atmosfera e as mudanças climáticas provocadas pelo lançamento de gases do efeito estufa a partir de cada produto, processo ou serviço consumido.

Atualmente, a Pegada de Carbono responde por mais da metade da Pegada Ecológica total da humanidade. Trata-se da parte que mais cresce. Há uma centena de anos, a Pegada de Carbono era uma fração muito pequena de toda a Pegada Ecológica. Desde 1970, nossa Pegada de Carbono mais que triplicou.

A Pegada de Carbono tem se tornado a principal causa das mudanças climáticas no planeta. Muito, em função das emissões de gás carbônico em ritmo muito mais rápido do que o meio ambiente é capaz de absorver, ampliando a quantidade de gás carbônico na atmosfera e nos oceanos.

Reduzir consideravelmente a Pegada de Carbono é o mais importante passo para conter os impactos negativos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, se manter dentro dos limites aceitáveis para a manutenção dos ecossistemas. Trata-se, portanto, de um passo fundamental para conter o avanço das mudanças climáticas.

Objetivando amenizar e compensar esses impactos a melhor estratégia é o plantio de árvores, pois uma árvore adulta consegue absorver, em um ano, cerca de 22 quilos de gás carbônico, e produzir oxigênio suficiente para a respiração de dois adultos. A chamada “neutralização”, que consiste em compensar a ação poluente do ser humano com o plantio de árvores é o caminho mais indicado para tentar a reversão do processo de degradação acelerada que está em curso.

Como exemplo, uma família que consome cerca de 400 watts de energia elétrica por mês, que se locomove em média 20 km por dia e produz 800 gramas de lixo diariamente, teria que plantar 12 árvores por ano para repor a sua emissão de carbono. Considerando que, em média, o brasileiro vive aproximadamente 72 anos, teria que reflorestar uma área equivalente a 2,5 campos de futebol (cerca de 19,5 mil m²).

Portanto, a mudança de hábitos é essencial para a redução da *carbon footprint*. Escolher produtos que possuem embalagem recicláveis ou recicladas, preferir alimentos orgânicos, usar sacolas retornáveis, ser vegetariano pelo menos uma vez na semana (ou mais do que isso), fazer a compostagem dos resíduos orgânicos, reduzir o consumismo e deixar o carro em casa, substituindo-o por bicicleta ou por transporte coletivo, são algumas ideias. Um litro de gasolina emite 2,3 kg de carbono equivalente na atmosfera e a fabricação de cinco sacolas

plásticas emite 1 kg. Além disso, também é possível fazer a neutralização do carbono. Todas essas ações contribuem para a redução da *carbon footprint*.

Um brasileiro deixa uma Pegada de Carbono de 2,6 toneladas, enquanto um europeu tem uma pegada de 6,4 toneladas. Os padrões de consumo médio dos brasileiros já exigem mais que o planeta pode oferecer.

→ Emissões de CO² em 2021

Os países que mais emitiram dióxido de carbono na atmosfera em 2021, segundo o Global Carbon Project, sendo que, o cálculo considera emissões por combustíveis fósseis e indústria do cimento, não são levados em conta uso do solo e desmatamento:

1. China: 10,7 gigatoneladas de CO₂
2. Estados Unidos: 4,7
3. Índia: 2,4
4. Rússia: 1,6
5. Japão: 1,0
6. Irã: 0,7
7. Alemanha: 0,6
8. Arábia Saudita: 0,6
9. Coreia do Sul: 0,6
10. Indonésia: 0,6
11. Canadá: 0,5
12. Brasil: 0,5
13. África do Sul: 0,5
14. Turquia: 0,4
15. Austrália: 0,4

→ Compensação de CO²

Os países podem investir mais em pesquisas nas áreas da biologia ou biotecnologia que facilitem o desenvolvimento de soluções sustentáveis, além disso, devem incentivar a coleta seletiva e cooperativa de materiais recicláveis.

Uma das formas para compensar a pegada de carbono é adquirindo créditos de carbono.

→ O que é Crédito de Carbono e como funciona?

O crédito de carbono é um conceito que surgiu em 1997, dentro do Protocolo de Kyoto. É um certificado que comprova que uma tonelada de carbono equivalente deixou de ser emitida para a atmosfera. O objetivo principal é reduzir a emissão dos gases do efeito estufa no planeta para combater as mudanças climáticas. Em resumo, um crédito de carbono é gerado a cada tonelada de carbono que deixa de ser emitida.

→ Quem pode vender Créditos de Carbono?

Qualquer empresa que comprovar a partir do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) que possui créditos de carbono, pode realizar a venda, a partir de uma corretora especializada.

→ ***O que é uma Empresa Net Zero?***

A empresa que adota o compromisso *Net Zero* está informando, basicamente, que deixará de emitir carbono até determinada data, que varia de 2040 a 2050. Isso significa que, de fato, irá acabar com as emissões de carbono.

→ ***O que é a Economia Net Zero?***

Movimento de empresas com projetos para serem consideradas *Net Zero*, ou seja, que são “neutras em carbono”, pois equilibram suas emissões com a quantidade capturada da atmosfera, sem causar novos danos ao meio ambiente.

→ ***O que é o Carbono Verde?***

Na economia de baixo carbono, são empregadas tecnologias sustentáveis, ou seja, o sistema de produção segue etapas que atendem a processos justos, economicamente viáveis e ambientalmente adequados.

→ ***Por que compensar carbono?***

A compensação de carbono é uma prática do mercado de carbono, um sistema que promove o intercâmbio entre quem gera créditos de carbono por reduzir emissões e quem precisa compensar suas emissões residuais. Logo, uma organização compra créditos de carbono de outra, que recebe os investimentos.

→ ***O que significa um país neutro em carbono?***

Ser carbono neutro significa reduzir onde é possível e balancear o restante das emissões por meio da compensação, que pode ser feita pela compra de créditos de carbono ou recuperação de florestas em áreas degradadas.

→ ***Qual a importância do crédito de carbono para o desenvolvimento sustentável?***

A finalidade do crédito de carbono está relacionada aos fatores transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos e a diminuição das emissões dos gases de efeito estufa (GEE's), fazendo com que os países subdesenvolvidos continuem crescendo.

→ ***Quem pode emitir crédito de carbono?***

Qualquer empresa ou instituição pode gerar crédito de carbono de diversas formas, seja economizando na redução de carbono ao longo do ano, ou criando projetos ambientais para “recompensar” a poluição feita para seu funcionamento.

→ ***Porque comprar créditos de carbono?***

A criação desses créditos visa auxiliar os países que não conseguem reduzir suas emissões, portanto, é considerada uma maneira de alcançar as metas, mesmo que seja implementando projetos em territórios hospedeiros. O mercado de carbono, pode movimentar muito a economia dos países com disponibilidade de território.

→ ***O que é necessário para que uma empresa ou país se torne carbono negativo?***

Tornar-se carbono negativo exige que uma empresa, setor, país remova mais CO² da atmosfera do que emite. Cumprir esses ambiciosos objetivos climáticos internacionais exige que as emissões globais de CO² caiam abaixo de zero na segunda metade deste século.

✓ *Pegada Hídrica*

Trata-se de um indicador da quantidade usada de água doce em todo o processo produtivo de bens ou serviços, desde a matéria-prima até chegar às mãos do consumidor final. O conceito de Pegada Hídrica foi criado pelo professor holandês Arjen Y. Hoekstra como uma espécie de Raio-X hídrico.

Importante salientar que, apenas 2% de toda a água do planeta é disponível para consumo e o restante é água salgada ou está inacessível para uso. Desses 2% de água potável, cerca de 70% é utilizada na agricultura.

Para esclarecer as fontes de uso, a água foi classificada por diferentes cores, a saber:

- **Verde**, quando a água da chuva evapora ou é incorporada em um produto durante a sua produção;
- **Azul**, que calcula as águas superficiais ou subterrâneas que evaporam ou são incorporadas em produtos;
- **Cinza**, quando mede o volume de água necessário para diluir a poluição gerada durante o processo produtivo.

Conforme dados da organização internacional Waterfootprint, na produção de 01 litro de leite são utilizados mil litros de água e uma xícara de cafezinho consome 140 litros. Um quilo de arroz consome cerca de 2.500 litros, já a carne, para produzir um quilo, absorve 15.400 litros. Na área do vestuário, uma calça jeans gasta 10 mil litros de água em seu processo produtivo, desde a fonte dos insumos até o produto acabado.

O indicador, por meio da sua metodologia, é capaz de monitorar o impacto dos humanos sobre o meio ambiente. Por exemplo, é possível calcular o volume de água, implícita e explícita, contida num único produto, num processo, setor, indivíduo, cidades, até mesmo nações e todo o planeta.

→ *O que é Água Virtual?*

Corresponde ao volume de água utilizado na produção de bens de consumo e serviço do cotidiano, como carros, roupas e alimentos. É a água que você está consumindo, mas não está vendendo. Desta forma, é possível concluir que diariamente gastamos uma quantidade de água muito maior do que de fato consideramos.

Entretanto, essas 03 Pegadas (Ecológica, Carbono e Hídrica) precisam ser monitoradas e controladas, mantidas em níveis que não levem a uma escalada da destruição do meio ambiente, que certamente não terá como ser revertida. Muitos especialistas ambientais tem avisado que o mundo está no limiar de um processo de transição que levará à destruição da vida, mas ainda há tempo para desconstruir essa possibilidade, bastando que cada um contribua, sendo responsável com as questões ambientais.

Fica o desafio posto: por que não começar desde já, transformando os municípios em exemplos de boas práticas com relação ao desenvolvimento sustentável?

Várias ações podem ser propostas e colocadas em prática, existindo bons exemplos no mundo que podem servir de referência, bastando ter interesse e determinação.

⇒ *O que as empresas podem fazer para contribuir para a redução da poluição no meio ambiente?*

As empresas devem adotar medidas “eco-friendly”, tais como:

- redução da emissão de carbono;

- uso de energias limpas (como a energia eólica e a energia solar);
- inovações, com menor produção de resíduos e emissão de gases;
- gestão de resíduos;
- reciclagem;
- Redução no uso de papel;
- Usar lâmpadas ecológicas;
- Evitar o desperdício de água.

⇒ ***O que os gestores públicos podem fazer para contribuir para a redução da poluição no meio ambiente?***

Os gestores públicos devem adotar medidas como por exemplo:

- Criar e manter áreas verdes nos espaços urbanos (bosques, praças, parques e corredores verdes);
- Incentivar o uso de instrumentos que minimizem as emissões de poluentes (catalisadores automotivos, filtros nas fábricas e usinas)
- Estabelecer políticas para tratamento de resíduos.

⇒ ***O que as pessoas podem fazer para contribuir para a redução da poluição no meio ambiente?***

As pessoas devem adotar medidas como por exemplo:

- Economizar água;
- Economizar energia;
- Preservar a vegetação nativa e os cursos d'água;
- Utilizar veículos a combustão somente quando necessário;
- Evitar o consumo desnecessário de produtos (consumismo);
- Optar, quando possível, por alimentos orgânicos;
- Utilizar produtos ecológicos e biodegradáveis;
- Separar o lixo orgânico do reciclável;
- Reciclar os resíduos (lixo).

XVIII. Dimensão Políticas para Atração de Investimentos

Na dimensão Políticas para Atração de Investimentos devem ser estabelecidas as políticas que possam impactar positivamente no momento em que o investidor irá definir o local onde fará a implantação do seu negócio.

✓ ***Pilares da Política Pública para Atração de Investimentos***

A políticas públicas para atração de investimentos deve ser baseada em importantes pilares, objetivando o adensamento e a integração das cadeias produtivas, a saber:

- ***Simplificação tributária e regulatória*** – descomplicando para que a iniciativa privada possa se dedicar a gestão, produção e comercialização.
- ***Segurança jurídica*** – propiciar um ambiente de negócios seguro, garantindo estabilidade no desenvolvimento econômico;
- ***Financiamento competitivo*** – viabilizar o adensamento das cadeias produtivas;
- ***Tecnologia e inovação*** – ter ganhos de produtividade e competitividade;
- ***Capacitação e qualificação*** – preparar pessoas para as necessidades presentes e futuras;

- **Infraestrutura** – oferecer as condições ideais para que os setores produtivos possam desempenhar as suas atividades com o máximo de eficiência e eficácia;
- **Logística** – dimensionar as demandas por suporte logístico, oferecendo as condições necessárias;
- **Serviços administrativos** – facilitar as relações entre a iniciativa privada e o ente público, dando celeridade nos processos administrativos necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas;
- **Desburocratização** – permitir o “fast track” (rastreamento rápido) de licenças e permissões;
- **Escritório Receptivo de Investimentos** – atuar na identificação de oportunidades e na promoção de investimentos e novos negócios, com base no potencial do município, em projeções de mercado e nas atividades que realmente agreguem valor. Atender ao investidor com informações estratégicas e orientações para os interessados em desenvolver novos negócios. (exemplo - Escritório Receptivo de Investimentos de Foz de Iguaçu, Paraná);
- **Lei 13.874 – 20/09/2019 - Lei da Liberdade Econômica** – adequar o município e suas políticas a Lei da Liberdade Econômica, trazendo mudanças que contribuam para a redução da burocracia e facilitem a abertura e regularização de empresas, especialmente das micro e pequenas, conseqüentemente, alterando diversas questões legais que afetam estas categorias.

✓ **Sugestões para construção de Políticas Públicas**

Há uma demanda gigantesca por diversas políticas públicas que solucionem a grande cesta de problemas. Por outro lado, sabemos que os recursos não são infinitos. Desse modo, a gestão das políticas públicas depende fortemente, entre outras coisas, da capacidade técnica dos servidores públicos e do orçamento público.

No intuito de facilitar a construção de uma Política Pública, abaixo é apresentado um modelo que pode ser bastante útil.



- 1 - É do olhar técnico-administrativo da gestão pública em conjunção com as demandas sociais que os problemas são identificados;
- 2 - Forma-se uma agenda de itens que precisam ser trabalhados com urgência e prioridade pelo governo;
- 3 - A formulação de alternativas é fundamental para que os gestores identifiquem soluções possíveis;
- 4 - Nesta etapa é tomada a decisão de qual a solução mais viável;

- 5 - A política pública passa a ser implementada;
- 6 - Importantíssimo que haja avaliação e monitoramento constante por parte dos gestores públicos e da sociedade civil. Só assim é possível observar se a política pública em questão conseguiu ser eficiente, eficaz e efetiva em relação ao problema identificado.

XIX. Dimensão Proposta de Valor

A dimensão Proposta de Valor tem como meta a elaboração de um plano de marketing onde o município apresentará as suas vantagens comparativas e competitivas frente a outras regiões, elaborando material de divulgação e publicidade que poderá ser veiculado em diversas mídias especializadas.

✓ *Elaboração da Proposta de Valor*

Todo negócio possui uma proposta de valor. Ela é que diferencia o negócio em questão com relação à concorrência e faz os clientes comprarem e, principalmente, retornarem. Naturalmente, alguns negócios possuem propostas de valor melhores do que outros, trazendo vantagens competitivas com relação aos concorrentes.

Na elaboração da proposta de valor deve ser observada a metodologia Canvas de Proposta de Valor, uma ferramenta que surgiu para auxiliar na criação e posicionamento de produtos ou serviços em torno do que o cliente deseja e precisa, ou seja, uma ferramenta de organização que ajuda empreendedores a criarem soluções, levando em consideração a demanda de seus clientes. Aplicando essa metodologia com relação à atração de investidores, pode ser definido que os investidores são os clientes e as prefeituras seriam os empreendedores.

Compreendida essa correlação, vamos abordar a construção da proposta de valor. Assim, a proposta de valor precisa ser desenvolvida construindo:

- **Mapa de Valor** - que é dividido em Produtos e Serviços, Analgésicos e Criadores de Ganhos.

Para definir o **Mapa de valor**, você deve fazer as seguintes perguntas:

1. Produtos e serviços

- O que as Prefeituras oferecerão aos investidores?
- Quais os seus diferenciais?
- Qual a frequência em que os investidores farão uso dos seus serviços?

2. Analgésicos/alívio das dores

- Quais problemas os seus serviços resolverão para os investidores?
- Reduzirá os custos dos investidores?
- É um bom custo-benefício para os investidores?

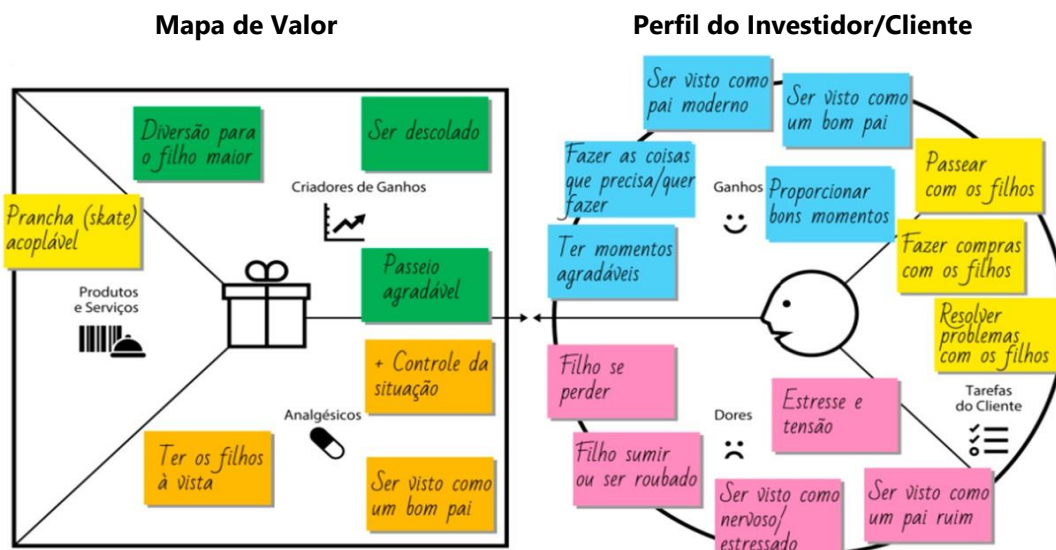
3. Criadores de ganhos

- Quais os benefícios que os investidores terão ao utilizar os serviços das Prefeituras?
- As Prefeituras conseguirão superar as expectativas dos investidores?

- **Perfil do Cliente/Investidor** - após listar o Mapa de Valor, você deve verificar se cada ponto identificado pode ser classificado de bom para essencial em termos de valor para o investidor. Um ajuste é alcançado quando os serviços oferecidos como parte

da proposta de valor abordam os problemas e ganhos mais significativos do Perfil do Cliente/Investidor.

A seguir, um exemplo prático de como deve ser construído o Perfil do Cliente/Investidor.



Exemplo prático de Canvas de Proposta de Valor

Separámos este modelo de Canvas de Proposta de Valor para uma empresa que vende Prancha acoplável para carrinho de bebê.

Concluída essa etapa, os direcionadores estarão bem claros e facilitarão a elaboração do Plano de Marketing para vender a imagem do município, mas primeiro será necessário que as Secretarias Municipais planejem as ações que serão desenvolvidas para realizar as melhorias do ambiente de negócios proposta neste documento, ou seja, a Proposta de Valor somente deverá ser finalizada neste momento.

Afinal, não se pode vender uma imagem que não retrata a realidade dos fatos. Portanto, melhorias propostas implementadas pelas Secretarias Municipais, pode ser iniciada a divulgação das vantagens oferecidas pelos municípios da Regional Centro-Oeste.

XX. Consórcios Públicos: Instrumentos de Cooperação na Gestão Pública

Dentre as alternativas para solucionar problemas comuns, cuja soluções são inviáveis economicamente, dado o porte dos municípios, figura o Consórcio Público.

Os consórcios públicos, regidos pela Lei nº 11.107/2005, são associações de entes públicos, ou seja, são formados por pessoas jurídicas de Direito Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), com vistas à realização de atividades de interesse comum dos entes consorciados, com um vasto campo de aplicação.

O objeto do consórcio público pode ser qualquer atividade administrativa de interesse comum entre os entes consorciados. Assim, a finalidade do consórcio não será necessariamente a gestão associada de serviços públicos, podendo ser qualquer outra relação de cooperação federativa.

Os consórcios públicos são instrumentos que permitem a dois ou mais entes federados desenvolverem ações em comum, em âmbito regional, para a prestação de serviços públicos.

Dentre os benefícios desse tipo de estrutura, podemos citar:

- Redução de custos fixos de certa operação.
- Ganho de escala.
- Fortalecimento da gestão local.
- Melhora na qualidade dos serviços prestados.

A princípio, não há nenhum tipo de limitação quanto ao escopo de atuação dos consórcios públicos. Toda e qualquer atividade a ser desempenhada precisa estar prevista no estatuto. Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), os principais temas executados pelos consórcios hoje existentes são: Saúde, Saneamento Básico, Infraestrutura, Meio Ambiente e Assistência Social.

Cabe ressaltar que os consórcios podem ser caracterizados tanto como unifinalitários, ou seja, que desempenham serviços em apenas um tema, quanto como multifinalitários, desempenhando dois ou mais temas.

O amplo universo de atuação dos consórcios públicos, todavia, não para no tema desempenhado. Dentro de cada uma das áreas acima mencionadas, a gestão consorciada pode executar funções em diferentes etapas da política pública e de diferentes formas. Seja na etapa de planejamento, de implementação, de operação ou até mesmo de regulação, seja atuando por meio do próprio quadro técnico do consórcio ou intermediando uma concessão com o setor privado. Isso abre espaço para que os consórcios apoiem efetivamente as prefeituras dentro daquilo que é mais necessário para cada localidade.

Dessa forma, os consórcios também recebem grande oportunidade para se consolidarem como fortes aliados diante de um tema de crescente importância e relevância no país: as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Apesar de até agora existirem poucas experiências práticas, a estrutura dos consórcios públicos é perfeitamente capaz de apoiar, em especial prefeituras de pequeno e médio porte, na viabilização de contratos que envolvam parcerias e investimentos com o setor privado.

Portanto, destaca-se a importância dos consórcios públicos intermunicipais no contexto regional, onde podem desempenhar o papel de facilitador na execução de ações e políticas públicas que isoladamente os municípios não poderiam desenvolver. Restando para tanto, ter a cultura da cooperação como fundamento das relações entre os dirigentes municipais.

10. Indicadores de Monitoramento

- Número de cadeias produtivas atendidas;
- Número de indústrias criadas;
- Número de empregos gerados;
- Número de PPPs estabelecidas;
- % de ampliação das receitas municipais;
- % de crescimento do IDH.

11. Tabelas Referenciais – Propostas de Melhorias do Ambiente de Negócios

As tabelas a seguir são referenciais para as Secretarias Municipais, as quais serão as responsáveis pela gestão dos processos de implementação das melhorias propostas nesta Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios.

Observar que nas tabelas são contempladas as seguintes informações:

- Regional;
- Eixo;
- Ações de Melhorias Propostas;
- Sugestões;
- Responsável pela Gestão;
- Prazos (Ideal / Limite);
- Potenciais Parceiros Internos;
- Potenciais Parceiros Externos;
- Observações; e
- Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento (Data/Responsável/Ações)

A parte inferior da tabela, fica designada à Secretaria Municipal responsável pela implementação da melhoria proposta. Neste espaço, fará o lançamento das ações desenvolvidas. Por exemplo, as reuniões e as deliberações ocorridas deverão ser lançadas neste espaço; as etapas previstas pela Secretaria para atacar a demanda, se possível, devem ser lançadas também. No final, têm-se um histórico de todo o processo, facilitando, posteriormente, a geração de um relatório sucinto que poderá ser enviado às partes interessadas.

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	I. Setores Industriais Prioritários: - Beneficiamento de Minerais; - Madeireiro; - Alimentos e Bebidas; - Vestuário; - Agronegócios; - Construção Civil; - Reparação Automotiva.		
Ações de Melhorias Propostas:	Mapear os vazios na cadeia de fornecimento e estimular investimentos produtivos que possam suprir as necessidades diagnosticadas.		
Sugestões:	- Mapear os tipos de insumos, os quantitativos, a origem do fornecimento e os potenciais compradores locais e nos municípios vizinhos; - Elaborar Plano de Ação para atração de investimentos para instalação de indústrias que possam abastecer com insumos os setores prioritários.		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	90 dias	Prazo Limite:	120 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretária de Trabalho e Renda - Secretaria de Agricultura - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria/Ideias) - Sebrae - Universidades - Faculdades - Instituições de Ensino Técnico (Ifes) - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
- Necessidade de absorção de novas tecnologias (agregação de valor – ganho de produtividade e competitividade). - Transformação digital (mensurar o grau de maturidade das indústrias - aplicar questionário). - Consolidação dos conceitos e tecnologias utilizadas pela Indústria 4.0.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	II. Setores Portadores de Futuro: Sugeridos os seguintes setores portadores de futuro para os municípios da Regional: <ul style="list-style-type: none"> - Economia Digital; - Economia Criativa; - Turismo, Lazer e Esportes; - Agroindústria; - Biotecnologia; - Extrativismo Mineral. 		
Ações de Melhorias Propostas:	Identificar oportunidades e demandas, bem como, recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis, estruturando um plano de ação para atração de investimentos para os setores portadores de futuro, buscando o adensamento das cadeias produtivas.		
Sugestões:	Exemplo de segmentos dos setores portadores de futuro: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Economia Digital</i>: TIC's, startups; Software as a Service (SaaS), marketplace, hardware, consumer, venda de dados, modelo de negócios em Application Programming Interface (API), E-commerce. - <i>Economia Criativa</i>: softwares aplicados à economia criativa; games, animação, audiovisual, artes visuais, design, moda, gastronomia, artesanato, turismo. - <i>Turismo, Lazer e Esportes</i>: Agroturismo; Ecoturismo; Turismo de Negócios, Turismo de Aventura, Turismo de Lazer, Turismo Esportivo, Turismo Cultural, Turismo de Eventos, Turismo de Consumo, Turismo Gastronômico, Turismo Religioso, etc. - <i>Agroindústria</i>: avaliar os desafios e as perspectivas do setor. Incorporar novas tecnologias nos processos produtivos. Estruturar a Agricultura de Precisão como modelo de produção ancorada na tecnologia. Fortalecer a indústria de beneficiamento de café. - <i>Biotecnologia</i>: aplicação na área industrial de cosméticos, perfumaria, alimentos, medicina, remédios, meio ambiente, agricultura, combustíveis, meio ambiente, etc. - <i>Extrativismo Mineral</i> – exploração e beneficiamento de rochas ornamentais. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	300 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Secretaria de Agricultura - Outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	FinDES (Observatório da Indústria/Ideies) - Sindicatos Patronais - Sebrae - Universidades - Faculdades - Instituições de Ensino Técnico (Ifes) - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias com governo estadual e entidades para desenvolvimento de programa de turismo. - Estímulo à criação de ambiente de inovação e tecnologia para fomentar a economia digital e economia criativa. - Concepção de projetos inovadores para exploração do agronegócio e o ecoturismo. - Desenvolvimento da agricultura familiar no entorno das áreas de maior concentração populacional. - Implantação de hortas comunitárias, direcionando os alimentos produzidos para o consumo na rede escolar. - Atuação em parceria com academias, institutos, órgãos e entidades que podem alavancar a biotecnologia. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	III. Polos Industriais: Promover a ocupação dos polos industriais existentes, por meio do adensamento das cadeias produtivas dos Setores Prioritários e novos investimentos provenientes dos Setores Portadores de Futuro.		
Ações de Melhorias Propostas:	Identificar e promover ações de melhoria na infraestrutura e na operacionalização dos polos industriais existentes e avaliar a necessidade de se criar novos polos industriais em regiões estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear os polos industriais quanto à estruturação, infraestrutura, capacidade instalada e taxa de ocupação. - Avaliar necessidades de implantação de micro polos industriais em áreas adensadas. - Avaliar os impactos sociais e ambientais dos Polos Industriais. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	120 dias	Prazo Limite:	180 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretária Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Obras - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Finde (Observatório da Indústria/Ideias) - Sebrae - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa junto às indústrias, no sentido de avaliar as necessidades de melhorias, bem como, com relação à necessidade de implantação de novos polos, contribuindo significativamente para futuros investimentos a serem instalados; - Identificar junto aos Setores Portadores de Futuro aqueles que necessitam de apoio na aquisição/doação de áreas para instalação dos empreendimentos. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	IV. Infraestrutura: A Infraestrutura que basicamente é compreendida por Saneamento, Transporte, Energia e Telecomunicações, é fundamental para a melhoria do ambiente de negócios e, conseqüentemente, para ampliação e atração de empreendimentos.		
Ações de Melhorias Propostas:	Identificar e realizar ações que promovam a melhoria na infraestrutura disponibilizada para os setores produtivos, principalmente com relação aos polos industriais.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as condições do saneamento básico, evitando possíveis situações de enchentes e alagamentos nas regiões onde estão instaladas as indústrias (polos industriais); - Realizar melhorias nas vias de acesso aos polos industriais, facilitando o transporte de insumos e produtos acabados; - Articular, junto à concessionária, o fornecimento de energia estabilizada, evitando transtornos nas indústrias, com paradas de produção e danos em equipamentos; - Estimular a implantação de usinas de geração de energia fotovoltaicas; - Avaliar e propor ações de melhoria nos sistemas de tratamento e fornecimento de água para consumo e produção industrial; - Envidar esforços no sentido de acelerar o processo de implementação da tecnologia celular 5G; - Dar manutenção nas estradas vicinais; - Melhorar as condições de tráfego da BR 259; - Atualizar o PDM dos municípios. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Urbano		
Prazo Ideal:	300 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Obras - Secretária de Trabalho e Renda - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria/Ideies) - Sebrae/ES - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Envidar esforços junto às autoridades competentes para manter as rodovias estaduais e federais que viabilizam o acesso aos municípios em condições adequadas para tráfego (manutenção constante). - Viabilizar, se possível, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), melhorias de infraestrutura. - Avaliar a necessidade de elaborar um Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI) para fazer a gestão das concessões em infraestrutura dos municípios. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	V. Logística: Logística é o processo de execução eficiente de transporte e armazenamento de matéria prima ou mercadorias, desde o ponto de origem até o ponto de consumo. O seu objetivo é atender aos requisitos do cliente de maneira oportuna e econômica.		
Ações de Melhorias Propostas:	Avaliar a viabilidade de implantação de um Polo Logístico.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o potencial de crescimento do segmento logístico no estado e as implicações que podem impactar nos municípios da Regional; • Avaliar incentivos que podem ser oferecidos aos novos investimentos em logística; • Mapear as demandas das empresas locais quanto às questões relacionadas à logística. • Se positiva a viabilidade de um Polo Logístico: <ul style="list-style-type: none"> - definir localização; - promover ampla divulgação do potencial logístico da Regional para atração de investimentos. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	300 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Obras - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria/Ideias) - Sebrae/ES - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
- Caso haja viabilidade para implantação do Polo Logístico, observar a Logística 4.0 na elaboração do projeto, com o objetivo de alinhar com os interesses e a dinâmica da Indústria 4.0; - Realização de estudos sobre tendências, em nível global, sobre as características e estruturação de Polos Logísticos, para definição do melhor modelo a ser implementado.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	VI. Educação de Qualidade: Ênfase na Educação Básica, proporcionando um ensino de qualidade, base importante para os futuros profissionais que irão atuar no mercado de trabalho ou que venham a se tornar empreendedores.		
Ações de Melhorias Propostas:	Avaliar a qualidade do ensino praticado no município, buscando equipará-lo aos melhores padrões do ensino público do país, elevando o nível do Ideb e reduzindo a evasão escolar.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Investir na capacitação de professores, tornando-os aptos a transmitir educação de qualidade elevada; - Disponibilizar materiais permanentes de qualidade e melhorando a infraestrutura nas unidades de ensino, dotando-as de equipamentos adequados para a realização das aulas com o uso de tecnologias de apoio; - Ampliar a oferta de Escolas de Tempo Integral e a oferta de vagas em Creches, possibilitando aos pais condições de trabalhar e ampliar a renda familiar; - Avaliar capacidade instalada e ampliar, se necessário, a Rede de Educação Pública; - Implementar temas transversais na grade curricular, tais como: ética, empreendedorismo, meio ambiente e sustentabilidade, etc.; - Promover parcerias com as indústrias da região, possibilitando visitas às unidades fabris, no intuito de despertar o interesse dos alunos quanto ao futuro profissional. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Educação		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretária Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Meio Ambiente - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Finde (Observatório da Indústria/Ideies - Senai - Sesi) - Escolas Técnicas (Ifes) - Sebrae/ES - Instituições de Ensino Superior - Governo do Estado (Sedu - Sedes/Aderes - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação de programas e projetos que não colaboram efetivamente no aprendizado do aluno; - Fazer, se possível, um projeto piloto para avaliar a aptidão dos alunos quanto ao empreendedorismo, direcionando ações específicas para aqueles que forem identificados; - Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	VII. Capacitação e Qualificação de Pessoas: Ênfase na qualificação das pessoas, oferecendo oportunidades de crescimento profissional e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida. Atendendo também as necessidades de mão de obra qualificada para o setor industrial.		
Ações de Melhorias Propostas:	Identificar as necessidades de mão de obra qualificada e identificar oferta de capacitação disponível no mercado, estabelecendo um plano de ação para atendimento da demanda.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear junto ao setor produtivo as necessidades presentes e futuras de mão de obra qualificada (avaliar tendência e comportamento da demanda); - Mapear a oferta de cursos de capacitação e qualificação disponíveis no mercado; - Buscar apoio da Setades/Subtrab para encontrar soluções quanto ao atendimento das demandas e ofertas de mão de obra qualificada; - Estabelecer parcerias com entidades de capacitação e qualificação profissional para definir as soluções para as necessidades identificadas; - Elaborar plano de ação para oferta de capacitação e qualificação de mão de obra, em parceria com as entidades formadoras. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	180 dias	Prazo Limite:	240 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Educação - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria/Ideies - Senai - Sesi) - Escolas Técnicas (Ifes) - Sebrae/ES - Instituições de Ensino Superior - Governo do Estado (Setades/Subtrab - Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação, além das demandas dos setores produtivos, o perfil desejado pelas empresas. Existe uma tendência global para valorizar as competências relacionadas aos soft skills, cerca de 1/3 das corporações estão dando ênfase nessas competências; - Identificação quanto às principais tendências do mercado de trabalho, em função da evolução tecnológica, pode ser uma premissa importante, norteadora de planejamento futuro para oferta de cursos de capacitação e qualificação. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	VIII. Empregabilidade: A empregabilidade, como indicador, mede a capacidade que a oferta de capital humano é capaz de atender a demanda do mercado, nas competências, tanto de hard skills quanto de soft skills, Contribuir para que uma pessoa possa ter um bom índice de empregabilidade, se faz necessário mostrar as competências que o mercado está demandando, tanto no momento presente quanto no momento futuro, de forma que ela possa buscar a capacitação necessária.		
Ações de Melhorias Propostas:	Estabelecer uma rampa de crescimento para o indicador de empregabilidade, baseado no programa de capacitação e qualificação estabelecido no “Eixo VII – Capacitação e Qualificação de Pessoas”.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismo de controle de oferta e demanda de oportunidades de trabalho que possam identificar o perfil desejado pelos setores produtivos e a oferta de capital humano capacitado e qualificado para as vagas disponibilizadas; - Incentivar nas instituições de ensino a inclusão de temas transversais relacionados aos soft skills desejados pelos setores produtivos; - Avaliar o grau de maturidade em tecnologia da informação que o mercado de trabalho está demandando, como forma de dinamizar ainda mais a capacitação. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Trabalho e Renda		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Secretaria de Educação - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria/Ideies - Senai - Sesi) - Escolas Técnicas (Ifes) - Sebrae/ES - Instituições de Ensino Superior - Governo do Estado (Setades/Subtrab - Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias com entidades representativa de classe (empresarial e trabalhadores) visando conhecer as tendências do mercado de trabalho e, em conjunto, definir ações que possam mitigar os impactos futuros; - Compreensão quanto à dinâmica da empregabilidade, tanto no ambiente local quanto nos ambientes estadual, nacional e global. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	IX. Empreendedorismo: Disposição para identificar problemas e oportunidades e investir recursos e competências na criação de um negócio, projeto ou movimento que seja capaz de alavancar mudanças e gerar um impacto positivo, com retorno satisfatório dos valores investidos.		
Ações de Melhorias Propostas:	Desenvolver ações e projetos em parceria com entidades de fomento para a promoção do empreendedorismo.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Programa “Cidade Empreendedora” do Sebrae; - Implantação da Sala do Empreendedor; - Incentivo aos alunos das escolas municipais para o empreendedorismo, mediante a inclusão de temas transversais e agendamento de visitas às indústrias e comércios da região; - Estímulo e identificação de potenciais empreendedores; - Oferecimento de cursos de qualificação e capacitação para potenciais empreendedores. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Secretaria de Educação - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Finde (Observatório da Indústria/Senai/IEL) - Sebrae/ES - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Sindicatos - Fecomércio - Faes - Femicro - Academias - Escolas Técnicas - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Definição e implementação de políticas de apoio ao empreendedorismo com objetivo de ampliar o nível da atividade empreendedora, definindo o papel da Prefeitura e instituições reguladoras no estabelecimento de um ambiente propício e favorável aos empreendedores; - Observância quanto à Lei Federal nº 11.598/2007 que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIMPLES). - Implementação de ações que atendam plenamente a Lei de Liberdade Econômica, Lei 13-874/19, que tem como principal objetivo a viabilização da livre iniciativa e do livre exercício de atividade econômica. Sendo proposta para garantir a autonomia particular para empreender. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	<p>X. Tecnologia - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I): Conceitualmente, inovação tecnológica está associado ao surgimento de criações, inventos ou tecnologias geradas em ambientes de pesquisa científica que acarretem aumento de qualidade e produtividade, de modo a contribuir efetivamente com o desenvolvimento econômico de uma região ou país. A tecnologia e a inovação propiciam processos inovadores, expressos em novos produtos, processos e patentes, contribuindo para o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e o aumento da competitividade, fator essencial para o progresso das empresas e das economias.</p>		
Ações de Melhorias Propostas:	Avaliar a viabilidade de implantação de um Polo de Inovação e Tecnologia.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Se confirmada a viabilidade do Polo de Inovação e Tecnologia, avaliar possibilidade de criação da Secretaria Municipal de Ciências, Inovação e Tecnologia. - Captar investimentos no mercado nacional e internacional para serem aplicados tanto em P,D & I, quanto na constituição de novas empresas de TI. - Programa Gênesis – Geração de Ideias Inovadoras e Estímulo a Abertura de Startups (Edital 10/2023 - FAPES). 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	300 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Trabalho e Renda - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Agricultura - Secretaria de Planejamento - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (FindesLab - Observatório da Indústria - Senai - IEL) - Escolas Técnicas - Universidades / Faculdades - Governo do Estado (Sedes/Aderes) - Sebrae/ES - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<p>A inovação tecnológica pode provocar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Transformação Social</i> - “Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir. (Murray, Caulier-Grice, & Mulgan, 2010, p. 3). Mais pessoas conectadas em tempo real, acesso aos serviços por meio digital, velocidade de propagação das informações, etc. Todas essas facilidades alteraram a vida das pessoas, gerando bem-estar e comodidade, sobrando tempo para o desenvolvimento de novas atividades, sejam de trabalho, familiar, relacionamentos ou lazer. - <i>Ganhos de Competitividade</i> - aumentar níveis de produtividade, reduzir custos ou permitir um atendimento aos clientes em níveis maiores do que o habitual. Uma empresa que vende apenas em um município, por exemplo, pode aproveitar inovações para expandir suas atividades por todo o país ou até para o mundo. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XI. Saúde e Qualidade de Vida: A Saúde como qualidade de vida implica pensar em sua conexão estrutural com o desenvolvimento econômico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política da sociedade. Nessa perspectiva, se torna parte endógena de discussão de um modelo de desenvolvimento sustentável.		
Ações de Melhorias Propostas:	Ampliar o atendimento hospitalar público e privado, principalmente com relação às cirurgias com maior grau de complexidade.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar a questão da Educação em Saúde junto à população, que é definido pelo Ministério da Saúde como sendo o “processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população”. - Avaliar a saúde sobre 4 tipos de análises recomendadas pela Economia da Saúde: minimização de custos, custo-benefício, custo-efetividade e custo-utilidade; - Realizar uma avaliação econômica no setor saúde que possa oferecer subsídios para uma Avaliação Tecnológica em Saúde (ATS), que é um processo de investigação das consequências clínicas, econômicas e sociais da utilização das tecnologias em saúde; - Focar nas razões mais comumente evocadas para explicar o aumento dos gastos em saúde, que são: o envelhecimento das populações, a maior oferta de médicos e serviços de saúde e o progresso tecnológico; - Avaliar possibilidade de implantar sistema de telemedicina para atendimentos clínicos; - Estabelecer um Plano de Abordagem para a questão do tratamento sanitário. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Saúde		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Planejamento - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria / Sesi) - Ufes - Governo do Estado (Sesa) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - É competência de atores econômicos contribuir para a obtenção do melhor estado de saúde, individual e coletiva, com a ajuda dos recursos disponíveis - financeiros, humanos, materiais e tecnológicos; - A Educação em Saúde assume um papel fundamental na nossa sociedade levando informação e conhecimento à população sobre como podemos cuidar melhor da nossa saúde, principalmente de forma preventiva. Ao focarmos em informação e prevenção é possível evitar doenças, usufruindo de uma vida com mais saúde e qualidade. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	<p>XII. Segurança Pública e Empresarial:</p> <p>Segurança Pública é um processo complexo, sistêmico e abrangente, que visa a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, permitindo o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres.</p> <p>Pode ser definida como um conjunto de dispositivos e de medidas de precaução que asseguram a população de estar livre do perigo, de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio.</p>		
Ações de Melhorias Propostas:	Avaliar viabilidade de implantação de sistema de videomonitoramento e cerco eletrônico entre os municípios da região, trocando informações e base de dados.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar parceria com a iniciativa privada para garantir a ampliação dos serviços de segurança do patrimônio das empresas, especialmente em Polos Industriais; - Estimular a criação do Conselho de Segurança Municipal. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Defesa Social (Segurança)		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretária Municipal de Trabalho e Renda - Secretaria de Planejamento - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Governo do Estado (Secretaria de Segurança) e demais municípios da região - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar boas práticas em outros municípios de referência nacional; - Usar a inteligência artificial para reconhecimento facial e análise de dados; - Capacitar e equipar as guardas municipais para atuarem de forma integrada entre si e com a polícia militar/civil; Promover reuniões/workshops com a iniciativa privada para viabilizar a ampliação da segurança patrimonial em áreas industriais. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XIII. Turismo, Cultura, Lazer e Esportes: A atividade turística é um dos setores mais importantes da economia, gerando emprego, renda e negócios, aumentando a produção de bens e serviços, trazendo desenvolvimento e melhorias na infraestrutura. Essa atividade necessita de apoio dos entes públicos para alavancar e crescer de forma sólida e consistente.		
Ações de Melhorias Propostas:	Elaborar Plano de Ação para estruturar, ordenar, qualificar e ampliar a oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada.		
Sugestões:	Ações que busquem: - fortalecer a identidade regional; - incentivar o empreendedorismo voltado para o turismo, lazer e esportes; - estimular a criação de novos negócios e a expansão dos existentes; - ampliar a oferta e qualificar os serviços e equipamentos turísticos; - facilitar o acesso das pequenas e microempresas ao mercado turístico; - consolidar e agregar valor aos produtos do agroturismo; - identificar e apoiar a organização de segmentos turísticos; - realizar o inventário turístico; - implementar Rotas Turísticas - Cicloturísticas (turismo de aventura), Gastronômicas, Agroturismo, Ecológicas, Culturais, Esportes, Negócios e Eventos, etc; - atuar junto aos setores do turismo: hoteleiro, que inclui hotéis, pousadas e albergues; transporte, aéreo e locação de veículos; entretenimento e lazer, cultura e esportes; e alimentos e bebidas, inclusive produtos agrícolas, beneficiados ou in natura.		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Agricultura - Secretária de Trabalho e Renda - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria) - Sebrae/ES - Governo do Estado (Setur - Setades/Subtrab - Sedes/Aderes) - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
- Os resultados esperados são: aumento da visitação, da permanência e do gasto médio do turista; desfrute de experiências genuínas por parte dos turistas; criação e ampliação de postos de trabalho; aumento de geração de renda e melhoria na sua distribuição; favorecimento da inclusão social e redução das desigualdades sociais; consolidação de uma estratégia de desenvolvimento; consolidação de roteiros turísticos mais competitivos; ampliação e diversificação da oferta turística; - Rota Turística é o caminho ou percurso que se destaca pelos seus atrativos para o desenvolvimento do turismo. Estas rotas podem se destacar pelas suas características naturais ou por permitir o acesso a um patrimônio cultural ou histórico relevante; - O perfil geral do cicloturista leva em consideração uma média de 4 e 7 dias de viagem, pedalando entre 50 a 75 km por dia. Quase 50% gasta até R\$ 250 por dia e mais de 90% organiza a sua rotina de forma autônoma, um nicho de negócio relevante para a economia; Diretamente relacionados ao turismo são 21 atividades, que se somam a 191 compartilhadas, 142 indiretas, e em situações de mercado aquecido, outras 217 se beneficiarão, totalizando 571 setores com envolvimento.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XIV. Gestão de Processos: Simplificação e Celeridade: Processos administrativos mais céleres e menos burocráticos, principalmente na obtenção de licenças e alvarás, estão entre os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento das atividades econômicas, sendo fundamentais para atração de investimentos.		
Ações de Melhorias Propostas:	Dar maior dinamismo e celeridade no atendimento às necessidades das empresas e dos potenciais investidores, por meio da digitalização das áreas de atendimento externo.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma ampla revisão nos macroprocessos e processos administrativos, buscando reduzir o nível de burocracia e eliminação de etapas desnecessárias; - Implementar a digitalização, evitando, dessa forma, o desperdício de tempo, recursos e deslocamentos desnecessários, às vezes, com filas de espera para que os empresários e futuros investidores sejam atendidos; - Acelerar os licenciamentos ambientais; - Transformação digital (grau de maturidade das prefeituras - elaborar e aplicar questionário). 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Administração		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Demais Secretarias Municipais		
Potenciais Parceiros Externos:	Prefeituras		
Observações			
Digitalizar os macroprocessos e processos, bem como, as interfaces das áreas que têm contato com as empresas e futuros investidores, é uma tendência irreversível e quanto antes for implementada, gera uma vantagem competitiva para o município.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	<p>XV. Resíduos Industriais e Urbanos: Resíduos industriais e urbanos tem sido uma grande preocupação para os gestores públicos. Prover soluções que permitam afetar o mínimo possível o meio ambiente tem levado os governos a serem mais incisivos em suas ações. Sendo esse um posicionamento necessário, mas que não pode restringir o crescimento econômico. Existem soluções disponíveis que atuam nesse sentido, como por exemplo, a Economia Circular e a Economia Verde. O importante é que estas ações sejam implementadas, trazendo consigo a virtude de tornar o município ou a região sustentável, sendo esta uma tendência global.</p>		
Ações de Melhorias Propostas:	Promover uma ampla avaliação das questões referentes aos resíduos industriais e urbanos sob a ótica dos 3 pilares do desenvolvimento sustentável: Pilar Econômico, Pilar Ambiental e Pilar Social, buscando soluções que permitam mitigar os impactos causados ao meio ambiente natural e à saúde humana.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear e analisar a situação quanto à destinação e tratamento dos resíduos, principalmente com a ótica da economia circular, onde os resíduos possam retornar para os processos produtivos, tornando-se insumos e reduzindo o volume de resíduos que retornam para a natureza; - Estabelecer parcerias com entidades de classe patronal e laboral com o intuito de construir um programa que traga soluções para o assunto; - Ampliar o número de empresas que atuam em reciclagem e logística reversa, promovendo ações que sejam atraentes e viabilizem a atuação nos municípios; - Incentivar a coleta seletiva de resíduos; - Conscientizar as crianças quanto a importância da preservação do meio ambiente; - Incentivar e capacitar as associações que coletam resíduos. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Urbano		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Obras - Secretaria de Educação - Secretária de Assistência Social - Secretária de Trabalho e Renda - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Senai/IEL/Observatório da Indústria) - Sinrecycle - Sebrae/ES - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<p>Dependendo da área atingida, o impacto ambiental, pode ser local, regional ou global. Podem ser positivos (benéficos) e negativos (adversos). Além disso, podem ser classificados em: diretos, indiretos, temporários, permanentes e cíclicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como exemplos de impactos positivos: recuperação das matas ciliares, a limpeza de rios e o replantio de árvores, bem como a criação de espaços verdes em grandes centros urbanos; - Como exemplos de impactos negativos, temos os resíduos sólidos que ao serem mal geridos causam poluição visual, poluição do solo, do ar e do lençol freático e também é prejudicial à saúde da população; <p>Conhecer e classificar estes impactos deve ser o ponto de partida para desenvolver ações efetivas que sejam contínuas e permitam promover o desenvolvimento sustentável dos municípios.</p>			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XVI. Parceria Público-Privada (PPP): As Parcerias Público-Privadas (PPPs) tem se tornado uma alternativa para os municípios realizarem investimentos que promovam a melhoria do ambiente de negócios. Limitados pelos recursos disponíveis para investimentos em obras e serviços, os municípios cada vez mais fazem uso dessa modalidade para realizar os investimentos necessários.		
Ações de Melhorias Propostas:	Buscar o apoio de entidades quanto aos primeiros passos em direção aos contratos de Concessão e PPPs (Parcerias Público Privadas).		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Resultados Esperados:</i> dar agilidade ao identificar alguns pontos estratégicos que podem criar obstáculos ao ente público na vontade de fazer a sua PPP. - <i>Importância:</i> começa antes de qualquer modelagem financeira ou discussão jurídica, o que permite o gestor público perceber o real potencial do ativo. - <i>Entregas:</i> dois cadernos (o DPATE – Diagnóstico Preliminar do Ambiente Técnico e Econômico e o DPAJ – Diagnóstico Preliminar do Ambiente Jurídico). Com essas ferramentas os municípios conseguem um retrato fiel do ambiente legal, do seu potencial de geração de caixa e dos elementos técnicos que compõe seu projeto. - <i>Impactos:</i> as PPPs trarão impactos diretos no setor produtivo com os investimentos contratados para os serviços e obras concedidos à iniciativa privada, sendo que, no Saneamento foram mais de R\$ 40 bilhões em 2021 no país, alterando a cadeia produtiva, e também as relações de trabalho e emprego, com investimento em treinamento e especialização. - <i>Principais Áreas impactadas:</i> Saneamento e iluminação pública são as principais áreas, mas diagnósticos na área do Turismo e novas demandas na área de Educação e Saúde estão ocorrendo; - <i>Prazo estimado de realização do trabalho:</i> 03 a 06 meses. - <i>Entidades que fornecem apoio gratuitamente:</i> Findes e Bandes. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Administração		
Prazo Ideal:	120 dias	Prazo Limite:	180 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança - Secretaria de Planejamento - Secretaria de Obras - Secretaria de Educação - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes - Bandes - Amunes		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Uma forma de prover obras e serviços públicos com o auxílio da iniciativa privada. Enquanto as companhias ficam responsáveis por elaborar, construir e financiar o projeto, o governo atua como comprador, no todo ou em parte, do serviço oferecido; - Contratos que estabelecem vínculo obrigacional entre a administração pública e a iniciativa privada visando à implementação ou gestão, total ou parcial, de obras, serviços ou atividades de interesse público, em que o parceiro privado assume a responsabilidade pelo financiamento; - Geradores de investimentos e empregos, além de incentivar uma melhor qualidade e fiscalização da obra. A experiência internacional indica que, na maioria das vezes, os serviços das PPPs são melhores que os do modelo tradicional de contratação no setor público; - Poderosa ferramenta para superar dificuldades regionais, atender a demandas da população e cumprir os planos de governos municipais. Tudo isso, aplicando recursos públicos de uma forma mais eficiente. - Reverter o deficit de investimentos dos entes públicos e garantir maior capacidade de mobilização de recursos; - Apresenta vantagens, tais como: compartilhamento de risco, qualidade na prestação de serviços, capacidade de investimento, inovação, dentre outros; - Atentar para as etapas de preparação para estruturação de PPPs: estratégias de preparação, que exigem investimentos e estudos técnicos; alocação de riscos; modelagem financeira; modelagem operacional; e modelagem jurídica. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XVII. Política ESG: ESG (<i>Environmental, Social and Governance</i>) – ou, em português, Ambiental, Social e Governança. São práticas que inicialmente surgiram na iniciativa privada, mas que requerem aos entes públicos adotarem ações similares, qualificando o nível de gestão municipal. Boa parte dessas práticas já são realizadas pelos entes públicos, face a sua interface com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODs) da Agenda 2030 da ONU.		
Ações de Melhorias Propostas:	Elaborar plano de ação para a efetiva implementação das práticas ESG no âmbito das prefeituras.		
Sugestões:	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear as ações que já são desenvolvidas e que são relacionadas às práticas ESG; - Observar que o ESG na área pública, no que diz respeito ao meio ambiente, está relacionado às ações reguladoras e executoras, ligadas ao investimento em energias renováveis; à redução do desmatamento e restauração ecológica; às licitações para compras de suprimentos, com a devida qualificação/certificação de fornecedores, observando parâmetros de sustentabilidade; às licitações de concessões de rodovias, com a preocupação quanto à redução de emissão de carbono; à eliminação de processos físicos, eliminando a utilização de papel; e também uma maior transparência de atos de gestão. E isso demonstra o quanto o ESG permeia ações coletivas, sendo que os governos não podem deixar de participar ativamente desse processo; - Atentar que o ESG no aspecto social, está relacionado às políticas públicas eficientes, efetivas, inclusivas e que atendam às expectativas e necessidades dos cidadãos; - Entender que no ambiente da governança pública, o ESG está relacionado às práticas de utilização de metas parametrizáveis e comparáveis, objetivando a mensuração e acompanhamento das ações, com transparência e ética, bem como, a divulgação dos resultados, possibilitando o monitoramento pelos órgãos de controle e por usuários dos serviços públicos. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Administração		
Prazo Ideal:	240 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretária de Assistência Social - Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Secretaria de Trabalho e Renda - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria – IEL) – Sebrae/ES - Instituições de Ensino Superior - Governo do Estado - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - Enquanto no mercado privado a adoção de práticas de ESG seguem firmemente, com importantes alterações, como por exemplo, no padrão de consumo, onde os consumidores querem conhecer a origem do produto, as condições de produção, a gestão dos resíduos das embalagens; quanto às opções de trabalho, os profissionais buscam, além da remuneração oferecida, conhecer as políticas de RH das empresas; quanto aos investidores, estes têm indicado que o alinhamento com práticas sustentáveis tornou-se um critério positivo e facilitador na obtenção de recursos; - Destacar que muitas medidas estão em curso, sendo que, uma simples ação de combate ao desperdício pode ser encarada como uma prática com a pegada da sustentabilidade. Porém, o que se verifica na maioria dos casos é a ausência de sinergia, ocorrendo ações isoladas e sem conexões, que deveriam fazer parte de um movimento coordenado de práticas voltadas para a sustentabilidade. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XVIII. Políticas para Atração de Investimentos: A melhoria do ambiente de negócios é o primeiro passo para atração de investimentos, mas sem uma política adequada, demonstrando todo o esforço dispendido pelo ente público para criar um ambiente propício, o grau de dificuldade amplia consideravelmente. Elencar as boas ações em curso, bem como, as decisões que gerem confiança e credibilidade junto ao investidor privado, demonstram ser uma ótima iniciativa da gestão municipal.		
Ações de Melhorias Propostas:	Construir política pública que acelere a atração de investimentos no âmbito regional.		
Sugestões:	Para facilitar a atração de investimentos privados, observar os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Ambiente propício - Governança</i> - dinamização do ambiente de negócios; governança compartilhada e gestão voltada para resultados; avaliação de desempenho de gestores e servidores; disseminação do código de ética e conduta. - <i>Governo Digital</i> - buscar mecanismos para facilitar e agilizar o acesso dos interessados, a desburocratização e simplificação de processos; promove a digitalização de toda a documentação de arquivo, simplificando a consulta. - <i>Segurança da Informação</i> - facilitar o acesso às informações, buscando sempre a transparência e agilizando o repasse de informações aos interessados. - <i>Austeridade Fiscal</i> - manter a austeridade fiscal, consolidando e avançando no ajuste das contas públicas. - <i>Ambiente de Negócios</i> - concentrar os atendimentos em um único local. - <i>Marco Regulatório</i> - manter a legislação atualizada, garantindo a segurança dos investidores privados. - <i>Desburocratização, Simplificação e Modernização dos Processos de Licenciamento</i> - agilizar a avaliação dos processos, principalmente os ambientais, sem descuidar do cumprimento da legislação. - <i>Ampliação da Capacidade de Investimentos</i> – estabelecer Parceria Público-Privada. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
Prazo Ideal:	180 dias	Prazo Limite:	300 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Assistência Social - Secretária de Trabalho e Renda - Secretaria de Administração - Secretaria de Meio Ambiente - Secretaria de Planejamento - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria - IEL) - Fecomércio - Faes - Sebrae/ES - Sedes/Aderes - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
<ul style="list-style-type: none"> - O estabelecimento de Políticas para Atração de Investimento deve ser baseado na capacidade política de decidir e realizar; na boa relação entre poderes constituídos; na avaliação positiva pelos munícipes quanto à gestão; na estabilidade política, social e econômica; na continuidade das políticas públicas de ajuste fiscal; e no avanço das políticas públicas voltadas para a Educação e Saúde; - A ambiência de negócios deverá manter elevado o patamar de investimentos públicos; induzir a atração de investimentos privados; manter o equilíbrio fiscal; buscar a liderança no ranking nacional de transparência. 			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	XIX. Proposta de Valor: Conjunto de vantagens que determinado produto, serviço, empresa ou, trazendo para âmbito da atração de investidores, uma região pode oferecer a certo segmento de mercado ou a potenciais investidores. Ela descreve os diferenciais que uma empresa ou região apresenta em relação aos seus concorrentes. A proposta de valor determina os motivos pelos quais os clientes ou investidores fazem as suas escolhas.		
Ações de Melhorias Propostas:	Construir uma proposta de valor que dará o embasamento necessário para a elaboração do Plano de Marketing que fará a divulgação das oportunidades e vantagens comparativas que o município ou região pode oferecer aos potenciais investidores.		
Sugestões:	Fundamental se atentar às seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> - seja único, na medida do possível; - seja difícil de copiar, ou imitar; - seja consciente e honesto; - use uma linguagem apropriada para seu público-alvo; - não ofereça aquilo que não pode entregar. 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Comunicação		
Prazo Ideal:	360 dias	Prazo Limite:	480 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - demais Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria - IEL) - Sebrae/ES - Amunes - Sedes/Aderes - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic)		
Observações			
Uma proposta de valor é uma declaração que responde ao “por que” alguém deveria fazer negócios com uma empresa, estado, região ou município. Ela deve convencer os potenciais clientes ou investidores que o seu produto, serviço, estado, região ou município terá mais valor do que ofertas semelhantes da concorrência.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

TABELA REFERENCIAL – PROPOSTAS DE MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS			
Regional:	REGIONAL CENTRO-OESTE – SEDE COLATINA		
Dimensão:	<p>XX. Consórcios Públicos: Instrumentos de Cooperação na Gestão Pública</p> <p>O Consórcio Intermunicipal (Cis) é uma pessoa jurídica legalmente criada para exercer, por meio de contrato de rateio entre os municípios, a gestão associada de serviços públicos em que os participantes destinam pessoal, bens e recursos à execução dos serviços transferidos.</p> <p>Utilizado como instrumento de estímulo ao planejamento local e regional, o consórcio possibilita, além disso, a viabilização financeira de investimentos e contribui para a superação de desafios locais no processo de implementação de políticas públicas.</p>		
Ações de Melhorias Propostas:	Avaliar políticas públicas e ações que poderão ser desenvolvidas por meio de Consórcio Público Intermunicipal.		
Sugestões:	<p>Em São Paulo existem consórcios de desenvolvimento constituídos e atuantes, sendo esta uma boa alternativa para promover o desenvolvimento econômico. A criação de um consórcio multifinalitário com o propósito de promover o desenvolvimento regional, tendo como base o turismo, pode ser uma excelente iniciativa para os municípios da Regional Centro-Leste. Ver bons exemplos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - www.civap.com.br - Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná - www.consorciotieteparana.com.br 		
Responsável pela Gestão	Secretaria de Turismo		
Prazo Ideal:	300 dias	Prazo Limite:	360 dias
Potenciais Parceiros Internos:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Ação Social - Secretaria de Trabalho e Renda - Secretaria de Meio Ambiente - Secretaria de Saúde - Secretaria de Educação - Secretaria de Segurança Pública - Secretaria de Obras - outras Secretarias		
Potenciais Parceiros Externos:	Findes (Observatório da Indústria) - Sebrae/ES - Amunes - Governo do Estado (Sedes/Aderes)		
Observações			
Os Consórcios Intermunicipais (CIs) surgiram como instrumentos para viabilizar uma filosofia de atuação na solução de problemas com base na cooperação entre municípios, em substituição aos conflitos e à disputa individualizada por recursos. A participação em um Consórcio propicia a articulação regional dos municípios, fortalecendo sua atuação em relação a outros níveis governamentais e possibilitando a atuação municipal para além de suas fronteiras geográficas.			
Ações Desenvolvidas e/ou em Desenvolvimento			
Data	Responsável	Ações	

12. Considerações Finais

➤ A importância da Indústria

O processo de desenvolvimento econômico passa, necessariamente, pelo fortalecimento da indústria, a força motriz que impulsiona a economia, transformando e agregando valor, gerando emprego e renda, contribuindo para a elevação do IDH e gerando receitas para os entes públicos.

Cabe ressaltar que, os países mais ricos são os mais industrializados, investem fortemente em pesquisa, desenvolvimento e inovação, agregando tecnologia aos processos produtivos, com elevação dos níveis de produtividade e competitividade.

Apesar de todos os setores contribuírem direta ou indiretamente no processo de desenvolvimento econômico, pois são elos da mesma cadeia, a indústria da transformação gera R\$ 2,67 na economia para cada real produzido. Nos setores agropecuário e de serviços, os valores gerados na economia são de R\$ 1,75 e R\$ 1,49 para cada real produzido, respectivamente. Isso mostra o potencial da indústria de promover o crescimento econômico.

Dessa forma, as sugestões de melhorias propostas neste documento visam facilitar a expansão da base industrial regional e também em todo o território capixaba, retomando a curva de crescimento verificada na década de 80/90. Desde esse período, a indústria de transformação brasileira, por exemplo, viu a sua participação no Pib ser reduzida de 36% para 12,6% (até 2019), conforme dados do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

No evento da CNI, o Encontro Nacional da Indústria (ENAI), realizado em julho de 2022, uma das principais pautas foi a questão do estabelecimento de políticas industriais que possam reconduzir o país para os trilhos do desenvolvimento econômico, baseado numa forte e crescente expansão industrial. Um dos pontos de destaque do evento foi a necessidade de serem ampliados os esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco na Indústria 4.0, que vem transformando os processos produtivos, principalmente, nos países mais desenvolvidos. Somando também abordagem quanto à importância da tecnologia e inovação, como uma das principais fontes de ganho de produtividade e competitividade das indústrias.

Cabe destacar que, enquanto os países da OCDE investem cerca de 2,68% do PIB em pesquisa, desenvolvimento e inovação, o Brasil investe somente 1%, o que demonstra que o parque industrial brasileiro vem perdendo capacidade de competir em nível global.

Certamente a crise sanitária tem contribuído para que as economias no mundo tenham sofrido impactos consideráveis. Portanto, sendo esse o momento oportuno para ampliar a capacidade de investimentos do país nas questões de P&D e I, permitindo que os processos produtivos sejam de elevada produtividade e competitividade, possibilitando ao Brasil competir no mercado internacional.

Importante salientar que é na menor célula da organização territorial que surgem os principais movimentos que podem fazer a diferença, sendo isso vital quando se fala de desenvolvimento econômico.

➤ **Desafio para os Municípios**

Um dos principais desafios é ver o território como um campo de trabalho para o desenvolvimento socioeconômico. Essa observação está relacionada às características dos municípios, como por exemplo, tamanho da população, renda e arrecadação. Muitas soluções para os dilemas dos municípios não são implementadas se dependerem somente deles, por uma razão muito simples: não são viáveis economicamente. Desta forma, adotar PPPs, consórcios, ou outras modalidades de parcerias torna-se vital para elevar a capacidade de investimento em infraestrutura econômica dos municípios.

Outro desafio é reconhecer as expertises que os municípios já conseguiram desenvolver em diversas áreas visando a ampliação e atração de investimentos. Como por exemplo, podem ser citados os polos industriais instalados, a melhoria contínua da infraestrutura, bem como, uma política de atração de investimentos.

Por outro lado, a constituição de um Escritório Receptivo de Investimentos, pode ser muito interessante, oferecendo num único ponto todas as informações necessárias para que potenciais investidores possam buscar subsídios que venham influir nas escolhas dos locais para implantação de seus negócios. Este escritório deverá também atuar de forma proativa, indo ao mercado e captando potenciais investidores nacionais ou internacionais.

Por fim, destaca-se que a participação das entidades, bem como, a sociedade civil organizada, devem ser a base de sustentabilidade das ações que precisam ser desenvolvidas. A sociedade precisa se apropriar de um Plano de Desenvolvimento e dividir tarefas com o governo municipal.

➤ **Próximos Passos**

- Envolver entidades e sociedade civil.
- Discutir e avaliar as dimensões propostas, ampliar as proposições e priorizar ações.
- Estabelecer os pontos focais das dimensões/ações.
- Avaliar qual a melhor forma de proporcionar a melhoria do ambiente de negócios do ponto de vista organizacional.
- Elaborar programas, projetos e ações para as sugestões propostas.
- Ter software para fazer a gestão integrada do Plano de Desenvolvimento Regional. Existem vários no mercado com ótimo custo-benefício que permitem multiusuários.

➤ **Agradecimentos**

Ficam os agradecimentos a todos os participantes do grupo de trabalho pela brilhante jornada, extremamente dedicados na elaboração dessa Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios, dando contribuições fundamentais para o atingimento dos objetivos propostos.

Anexo I
SISTEMA FINDES

SISTEMA FINDES

➤ Quem somos?

O Sistema Findes é uma organização composta por seis entidades que trabalham de forma integrada para o desenvolvimento da indústria capixaba.

- Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES
- Centro da Indústria do Espírito Santo – CINDES
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- Serviço Social da Indústria – SESI
- Instituto Euvaldo Lodi – IEL/ES
- Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo – IDEIES

➤ Atuação da Findes:

Por você

A Findes está presente e atuando por você. Movidos pela inovação, nós criamos oportunidades! Confira o que podemos fazer por você.

Pela Indústria

Fortalecer a indústria é nossa razão de existir. Conheça as nossas soluções que aumentam a competitividade e inovam a sua empresa.

Pelo Espírito Santo

Desenvolver o Espírito Santo é o nosso objetivo em comum. Por isso, articulamos investimentos e melhoramos o ambiente de negócios.

➤ Nosso Propósito:

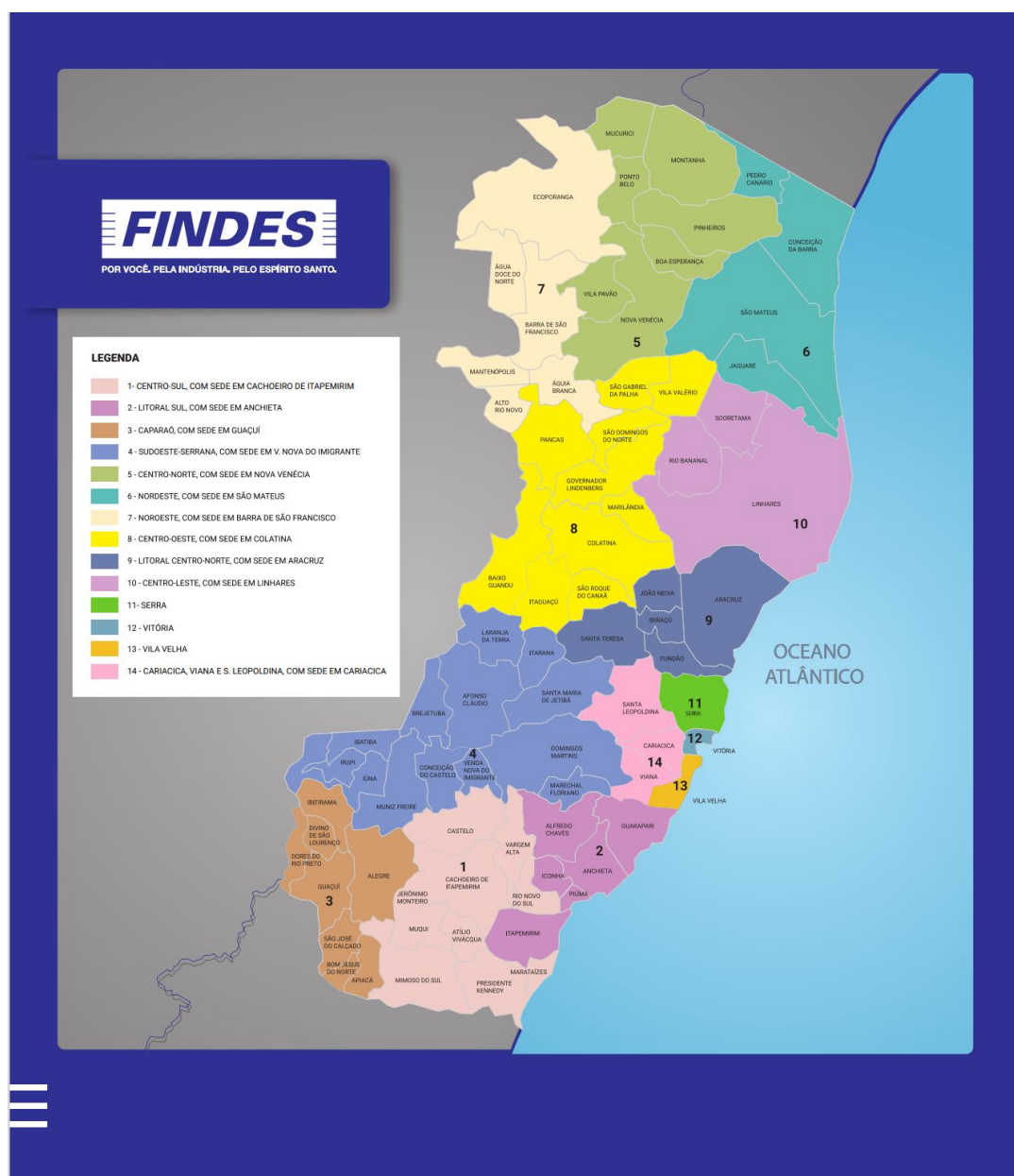
Transformar vidas e impulsionar negócios para desenvolver o Espírito Santo. Esse é o propósito que nos move para trabalhar sempre por você, pela indústria e pelo ES. Findes, Sesi, Senai, IEL, Ideies e Cindes atuam de forma integrada na defesa dos interesses das indústrias, oferecem serviços e produtos para empresas associadas e à sociedade em geral.

- Respeitamos as pessoas e valorizamos entregas coletivas
- O que fazemos com ética e transparência nos orgulha
- Os desafios nos impulsionam a inovar e evoluir
- Buscamos sempre nota 10

➤ Diretorias Regionais Findes

Uma das prioridades do Sistema Findes é contribuir com o processo de interiorização do desenvolvimento econômico capixaba. Para isso, instituiu diretorias regionais nas macrorregiões do Espírito Santo, além das localizadas na Grande Vitória: Cariacica/Viana, Serra, Vila Velha e Vitória. Elas estão localizadas em 10 municípios estratégicos do ponto de vista industrial: Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guaçuí, Linhares, Nova Venécia, São Mateus e Venda Nova do Imigrante.

Ponto de apoio do industrial nessas macrorregiões, as regionais oferecem toda a estrutura e conforto em suas instalações para atender os sindicatos do setor produtivo e industriais em suas principais demandas. Com isso, a Findes leva ao interior sua representação institucional por meio dos industriais voluntários e acompanha de perto o processo de melhoria do ambiente de negócios dessas regiões.



➤ **Sindicatos filiados à Findes**

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo é composta por 39 sindicatos patronais (filiados ou em processo de filiação). Eles representam mais de 19 mil empresas de diversos segmentos industriais.

- **SIGES** - Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Espírito Santo
- **SINAES** - Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado do Espírito Santo
- **SINCAFÉ** - Sindicato da Indústria do Café do Estado do Espírito Santo
- **SINCONFEC** - Sindicato da Indústria de Alfaiataria e Confecções de Roupas em Geral do Estado do Espírito Santo
- **SINCONGEL** - Sindicato da Indústria de Alimentos Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados do Estado do Espírito Santo
- **SINCONSUL** - Sindicato da Indústria de Confecções do Sul do Espírito Santo
- **SINDIBEBIDAS** - Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral do Estado do Espírito Santo
- **SINDIBORES** - Sindicato da Indústria da Borracha e da Recauchutagem de Pneus no Estado do Espírito Santo
- **SINDICACAU** - Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau e Balas, Doces e Conservas Alimentícias do Estado do Espírito Santo
- **SINDICALÇADOS** - Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Espírito Santo
- **SINDICIG** - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Guarapari
- **SINDICOPES** - Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo
- **SINDIFABRA** - Sindicato da Indústria de Fabricação de Ração Animal do Estado do Espírito Santo
- **SINDIFER** - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo
- **SINDIFRIO** - Sindicato da Indústria do Frio do Estado do Espírito Santo
- **SINDIJOIAS** - Sindicato da Indústria de Joalheria, Bijuteria e Lapidação de Gemas do Estado do Espírito Santo
- **SINDILATES** - Sindicato das indústrias de laticínios do estado do Espírito Santo
- **SINDIMASSAS** - Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos do Estado do Espírito Santo
- **SINDIMOL** - Sindicato das Indústrias de Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte do Estado do Espírito Santo
- **ACTION** - Associação Capixaba de Tecnologia
- **SINDICER** - Sindicato das Indústrias de Cerâmica do Estado do Espírito Santo

- **SINDIPÃES** - Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado do Espírito Santo
- **SINDIPAPEL** - Sindicato da Indústria de Papel e Celulose do Estado do Espírito Santo
- **SINDIPEDREIRAS** - Sindicato da Indústria de Extração de Pedreiras e Areia do Estado do Espírito Santo
- **SINDIPLASTES** - Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Espírito Santo
- **SINDIPESCA** - Sindicato das indústrias da Pesca do Estado do Espírito Santo
- **SINDIQUÍMICOS** - Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, de Produtos Farmacêuticos, Preparação de Óleos Vegetais e Animais, de Sabão e Velas, da Fabricação de Álcool, de Tintas e Vernizes e de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado Espírito Santo
- **SINDIREPA** - Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Espírito Santo
- **SINRECICLE** - Sindicato das Empresas de Reciclagem do Estado do Espírito Santo
- **SINDIROCHAS** - Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo
- **SINDIVIDROS** - Sindicato das indústrias de vidros do Estado do Espírito Santo
- **SINDIMADEIRA** - Sindicato das Indústrias de Madeiras e Atividades Correlatas em Geral da Região Centro Sul do Estado do Espírito Santo
- **SINDIMÓVEIS** - Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Madeiras Compensadas, Marcenaria (Móveis de Madeira), Móveis de Junco e Vime de Vassouras, Cortinados e Estofos de Colatina
- **SINDUSCON** - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo
- **SINDUTEX** - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento de Fibras Artificiais e Sintéticas e do Vestuário do Estado do Espírito Santo
- **SINERGES** - Sindicato das Indústrias de Geração, Distribuição e Transmissão de Energia do Estado do Espírito Santo
- **SINPROCIM** - Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado do Espírito Santo
- **SINVEL** - Sindicato da Indústria do Vestuário de Linhares
- **SINVESCO** - Sindicato das Indústrias do Vestuário de Colatina

➤ Estrutura das Entidades do Sistema Findes

A seguir, informações sobre a estrutura e serviços disponibilizados pelo Senai, Sesi e IEL, entidades que fazem parte do Sistema Findes.

➔ SENAI - ES

✓ Unidades Físicas:

- 9 Unidades – em cidades estratégicas do Estado, com capacidade de atendimento para 6.000 alunos.



✓ Unidades Móveis:

- 15 Unidades - atendimento à indústria in company, nas seguintes áreas:

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| - Construção Civil | - Panificação |
| - Confeção | - Frigorífica |
| - Soldagem | - Madeira e Mobiliário |
| - Mecânico Automotivo | - Colheita Florestal |



✓ Cursos:

- *Cursos de Curta Duração*

Maneira mais rápida e descomplicada de aprender uma nova profissão ou mesmo certificar-se em uma ocupação. Tipos de cursos ofertados:

- Cursos Técnicos

Cursos profissionalizantes alinhados às demandas de mercado e às necessidades da indústria 4.0, com índices excelentes de aprovação do mercado. Como exemplos, temos:

- Técnico em Qualidade;
- Técnico em Desenvolvimento de Sistema;
- Técnico em Eletrotécnica;
- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Automação Industrial;
- Técnico em Logística;
- Técnico em Manutenção Automotiva;
- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Técnico em Refrigeração e Climatização;
- Técnico em Segurança do Trabalho.

⇒ Aprendizagem Industrial

São destinados a pessoas que tenham no mínimo 14 e no máximo 24 anos, que tenham concluído o ensino fundamental e que buscam capacitação para o primeiro emprego. Como exemplos podemos citar:

- Eletricidade Industrial;
- Assistente Administrativo;
- Mecânica de Manutenção Industrial.

⇒ Aperfeiçoamento Profissional

Podemos destacar como exemplos:

- Normas Regulamentadoras (Nr 10, Nr 11, Nr 12, Etc);
- Eletricidade Industrial;
- Mecânica e Manutenção de Máquinas Industriais;
- Comandos Elétricos Industriais;
- Boas Práticas de Fabricação de Alimentos – BPF;
- Marcenaria de Móveis Seriados;
- Comandos Elétricos Hidráulicos e Eletrohidráulicos.

⇒ Qualificação Profissional

Vários são os cursos ofertados, entre eles destacamos:

- Eletricista Industrial;
- Ajustador Mecânico;
- Soldador de Estruturas MG, TIG; MAG;
- Torneiro Mecânico;
- PCP – Planejamento de Controle da Produção;
- Mecânico de Máquina Industrial;
- Montador e Reparador de Computador;
- Programador de Sistema;
- Ajustador Mecânico.

✓ **Tecnologia e Inovação:**

• **Consultoria**

Consultorias voltadas para a melhoria dos processos, atendimento de legislações, normas e regulamentos técnicos:

- Consultorias em Lean Manufacturing;
- Manufatura Avançada;
- Eficiência Energética;
- Plano de Controle Ambiental (PCA);
- Sistemas Inteligentes em processos automatizados.

• **Inovação**

Pesquisa aplicada para o desenvolvimento de novos produtos e processos, com o apoio de uma rede integrada a IST.

• **Nova Unidade**

A nova sede do Instituto Senai de Tecnologia está mais moderna e agora conta com Laboratório de Indústria 4.0, Laboratório de Modelagem Digital, Laboratório de Ideação, sala de consultores e recepção digital.

• **Programa I+A**

O Indústria + Avançada vai ajudar sua empresa a evoluir ao patamar da Indústria 4.0 e ser mais produtiva. O programa conta com parceria do Sebrae-ES, levando soluções às micro e pequena indústrias, tais como:

- Implantação de ferramentas de manufatura enxuta;
- Mentorias que capacitam seu time a pensar o processo produtivo de maneira a eliminar desperdícios e otimizar as entregas;
- Sistemas e tecnologias de coleta de dados da linha de produção, o que dá acesso a informações em tempo real de tudo que acontece no chão de fábrica.



PROGRAMA

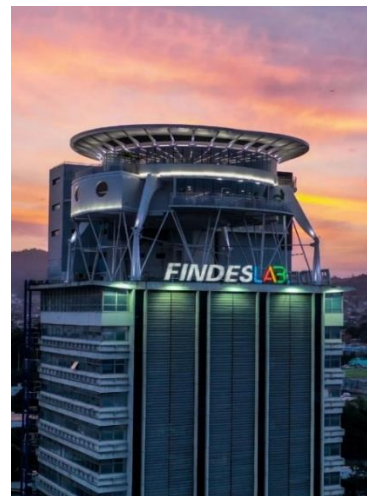
INDÚSTRIA AVANÇADA +

- Produtividade
- Desperdício
- Melhores processos

✓ **Findeslab:**

O Findeslab, hub de inovação da Indústria Capixaba, tem o objetivo de ser o ponto focal para as empresas e empreendedores que buscam desenvolver ideias e soluções para o seu negócio.

- ⇒ Findeslab teve mais de 5.000 Visitantes;
- ⇒ 14 Startups executando projeto e captação de R\$ 4.8MM para projetos;
- ⇒ 28 parcerias firmadas de fornecimento estabelecidas;
- ⇒ 91 Prototipagens realizadas;
- ⇒ 416 potenciais demandas de inovação mapeadas.



São parceiras do Findeslab as seguintes empresas:



➤ **SESI - ES**

✓ **Unidades Físicas:**

- 12 Unidades – em cidades estratégicas do Estado;
- 10.500 alunos - capacidade de atendimento.

✓ **Unidades Móveis SESI - ES:**

- 02 Unidades - atendimento à indústria in company, nas seguintes áreas:
 - Cozinha Capixaba;
 - Móvel Informática.



✓ **Educação Básica**

O SESI ES está presente desde a educação infantil até ao ensino médio, em 12 escolas com estrutura diferenciada e metodologias inovadoras.

✓ **Educação Continuada**

Cursos e palestras que desenvolvem competências exigidas pelo mercado de trabalho e atualizam os conhecimentos profissionais

✓ **Método de Ensino**

O SESI ES oferece ensino com metodologias diferenciadas, tais como, Educação Maker, Robótica Educacional, POP – Programa de Orientação Profissional e Bilingue.



✓ **Saúde e Segurança na Indústria**

• Inovação:

Desenvolvimento de projetos de SST, por meio de uma rede setorial capaz de criar soluções de alto valor agregado para atender às necessidades da indústria.

• Gestão e Consultorias em SST:

Customização de serviços em SST e Promoção da Saúde:

- Sesi Viva+
- Consultoria em SST
- Safety+
- ASSTI – Análise de Saúde e Segurança do Trabalhador da Indústria
- Ergonomia e Prevenção da Incapacidade Metodologia

✓ **Serviços Básicos**

Serviços para atendimento aos programas legais e Promoção da Saúde:

- Laudos Técnicos
- Análise Ergonômica do Trabalho – AET
- Exames e consultas

✓ **Plano de Enfrentamento à Covid-19**

Diante do novo cenário causado pela pandemia do Coronavírus, as empresas estão enfrentando um grande desafio para manter sua produtividade, saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Para contribuir com as empresas neste contexto, o Sesi ES desenvolveu uma solução para ajudar no processo de retomada ou manutenção segura das atividades, em que a empresa tem acesso a uma consultoria para auxiliar na criação de um Plano de Enfrentamento à Covid-19 e na realização de testes rápidos de seus colaboradores (com resultados em apenas 15 minutos, para detecção do coronavírus).

✓ **Unidades Móveis SSI – SESI - ES:**

O Sesi possui uma frota de unidades móveis para levar serviços de saúde, tais como, consultas, serviços e exames aonde os trabalhadores da indústria estiverem, por meio de atendimento in company.

- Unidade Móvel Odontológica
- Unidade Móvel Audiometria
- Atendimento In Company



➤ **IEL – ES**

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL/ES) atua em todo o território capixaba nos seguintes eixos.

- ⇒ Liderança e Governança;
- ⇒ Estratégias e Planos;
- ⇒ Clientes e Mercado;
- ⇒ Gestão de Pessoas;
- ⇒ Inovação e Tecnologia;
- ⇒ Processos e Operações;
- ⇒ Custos e Finanças;
- ⇒ Responsabilidade socioambiental;
- ⇒ Competências Comportamentais / Softskills.

✓ Educação IEL**• Objetivo**

Formar e aperfeiçoar a capacidade gerencial, executiva e de liderança.

• Metodologia

Os Articulação Teoria e Prática; Formato Presencial e On line (interativo); Instrutores altamente qualificados e com experiência de mercado; Oferta flexível e customizável de: Cursos de Curta Duração, Trilhas de Formação, Temporadas de Formação; Cursos In Company e Programas de Pós-graduação e MBA.

✓ Interação IEL**• Objetivo**

Conectar os desafios das empresas com as soluções do meio acadêmico.

• Serviços

- Gestão do Estágio: Inserção de estudantes universitários e de cursos técnicos no mundo do trabalho.
- Conexão: 4.0: Implementação de projetos de intervenção de melhoria no processo ou no produto por meio do estágio.
- Inova Talentos: programa de inserção de profissionais qualificados em atividades de inovação no setor empresarial capixaba

✓ Passaporte Industrial - IEL

Ferramenta que agiliza a mobilização de empresas para os complexos industriais, por meio de uma ferramenta informatizada que, de forma unificada, garante o acesso a dados confiáveis de treinamentos e de saúde ocupacional, tornando a mobilização mais rápida, econômica e segura.

✓ Prodfor - IEL

Programa de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores que desenvolve e qualifica fornecedores para as empresas mantenedoras do Programa, com base em normas (próprias ou internacionais).

- Sistema de Gestão da Qualidade em Fornecimento;
- Sistema de Gestão Ambiental;
- Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional;
- Sistema de Gestão Financeira, Fiscal e Trabalhista;
- Sistema de Gestão de Eficiência Operacional;
- Sistema de Gestão de Eficiência Energética;
- Sistema de Gestão da Inovação;
- Sistema de Gestão de Compliance.

✓ **Consultorias e Sistemas de Gestão - IEL**

• **Consultorias:**

Soluções voltadas para as áreas da gestão das empresas visando a implementação de práticas e melhoria de sua performance.

- Planejamento Estratégico;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Gestão Financeira e de Custos;
- Gestão Comercial;
- Gestão de Processos;
- Lean Office;
- Gestão da Inovação;
- Privacidade e Proteção de Dados.

• **Sistemas de gestão:**

Consultorias com base normativa visando a implantação e manutenção dos sistemas de gestão nas empresas.

- Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001/PBQPh/SGQTec/ISO 29110;
- Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14001;
- Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional - ISSO 45001;
- Sistema de Gestão em Responsabilidade Social;
- Sistema de Gestão de Compliance.

➤ **Nossas Soluções para o seu negócio:**

Visando impulsionar negócios, oferecemos apoio as organizações industriais, levando soluções assertivas para cada uma das suas necessidades e projetos. A seguir, apresentamos a nossas linhas de soluções, contemplando todas as entidades que compõe o Sistema Findes.

SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO

FORMAR CIDADÃOS

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental e Médio
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)



FORMAR PROFISSIONAIS

- Conexão 4.0
- Aprendizagem Industrial
- Estágios
- Qualificação Profissional
- Cursos Técnicos



CAPACITAR PROFISSIONAIS

- Aperfeiçoamento Profissional
- Cursos Pós-Técnicos
- Cursos In Company
- Trilhas de Formação Customizadas
- MBA / Pós-Graduação
- Educação Empresarial e Executiva



ATENDER LEGISLAÇÃO

- Cursos NR's



SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E PROCESSOS

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

- Lean
- Mapeamento de Processos
- Implantação de ISO



GERENCIAR RECURSOS

- Consultoria em Gestão Ambiental
- Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos
- Consultoria em Eficiência Energética
- Consultoria em Fontes Alternativas de Energia



IMPLEMENTAR TECNOLOGIA

- Indústria 4.0
- Sistemas Inteligentes
- Transformação digital



SOLUÇÕES EM GESTÃO

GERENCIAR PESSOAS

- Mapeamento de Processos de RH
- Pesquisa de Clima Organizacional



GERENCIAR OPERAÇÕES

- Consultorias Empresariais
- Diagnósticos e Auditorias



SOLUÇÕES EM INOVAÇÃO

PROMOVER CULTURA DA INOVAÇÃO

- Inova Talentos
- Gran Prix de Inovação
- Go Lab
- SuaEmpresa LAB



FACILITAR ACESSO À INOVAÇÃO

- Captação de Recursos para Inovação
- Comunidade FindesLab
- Análise de Ideias



CONECTAR PARA INOVAR

- Programa FindesLab de Empreendedorismo Industrial
- Radar FindesLab
- Desafios FindesLab
- Rede de Conectores



EXECUTAR PROJETOS DE INOVAÇÃO

- Gestão de Projetos
- Spin Offs
- Prototipagem
- Desenvolvimento de Novos Produtos e Processos
- Implantação de Tecnologia



SOLUÇÕES EM SAÚDE E SEGURANÇA

PROMOVER SEGURANÇA

- Programas Legais
- Laudos Técnicos
- Avaliações Ambientais
- Assessoria em Ergonomia
- Levantamento de Fatores de Riscos de acidentes
- Programa Indústria Segura
- Implantação de CIPA
- Inventário e Avaliação de Riscos de Máquinas e Equipamentos
- Consultorias em SST



PROMOVER SAÚDE

- Consultas
- Exames
- Avaliação Psicossocial
- Imunização
- Programa Mais Saúde
- Palestras com temas em Promoção da Saúde



PROMOVER O BEM ESTAR

- SESI Ginástica na Empresa
- SESI Esportes e Competições
- Atividades Físicas Esportiva



SOLUÇÕES PARA FORNECEDORES**IDENTIFICAR**

- FCP&G
- Catálogos
- Portal PRODFOR
- Rodadas de Negócios

**QUALIFICAR**

- PRODFOR
- Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF)

**REDUZIR RISCOS**

- Passaporte Industrial

**VIABILIZAR NEGÓCIOS**

- Credfor
- Giro SICOOB



SOLUÇÕES EM AMBIENTE DE NEGÓCIOS

FACILITAR AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Defesa de Interesses



CONECTAR PESSOAS E EMPRESAS

- Fórum IEL
- Cindes
- Contrate-me



CAPTAR / TRATAR E APRESENTAR INFORMAÇÕES

- Observatório da Indústria
- Anuário 200 Maiores IEL



Anexo II

Alinhamento e Conexões do Programa de Desenvolvimento das Indústrias e Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora do Sebrae/ES



Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

DIMENSÕES DA AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	EIXOS DO PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA - SEBRAE
<ul style="list-style-type: none"> I. Setores Industriais Prioritários: II. Setores Portadores de Futuro: III. Polos Industriais IV. Infraestrutura V. Logística VI. Educação de Qualidade VII. Capacitação e Qualificação de Pessoas VIII. Empregabilidade IX. Empreendedorismo X. Tecnologia - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) XI. Saúde e Qualidade de Vida XII. Segurança Pública e Empresarial XIII. Turismo, Lazer e Esportes XIV. Resíduos Industriais e Urbanos XV. Parceria Público-Privada (PPP) XVI. Política ESG XVII. Gestão de Processos: Simplificação e Celeridade XVIII. Políticas para Atração de Investimentos XIX. Proposta de Valor XX. Consórcios Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Gestão Pública Empreendedora 2. Desburocratização 3. Compras Governamentais 4. Poder Público Como Indutor da Inovação 5. Inclusão Produtiva 6. Lideranças e Territórios 7. Educação Empreendedora 8. Sala do Empreendedor 9. Projetos Especiais – Turismo 10. Crédito e Cooperativismo

Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA - SEBRAE
<p>Dimensão VI - Educação de Qualidade:</p> <p>Ênfase na Educação Fundamental, proporcionando um ensino de qualidade para os futuros profissionais que irão atuar no mercado de trabalho ou que venham a se tornar empreendedores. Avaliar a qualidade do ensino praticado nos municípios, buscando equipará-lo aos melhores padrões do ensino público do país. Elevando o nível do Ideb e reduzindo a evasão escolar.</p>	<p>Eixo 7 - Educação Empreendedora:</p> <p>Objetivo: ofertar a Educação Empreendedora nas escolas públicas municipais, por meio do incentivo e desenvolvimento de comportamentos que estimulem o protagonismo infantojuvenil, contribuindo para a cultura empreendedora da cidade.</p>

Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA - SEBRAE
<p>Dimensão IX - Empreendedorismo</p> <p>É a disposição para identificar problemas e oportunidades e investir recursos e competências na criação de um negócio, projeto ou movimento que seja capaz de alavancar mudanças e gerar um impacto positivo. Elaborar e desenvolver ações, em parceria com entidades de fomento, para a promoção do empreendedorismo.</p>	<p>Eixo 8 - Sala do Empreendedor: Implantação da Sala do Empreendedor.</p> <p>Eixo 7 – Educação Empreendedora: Incentivo aos alunos das escolas municipais para o empreendedorismo, mediante a inclusão de temas transversais e agendamento de visitas às indústrias e comércios da região. Estímulo e identificação de potenciais empreendedores. Oferecimento de cursos de qualificação e capacitação para potenciais empreendedores.</p>

Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA - SEBRAE
<p>Dimensão XIII - Turismo, Lazer e Esportes</p> <p>A atividade turística é um dos setores mais importantes da economia, gerando emprego, renda e negócios, aumentando a produção de bens e serviços, trazendo desenvolvimento e melhoria na infraestrutura. Essa atividade necessita de apoio do ente público para alavancar e crescer de forma sólida e consistente. Estruturar, ordenar, qualificar e ampliar a oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada, buscando: fortalecer a identidade regional; incentivar o empreendedorismo; estimular a criação de novos negócios e a expansão dos existentes; ampliar a oferta e qualificar os serviços e equipamentos turísticos; facilitar o acesso das pequenas e microempresas do mercado turístico; consolidar e agregar valor aos produtos do agroturismo; identificar e apoiar a organização de segmentos turísticos; promovendo, assim, o desenvolvimento do turismo regional.</p>	<p>Eixo 9 - Turismo: Objetivo: estimular e desenvolver o potencial turístico nos municípios por meio da estruturação da governança e da gestão.</p>

Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA – SEBRAE
<p>Dimensão XVI : Política ESG</p> <p>ESG (Environmental, Social and Governance) – ou, em português, Ambiental, Social e Governança. São práticas que inicialmente surgiram na iniciativa privada, mas que requerem aos entes públicos adotarem ações similares, qualificando o nível de gestão municipal. Boa parte dessas práticas já são praticadas pelos entes públicos, face a sua interface com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Mapear, no âmbito da prefeitura, as ações que já são desenvolvidas e que ainda estão relacionadas às práticas ESG; Elaborar um plano de ação para a efetiva implementação das práticas ESG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pacto global, elaboração de plano de ação do SEBRAE, hub do pacto global (em articulação). ➤ Estimular a adesão ao pacto global (municípios). ➤ Painel ESG e pacto global (ESX). ➤ Reunião com prefeituras para explicação ESG.

Conexões da Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios com o Programa Cidade Empreendedora

AGENDA PROPOSITIVA REGIONAL – CONDER/FINDES	PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA - SEBRAE
<p>Dimensão XVII : Gestão de Processos: Simplificação e Celeridade</p> <p>Processos administrativos mais céleres e menos burocráticos, principalmente na obtenção de licenças e alvarás. Estando entre os principais fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades econômicas e afastam potenciais investimentos nos municípios. Dar maior dinamismo e celeridade no atendimento às necessidades das empresas e dos potenciais investidores, por meio da digitalização das áreas de atendimento externo.</p>	<p>Eixo 2 - Desburocratização:</p> <p>No Programa cidade empreendedora é trabalhado com os municípios a implementação da REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, por meio de uma parceria com a SECTIDES e JUCEES para utilização do SIMPLIFICA ES pelos municípios do estado.</p>

The logo features the word "FINDES" in a bold, italicized, white sans-serif font. The text is centered within a dark blue horizontal rectangular bar. On both the left and right sides of this bar, there are vertical white lines of varying lengths, creating a comb-like or barcode-like effect. The background of the entire page is a light blue gradient with a large, light gray triangular shape pointing downwards from the top center. In the bottom-left corner, there are several overlapping diagonal stripes in shades of blue.

FINDES

www.findes.com.br